

ESCRITAS DO TEMPO



2019

JUL/OUT

VOLUME 01 - Nº 02

ISSN: 2674-7758

**Revista do Programa de Pós-
Graduação em História da
Unifesspa**

REVISTA ESCRITAS DO TEMPO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

Reitor

Maurílio de Abreu Monteiro

Vice-Reitora

Idelma Santiago

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor

Marcus Vinicius Mariano de Souza

Diretora Adjunta

Ana Cledina Rodrigues Gomes

FACULDADE DE HISTÓRIA

Chefe

Geovanni Gomes Cabral

Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Erinaldo Vicente Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Campus do Tauarizinho da Unifesspa

Revista Escritas do Tempo [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de História. — Dados eletrônicos. — Vol. 1, n. 2 (jul./out. 2019). — Marabá, PA: UNIFESSPA, ICH, FAHIST, 2019-.

Quadrimestral.

Modo de acesso: <

<https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/issue/view/23>>

Vol.1, n. 2 (jul./out. 2019).

Revista do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST-UNIFESSPA).

ISSN 2674-7758

1. História - Periódicos. 2. Periódicos acadêmicos. 3. Moura, Clovis, 1925-2003. 4. Identidade de gênero. 5. Socialismo - China. 6. Imprensa - Pernambuco. 7. Festas juninas - Pernambuco. 8. Brasil - História - República Velha, 1889-1930. 9. Brasil - História - 1964-1985. 10. Brasil - Política e governo - 1964-1985. I. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Instituto de Ciências Humanas. Faculdade de História.

CDD: 22. ed.: 905

Elaborado por Alessandra Helena da Mata Nunes - CRB2/586

FICHA CATALOGRÁFICA

PUBLICAÇÃO INDEXADA EM:

DOAJ - Directory of Open Access Journals

LIVRE - Revistas de Livre Acesso

Sumarios.org - Sumários de Revistas Brasileiras

SIS - Scientific Group

DIADORIM – Diretório de políticas editoriais das revistas científicas brasileiras

LatinREV - Red Latinoamericana de Revistas Académicas en Ciencias Sociales y Humanidades

Coordenação Editorial

Dra. Karla Leandro Rascke (UNIFESSPA)
 Dr. Erinaldo Vicente Cavalcanti (UNIFESSPA)
 Dr. Geovanni Gomes Cabral (UNIFESSPA)
 Dr. Marcus Vinicius Reis (UNIFESSPA)

Conselho Editorial

Dr. Aldrin de Moura Figueiredo (UFPA)
 Dra. Ana Maria Monteiro (UFRJ)
 Dra. Angela Maria de Castro Gomes (UNIRIO)
 Dr. Antonio Torres Montenegro (UFPE)
 Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
 Dra. Cristiani Bereta da Silva (UDESC)
 Dra. Helenice Rocha (UERJ)
 Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)
 Dr. José Rivair Macedo (UFGRS)
 Dra. Katia Cilene do Couto (UFAM)
 Dra. Maria Antonieta Martinez Antonacci (PUC-SP)
 Dra. Maria Auxiliadora dos S. Schmidt (UFPR)
 Dra. Maria Clara Sales Carneiro Sampaio (Unifesspa)
 Dra. Maria Helena Machado (USP)
 Dra. Maria Regina Celestino de Almeida (UNIRIO)
 Dr. Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
 Dra. Teresa Cruz (UFAC)

Conselho Consultivo Internacional:

Dra. Marina Franco (Universidad Nacional de San Martín - UNSAM)
 Dr. Júlio Pereyra (Universidad de La Republica)
 Dra. Concha Fuentes (Universitat de Barcelona)
 Dra. Maud Chirio (Universidade de Paris Leste Marne La Valleé)
 Dra. Anny Orocó Loango (Universidad Nacional de San Martín - UNSAM)
 Dr. Ivo Mattozzi (Universidade de Bolonha)
 Dr. James Naylor Green (Brown University)

CAPA

João Vitor M. Batista (Bolsista da PROPIT - Unifesspa)

DIAGRAMAÇÃO

Profa. Dra. Karla Leandro Rascke

Prof. Dr. Marcus Vinicius Reis

REVISÃO DE PORTUGUÊS E NORMALIZAÇÃO

Profa. Dra. Karla Leandro Rascke

Prof. Dr. Marcus Vinicius Reis

REVISÃO DE INGLÊS

Profa. Dra. Maria Clara Sales Carneiro Sampaio

REVISÃO DE FRANCÊS

Prof. Me. Willian Robson Soares Lucindo

APOIO

Programa de Pós-Graduação em História – UNIFESSPA

AVALIAÇÃO DOS ORIGINAIS

Visando garantir a qualidade e idoneidade do processo de avaliação dos artigos, a Escritas do Tempo adota a avaliação “duplo-cega”. Assim, nem o nome do autor, nem o nome do parecerista são revelados durante todo o processo. A revista mantém uma comissão permanente de avaliadores em seu Conselho Consultivo e conta também com revisores *ad hoc*, convidados conforme sua especialidade e reconhecimento na área, para emitir parecer sobre as contribuições recebidas.

As opiniões expressas nos textos publicados são de responsabilidade dos autores.

Revista Escritas do Tempo

ISSN 2674-7758

Revista do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST-UNIFESSPA)

Telefone: (94) 2101-7125

E-mail: escritasdotempo@unifesspa.edu.br

Endereço: Avenida dos Ipês, s/n. Cidade jardim, Marabá - PA

Esta obra está licenciada na Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Pareceristas *Ad hoc* 2019

Dra. Analúcia Danilevicz Pereira (UFRGS)
Dra. Ana Carolina Costa Porto (UFPB)
Dr. Angelo Adriano Faria de Assis (UFV)
Dra. Camila Marchesan Cargnelutti (UFSM)
Dra. Karla Leandro Rasce (UNIFESSPA)
Dr. Edson Borges (UNILAB)
Dr. Erinaldo Vicente Cavalcanti (UNIFESSPA)
Dr. Geovanni Gomes Cabral (UNIFESSPA)
Dr. Marcus Vinicius Reis (UNIFESSPA)
Dra. Noeci Carvalho Messias (UFT)
Dr. Rafael Petry Trapp (UNEB)
Dra. Valéria Moreira Coelho de Melo (UNIFESSPA)

EDITORIAL

*Erinaldo Vicente Cavalcanti*¹ *Geovanni Gomes Cabral*² *Karla Leandro Rascke*³ *Marcus Vinicius Reis*⁴ 

A palavra, já dizia Amadou Hampaté Bâ (2010), intelectual escritor malinês, tem poder, existindo forte conexão entre a fala e quem a profere. Nesse sentido, as palavras não podem ser jogadas ao vento, dado serem testemunho que identifica quem as profere. Como diria o escritor alagoano Graciliano Ramos (1962), “a palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer”. Assim, cada palavra reproduzida nas narrativas constituintes dos trabalhos constantes nessa revista, carrega consigo responsabilidades, um determinado compromisso com os efeitos de verdade, não únicos e imutáveis, mas uma construção verossímil, verificável, inteligível e plausível, comprovável a partir de metodologias que a História possibilita.

O cenário político atual, delicado e instável, requer compromissos com as relações sociais e políticas produtoras dos efeitos de verdade e também demanda que os intelectuais assumam responsabilidades na construção de narrativas na contramão do conhecimento euro-ocidental, percebendo restos/resíduos que constituem sinais das existências dos sujeitos colonizados (FANON, 2005). No entanto, não podem ser narrativas apressadas, movidas pela crítica às ciências do velho continente – necessária sem dúvida –, forjadas no calor dos sentimentos e na ânsia simples e pura de se contrapor. Não podem ser narrativas que concorram para a construção de discursos aligeirados, de relatos apressados sem o devido rigor necessário.

A realidade cotidiana impacta a vida de milhões e milhões de brasileiros: 13 milhões de desempregados, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), trabalho informal que atinge 41,3% da população, cortes na educação durante esse ano de 2019 (nada de contingenciamento) e possibilidade real de mais cortes para 2020, que implicarão em queda de 54% dos recursos destinados à educação básica (mais da metade do valor estimado); a concessão de bolsas de apoio à educação básica terá

¹ Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Doutor em História pela UFPE. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST). Editor da Revista Escritas do Tempo.

² Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Doutor em História pela UFPE. Diretor da Faculdade de História (FAHIST). Editor da Revista Escritas do Tempo.

³ Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Doutora em História Social pela PUC-SP. Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST). Editora da Revista Escritas do Tempo.

⁴ Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Doutor em História pela UFMG. Editor da Revista Escritas do Tempo.

corte de 43%; o orçamento do Ministério da Educação (MEC) para 2020 terá um corte de 17%; as obras de infraestrutura para educação terão também corte de 30%; corte também de 30% na receita destinada à implantação e adequação de estruturas esportivas escolares (Portal G1, 30 de set. 2019).

Além disso, os cortes atingem o orçamento das universidades federais, das bolsas de pesquisa da CAPES e do CNPq, órgãos que financiam pesquisas das mais diferentes áreas do conhecimento. Esses são alguns dados recentes que têm circulado nas diferentes mídias. A educação tem sofrido constantemente com as posturas adotadas pelo atual governo. Mas, apesar do momento que nos choca, indigna e afeta também no cotidiano da sala de aula, como diz a escritora nigeriana Chimamanda Adichie em “O perigo da história única” (2014), apesar dos governos nós continuamos existindo e vivendo nossas vidas. Ainda, continuamos resistindo, sonhando, experimentando, projetando e realizando.

Assim sendo, ancorados em arsenal instrumental de nossa área do conhecimento, acreditamos que a História é capaz de produzir interpretações sobre o passado, seja ele mais longínquo ou recente, de modo a contribuir com análises sobre o presente das diferentes sociedades humanas ao longo do tempo. Reforçamos que o combate na História é no e pelo presente. Interessa-nos compreender como a sociedade age, pensa, atua e se comporta no presente. Oportunamente, esse novo número da *Revista Escritas do Tempo* evidencia diferentes narrativas históricas sobre experiências e vivências de homens e mulheres em diversos momentos e por meio de distintas maneiras de interpretarem e viverem o tempo.

Nesse sentido, apresentamos ao público leitor os 4 (quatro) artigos que compõem esse número, além de 1 (uma) resenha e 2 (duas) entrevistas. Em “O acervo documental de Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003)”, Talita dos Santos Molina pretendeu, como o próprio título de seu trabalho indica, analisar os conjuntos documentais pertencentes ao arquivo pessoal do militante e intelectual negro Clóvis Moura (1925-2003). Ao articular a História e a Arquivologia como campos de conhecimento, a autora buscou valorizar o patrimônio documental, destacando o baixo número de reflexões referentes a esse universo, articulando-o como a trajetória de Clóvis Moura, incluindo aí a sua produção bibliográfica.

Interessados em compreender como as identidades de gênero foram construídas e difundidas na China a partir da produção de cartazes durante o período referente ao I Plano Quinquenal (1953-1957), Edelson Costa Parnov e Tatiana Silva Poggi de Figueiredo contribuíram com a *Escritas do Tempo* por meio do artigo “As relações de

gênero no início do socialismo chinês: reflexões a partir dos cartazes de propaganda do I Plano Quinquenal (1953-1957). Ao partirem de categorias como “camponesas-modelo”, “operárias-modelo”, “cuidadoras”, ambos os autores notaram as tentativas da propaganda chinesa em construir novos modelos de feminilidade para as mulheres, ao mesmo tempo em que mantiveram uma série de padrões voltados à manutenção da família – cuja figura das mulheres permaneceu como aspecto naturalizado –, e à hegemonia na sociedade chinesa.

Ao se debruçar sobre a documentação produzida pela imprensa pernambucana durante a República Velha, mais precisamente nas fontes reunidas pelo Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE) e pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), o historiador Mário Ribeiro dos Santos apresenta o artigo “Um passado rural num presente urbano: a representação das festas juninas na imprensa pernambucana”. Destacou, assim, a diversidade de representações que as festas juninas adquiriram ao longo desse período e, a partir da imprensa, em especial por conta da multiplicidade de temas abordados nos jornais, refletiu sobre o próprio cotidiano da população e sobre a formação social do período.

Em a “Ditadura civil-militar, memória e trauma: o testemunho de Joel Rufino dos Santos”, artigo apresentado por Ana Júlia Pacheco, os temas de pesquisa transitam entre história do Brasil, história da África e da Diáspora. Ao partir das narrativas testemunhais de Joel Rufino dos Santos, historiador e escritor, a autora analisou como foram construídas as suas forças de expressão durante a ditadura civil-militar, mais especificamente no período em que o mesmo foi preso e torturado, no início da década de 1970.

A *Escritas do Tempo* também possui a contribuição da resenha de Janaína Helfenstein, intitulada “Trajetórias, estratégias e pautas culturais nos estudos de Família na Espanha moderna”. Suas reflexões foram construídas a partir da obra de Juan Francisco Henarejos López e Antonio Irigoyen López, intitulada “Escenarios de familia: trayctorias, estrategias y pautas culturales, siglos XVI-XX”, publicada em 2017.

Na seção de entrevistas, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG) foi entrevistado pelo também historiador Erinaldo Cavalcanti, em “A História em perspectiva: percursos e reflexões”. Assim, foi destacada a sua trajetória acadêmica como importante pesquisador da História Política, além das suas reflexões sobre os discursos anticomunistas difundidos pelos grupos de direita no Brasil. Por fim, o pesquisador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC), Bruno Sena Martins, foi entrevistado por Marcos Antonio Batista da Silva, doutor em

Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Sua trajetória acadêmica foi igualmente abordada na entrevista “Debates pós-coloniais e cidadania global”, bem como as suas análises sobre as discussões pós-coloniais nos contextos lusitano e brasileiro.

Referências

HAMPATE BA, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). *História Geral da África*. Vol. 1. Brasília: MEC/UNESCO, 2010, p. 167-210. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/abou-this-office/single-view/news/general_history_of_africa_collection_in_portuguese_pdf_only/. Acesso em: 07 out. 2019.

ADICHIE, Chimamanda. *O perigo da história única*. YOUTUBE. Disponível em: www.youtube.com. Acesso em: 22 out. 2019.

FANON, Franz. *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas*. São Paulo: Martins, 1962.

O ACERVO DOCUMENTAL DE CLÓVIS STEIGER DE ASSIS MOURA (1925-2003)¹

Talita dos Santos Molina² 

Resumo: O presente artigo pretende, por meio dos conjuntos documentais do acervo de Clóvis Moura, compreender sua produção e a relação com a historiografia sobre as populações negras no Brasil. Destacamos o perfil do arquivo pessoal de Clóvis Moura (1925-2003), com ênfase para sua trajetória como intelectual e militante do movimento negro no Brasil. Na perspectiva de interdisciplinaridade entre a História e a Arquivologia, o estudo está focado nos tipos documentais que, deliberadamente, Clóvis Moura acumulou em seu arquivo pessoal.

Palavras-Chaves: Patrimônio Documental. Acervo Documental. História do Negro.

THE DOCUMENTARY COLLECTION OF CLÓVIS STEIGER DE ASSIS MOURA (1925-2003)

Abstract: The present article intends, through the documentary sets of Clóvis Moura 's collection, to understand its production and its relation with the historiography about black populations in Brazil. We will highlight the profile of Clóvis Moura's personal archive (1925-2003), with emphasis on his career as an intellectual and militant of the black movement in Brazil. From the perspective of interdisciplinarity between history and archivology, the study focuses on the documentary types that Clóvis Moura deliberately accumulated in his personal archive.

Key-Words: Documentary Heritage. Documentary Collection. History of black people.

LA COLLECTION DOCUMENTAIRE DE CLÓVIS STEIGER DE ASSIS MOURA (1925-2003)

Résumé: Cet article a pour objectif, à travers les ensembles documentaires de la collection de Clóvis Moura, de comprendre sa production et ses relations avec l'historiographie sur les populations noires au Brésil. Nous soulignerons le profil des archives personnelles de Clóvis Moura (1925-2003), en mettant l'accent sur sa carrière d'intellectuel et militant du mouvement noir au Brésil. Dans la perspective de l'interdisciplinarité entre histoire et archivologie, l'étude se concentre sur les types de documentaires que Clóvis Moura a délibérément accumulés dans ses archives personnelles.

Mots-clés: Patrimoine documentaire. Collection documentaire. Histoire nègre.

LA COLECCIÓN DOCUMENTAL DE CLÓVIS STEIGER DE ASSIS MOURA (1925-2003)

Resumen: Este artículo pretende, a través de los conjuntos documentales de la colección de Clóvis Moura, comprender su producción y su relación con la historiografía sobre las poblaciones negras en Brasil. Destacaremos el perfil del archivo personal de Clóvis Moura (1925-2003), con énfasis en su carrera como intelectual y militante del movimiento negro en Brasil. Desde la perspectiva de la interdisciplinarietà entre la historia y la archivología, el

¹ Esse artigo está baseado em pesquisa de Iniciação Científica, no curso de História, com o título: "O Acervo Documental de Clóvis Steiger de Assis Moura" (1925-2003), orientado pela Prof^a Dr^a Célia Reis Camargo, realizada na Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras – Campus Assis, desenvolvida no ano de 2009, com bolsa custeada pela FAPESP.

² Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP (2018). Atualmente é professora substituta do Instituto Federal de São Paulo – Campus São Paulo/IFSP-SPO, Coordenadora do curso de Pedagogia da Universidade Brasil – Campus Itaquera e professora do curso de Serviço Social e Pedagogia pela mesma universidade. Pesquisadora associada da ANPUH-SP desde 2008.

estudio se centra en los tipos documentales que Clóvis Moura acumuló deliberadamente en su archivo personal.

Palabras clave: Patrimonio documental. Colección documental. Historia negra.

Introdução

Por meio do patrimônio as sociedades criam formas de representação do passado nas quais se justificam valores que fundamentam as relações sociais no presente; ele é um lugar de memória que permite compor imagens que sustentam identidades individuais e coletivas. É, por isso, um campo de disputas simbólicas no qual se refletem as possibilidades de cada segmento social apropriar-se do passado e manter ou conquistar o acesso pleno aos direitos sociais, o que o torna também um lugar de esquecimento, de exclusão, em constante mudança. (RODRIGUES, 2000, p. 143)

O Arquivo Clóvis Steiger de Assis Moura (*Fundo Clóvis Moura*), doado por sua filha Soraya Moura ao CEDEM – Centro de Documentação e Memória da UNESP –, é formado por uma documentação peculiar (MORAES, 2018). O acervo aqui apresentado deve ser ressaltado pela sua relevância aos estudos sobre a história do negro e/ou do movimento negro no Brasil. Esta afirmação pode ser constatada com o inventário³ do acervo que está à disposição dos pesquisadores no CEDEM.

Para os que desconhecem a figura de Clóvis Moura, é importante ressaltar alguns dados biográficos de sua trajetória profissional. Sem nenhuma intenção de monumentalizar esse intelectual, seu percurso documenta, de forma irrefutável, a luta contra a desigualdade racial e social, dentro e fora dos meios acadêmicos, em âmbito local, regional e nacional. No entanto, antes de iniciarmos a discussão central deste artigo, passemos por uma breve biografia de Moura.

Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003) nasceu em 1925, no município de Amarante, no Piauí (Brasil). Filho de Francisco de Assis Moura e Elvira Moura, era mestiço e descendente de um “barão prussiano” e de uma escrava da fazenda de engenho na zona da mata pernambucana. Depois de residir em Natal (RN) e Salvador (BA), foi para São Paulo onde concluiu o curso de Ciências Sociais no ano de 1953⁴. Concomitantemente à sua carreira de jornalista e como membro do PCB, Moura pesquisava história, em particular sobre a rebeldia negra no tempo da escravidão, tendo como objetivo demonstrar o importante e ativo papel do negro na formação da nação. Desse modo, em 1959 publicou seu primeiro e marcante livro, *Rebeliões da Senzala* (1988) – obra que completou 60 anos agora em 2019 –, dentre vários outros que publicou posteriormente, todos sobre a questão racial no Brasil. Em seus escritos

³ Inventário: Instrumento de pesquisa que descreve, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos.

⁴ Neste período era o Instituto de Ciências Humanas da USP, em Marília – SP.

procurou evidenciar a marginalização de negros e mestiços, buscando, deste modo, valorizar a resistência negra e seu importante papel na transformação ou destituição de sua condição de escravizado, indicando o caráter dinâmico do negro na história de nosso país (MESQUITA, 2004).

Érika Mesquita salienta que Clóvis Moura sempre dirigiu suas indagações para os dilemas da “constituição da nação, evidenciando a marginalização de negros e mestiços, tendo como um dos muitos resultados um racismo à brasileira, baseado mais na cor da pele do que na origem racial” (MESQUITA, 2004, p. 340).

Moura faleceu no ano de 2003, aos 78 anos, no Hospital Albert Einstein, no município de São Paulo (SP). Com o falecimento do intelectual, sua filha, Soraya Moura, doou o arquivo pessoal do pai ao Centro de Documentação e Memória da UNESP – CEDEM. Esses documentos estão organizados e foram liberados a consulta no ano de 2005.

O Arquivo

No que se refere a questão dos arquivos, normalmente, a primeira possibilidade que se coloca como instrumento de pesquisa que tenha como base os documentos de um arquivo pessoal é a biografia de seu titular. No entanto, podemos destrinchar outros temas e pesquisas a partir do estudo deste arquivo pessoal, como por exemplo, as ações realizadas na área de políticas públicas, na educação e, principalmente, na luta pela igualdade racial e pela revelação do preconceito racial na sociedade em geral e/ou no meio acadêmico (universitário).

A garantia do sucesso em suas pesquisas foi consagrada pelo reconhecimento de *Notório Saber* da USP na década de 1980 e a publicação de seu livro *Dicionário da Escravidão no Brasil*, publicado pela EDUSP como obra póstuma no ano de 2004. Clóvis Moura foi uma presença marcante em diferentes momentos da história da política brasileira do início da década de 1950 até aproximadamente o final dos anos 1990, assumindo diversas vezes um protagonismo já identificado na biografia, revelada por seu acervo pessoal. Apenas para mencionar alguns temas, pode-se falar em sua atuação em partidos de esquerda no Brasil, na luta pela implementação de um Museu Afro-Brasileiro no ano de 1989 em São Paulo, em sua atuação nos Quilombos de Mimbó e de Palmares (hoje reconhecidos institucionalmente como terra de

quilombolas⁵) e em sua participação em vários eventos internacionais em busca da valorização do negro no Brasil.

Importante ressaltar o conteúdo geral do “Fundo Clóvis Moura”, que está disponível ao público, notadamente de grande relevância para estudos e pesquisas relacionadas às questões do negro e da escravidão no Brasil. Desse modo, o acervo de Clóvis Steiger de Assis Moura, sob custódia do Centro de Documentação e Memória da (CEDEM-UNESP) constitui uma importante fonte histórica para o estudo da história do negro no Brasil e da formação da nação brasileira, particularmente no que se refere ao período de 1955 a 1999. Suas cartas, artigos, resenhas, anotações, textos de terceiros e recortes de jornais dão conta de fatos sobre o racismo no Brasil, a Ditadura Militar, o preconceito racial e a marginalização dos negros no pós-abolição, o movimento revolucionário da década de 1970, dentre outros.

Tais documentos foram identificados no ano de 2004 e quando tomamos conhecimento do acervo, a documentação já estava pré-organizada. Portanto, foi elaborado um quadro de arranjo de acordo com as anotações constantes nas caixas, identificado posteriormente no Inventário que está disponível aos pesquisadores. De acordo com as especificidades dos documentos, o fundo foi dividido em três grupos e duas séries. Com relação aos grupos, temos: 1) Correspondências; 2) Atividades Acadêmicas & Eventos; e 3) Produção Intelectual. No que refere às séries, são: 1) Produção Intelectual de Terceiros; e 2) Documentos Pessoais.

O grupo **Correspondência** contém cartas recebidas da família, de amigos e de intelectuais do período, como Caio Prado Jr., Carlos Drummond de Andrade, Décio Freitas, João Baptista Borges Pereira, Jorge Amado, Kabengele Munanga, Luiz Sávio de Almeida, Mário Maestri, Nelson Werneck Sodré, Pedro Paulo Funari, dentre outros.

Atividade Acadêmicas & Eventos constitui bloco que contém, predominantemente, documentos relativos às bancas de defesas de Mestrado e de Doutorado que Clóvis Moura participou, sobre divulgação de eventos científicos e culturais, e um grande dossiê dos eventos que envolveram a participação de Clóvis Moura.

Produção Intelectual remete ao agrupamento que possui textos, resenhas, originais e recortes de jornais produzidos por Clóvis Moura, tratando principalmente da história do negro no Brasil, do racismo e do preconceito racial existentes na América. Este grupo está dividido em duas séries: “Materiais de Pesquisa” e “Textos Clóvis Moura”, além de ser integrado pelo dossiê “Projetos e Pesquisas”.

⁵ Prova desse esforço está no tombamento, em 1986, do Quilombo de Palmares pelo IPHAN como patrimônio histórico e cultural nacional.

A Série **Produção Intelectual de Terceiros** está dividida em três subséries: textos de terceiros, currículos de terceiros e boletins. A Série **Documentos Pessoais** está dividida em cinco subséries: certificados, contratos & assemelhados, bancários & financeiros, fotos e diversos. O Inventário, com toda a descrição do acervo, e o acesso à documentação encontra-se disponível, conforme já citado anteriormente, no CEDEM-UNESP.

Destarte, após essa breve descrição do conteúdo de seu arquivo pessoal, desenvolvemos uma breve reflexão sobre o conceito de arquivo privado como fonte de pesquisa e, em um segundo momento, faremos uma concisa discussão sobre a história do negro no Brasil a partir da visão dos estudos de Clóvis Moura, para que, assim se possa traçar um perfil geral do acervo, destacando a importância de pesquisas com o arquivo privado na área das Ciências Humanas.

O Arquivo Privado como fonte e/ou objeto de pesquisa

No que se refere ao estudo dos arquivos privados, Ariane Ducrot e Priscila Fraiz defendem que, para se construir uma metodologia arquivística, a primeira coisa a se fazer é o *respect des fonds*, ou seja, o respeito à ordem original, articulada ao princípio da proveniência:

Esse princípio, juntamente com o da proveniência, constitui a pedra angular da teoria arquivística desenvolvida entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Formulados inicialmente visando aos arquivos públicos, ambos foram posteriormente estendidos aos de natureza privada incluindo, mais recentemente, os pessoais (FRAIZ, 1998, p. 75).

Fraiz também chama a atenção para a característica essencial do arquivo pessoal: o valor informativo de seus documentos, isto é, seu valor de uso para fins históricos. Do mesmo modo, Bellotto defende que:

o historiador não analisa o documento pelo documento; antes, utiliza-o como ponte para o passado, ou do arquivo para a realidade. Essa passagem do documento ao passado é um processo decisivo pelo qual se cumpre o essencial da elaboração do conhecimento histórico (BELLOTTO, 2006, p. 24).

Dessa forma, entendemos que o arquivo pessoal ganhou relevância, como possibilidade de pesquisa, a partir das novas tendências historiográficas, surgidas na segunda metade do século XX, vinculadas ao movimento da “Nova História” ou “História Cultural”. Segundo Terry Cook (1998), é a partir dessa nova tendência que diários, manuscritos e arquivos pessoais ganham importância como fonte para a pesquisa histórica. Para corresponder a esses novos métodos e objetos de trabalho, o

autor sugere que os arquivistas incorporem essas modalidades de uso da documentação arquivística, procurando sair da “teoria arquivística clássica”, passando a uma “teoria pós-moderna”:

Assim, os arquivistas mudaram no último século, passando, dos custodiadores jenkinsonianos⁶ passivos da totalidade dos resíduos documentais deixados por seus criadores, a ativos conformadores da herança arquivística. [...] Tornaram-se, assim, construtores ativos da memória social. Na verdade, afirmaria até que se tornaram o principal agente de formação da memória sem esquecer das importantes contribuições, nessa tarefa, de seus colegas dos museus, bibliotecas, e cultura material (COOK, 1998, p. 139).

Ângela de Castro Gomes (1998) também entende que os arquivos privados emergem com o vigor observado num processo de interligação com as transformações do campo historiográfico:

onde emergem novos objetos e fontes para a pesquisa, a qual, por sua vez, tem que renovar sua prática incorporando novas metodologias, o que não se faz sem uma profunda renovação teórica, marcada pelo abandono de ortodoxias e pela aceitação da pluralidade de escolhas. Isto é, por uma situação de marcante e clara diversidade de abordagens no fazer história (GOMES, 1998, p. 122).

Do mesmo modo, sabemos que os documentos que somam os acervos pessoais servem como entendimento da memória coletiva, conforme afirma Laurent Vidal (2007) em seu artigo intitulado “Acervos Pessoais e Memória Coletiva – Alguns Elementos de Reflexão”. Neste texto, Laurent procura evidenciar o papel das sociedades modernas e afirma que a memória coletiva só pode ser revelada a partir dos estudos de arquivos coletivos ou pessoais (VIDAL, 2007, p. 2).

Na obra organizada por Ângela de Castro Gomes, intitulada *Escrita de Si, escrita da História*, discute-se a ideia da escrita de si - que abarca diários, correspondência, biografias e autobiografias -, independentemente de serem memórias ou, por exemplo, entrevistas de história de vida: “o conjunto da obra é uma amostra expressiva de como os chamados textos auto-referenciais vêm ganhando terreno no trabalho de muitos historiadores do país, ilustrando as várias possibilidades e resultados de se lidar com eles (GOMES, 2004, p. 10).

Definição recente proposta pelo *Dicionário de Terminologia Arquivística* destaca o termo “arquivos privados” como “arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular” (ARQUIVO

⁶ O termo utilizado por Cook, “custodiadores jenkinsonianos”, vem dos livros-marcos sobre teoria e metodologia arquivísticas de Sir Hilary Jenkinson, Eugenio Casanova e Theodore Schellenberg, na primeira metade do século XX. Os princípios tradicionais da arquivística derivaram quase exclusivamente das experiências pessoais dos autores como custodiadores de arquivos institucionais de governos, e dos problemas com que se defrontaram na organização e descrição de tais documentos.

NACIONAL, 2005, p. 35). Na *Lei de Arquivos*, Capítulo III, artigo 11, “consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência das suas atividades” (CONARQ, 2012, p. 18).

Assim, o interesse por arquivos privados e por sua preservação e patrimonialização parece caminhar juntamente com a própria renovação da historiografia e o crescente interesse dos historiadores por documentos privados e pessoais. Como indica Ângela de Castro Gomes, com a renovação historiográfica iniciada nas primeiras décadas do século XX, por exemplo, a Escola dos *Annales* na França e os *Estudos Culturais* na Inglaterra⁷, ampliou-se o conceito de fontes históricas, surgindo estudos baseados não apenas em documentos públicos, como também em documentos privados – diários íntimos, correspondências pessoais, arquivos pessoais, entre outros.

Para Maria M. Garcia (1998), a formação de arquivos de pessoas singulares e de famílias existe há décadas. Contudo, a noção de “arquivo privado” demorou a ser acolhida pela doutrina e pela legislação, porque o conjunto de documentos privados não era considerado como “arquivo”: “apenas os *acta publica* podiam fazer parte do “arquivo” que era considerado, por essa razão, arquivo público. Esta concepção prevaleceu durante muitos séculos”. De acordo com a autora, na Idade Média o *jus archivi* era considerado um atributo dos soberanos, reservado a quem gozava do *jus imperii*. Somente na Idade Moderna a jurisprudência começou a afirmar a existência de arquivos privados: “passaram a ser considerados como tais não só os arquivos de pessoas jurídicas, mas também os de pessoas físicas. [...] O interesse do Estado pelos fundos de proveniência privada é, em grande medida, uma novidade de tempos recentes” (GARCIA, 1998, p. 176).

Foi a partir da Época Moderna, com a estabilização das administrações arquivísticas, que a custódia dos arquivos privados passou a ser assegurada pelos arquivos estatais, embora alguns – não a maioria –, arquivos de proveniência privada continuassem a ser preservados pelas entidades produtoras ou por instituições como bibliotecas, museus, fundações e universidades (GARCIA, 1998). No Brasil, em movimento recente, são principalmente os centros de documentação ligados a universidades e a outras entidades sociais que preservam a grande parte dos acervos privados do país disponíveis para consulta pública.

Na bibliografia internacional sobre o tema, autores diversos ressaltam este interesse pelos arquivos privados nas décadas recentes. Para Philippe Levillain (2003, p.

⁷ Estes grupos de estudos “ampliou as perspectivas da pesquisa histórica, introduzindo novas abordagens, temporalidades e sujeitos” (MIRANDA, 2011, p. 4).

166) foi a partir da década de 70 que a história social deu aos documentos privados uma nova dimensão, pensando-os como rastros expressivos dos meios sociais silenciosos do indivíduo, proporcionando à análise histórica uma dimensão singular.

Cristophe Prochasson (1998) também propõe que foi na década de 1970 que os historiadores, principalmente na França, se voltaram com uma gula irreprímível para o que convém chamar de fontes privadas. Esse interesse crescente pelos arquivos privados corresponde a uma mudança de paradigma fundamental na história das práticas historiográficas. O autor aponta dois fatores que podem esclarecer o gosto pelo arquivo privado: o primeiro, o impulso experimentado pela história cultural e multiplicação dos trabalhos sobre os intelectuais; o segundo motivo está vinculado à mudança da escala de observação do social que levou, por meio da *microstoria* e da antropologia histórica, a busca por fontes menos seriais e mais qualitativas.

No Brasil, a antropóloga e pesquisadora do CPDOC-FGV, Luciana Quillet Heymann (2008, p. 1), também lembra que, a partir da década de 1970, a relação do historiador com as novas fontes, como os arquivos privados, revelou-se de grande qualidade e potencialidade, pois permitiu a produção de uma reflexão histórica nova em dois sentidos: “no de ser uma produção pautada em documentos que facultavam uma mirada distinta sobre os processos políticos e sociais; e no de fecundar uma reflexão eminentemente interdisciplinar, na qual a história, a ciência política e a sociologia estiveram desde o início presentes”. Heymann (2018) afirma que os arquivos pessoais se tornaram objeto de pesquisas interdisciplinares interessadas em refletir sobre a natureza deste tipo de conjunto documental⁸.

Segundo a autora, os arquivos pessoais, por exemplo, devem ser tratados como um meio de acesso mais direto ao personagem e à trajetória que se pretende investigar. Eles devem ser vistos como objeto sociológico e histórico para que, assim, possam revelar ideários políticos, projetos pessoais e processos sociais neles investidos (HEYMANN, 2005). Entende-se, portanto, que os arquivos pessoais fazem parte de um processo de construção da memória histórica e de conversão dos acervos pessoais em patrimônio nacional, ou seja, uma produção de *legados* históricos.

A pesquisadora assegura que “as ações que tomam os *legados* históricos como justificativa, sejam elas comemorações, publicações ou a organização de instituições alimentam o capital simbólico de que são dotados, um capital que carrega em si o atributo da continuidade, da sobrevivência do tempo” (HEYMANN, 2008, p. 4). E, muito importante: “procuramos aqui investigar não somente as estórias que os arquivos

⁸ Temos trabalhos pioneiros sobre este assunto. Ver: FRAIZ, 1994; HEYMANN, 1997.

contam, mas investigar as estórias que eles encarnam; deslindar o discurso que produzem no campo da história, mas também os efeitos que deles decorrem em outras dimensões da vida social” (HEYMANN, 2008, p. 5).

Ressalta ainda a autora que essas modificações na forma de analisar os arquivos pessoais levaram a sua associação à categoria de *patrimônio*, porque vistos como material que deve ser conservado e preservado para assegurar a memória da coletividade, seja local ou nacional (HEYMANN, 2008, p. 9).

O conceito de legado justifica também a ligação feita entre a História, o Patrimônio Cultural e o Arquivo Privado. Ao mesmo tempo, atesta as contribuições que o estudo de um arquivo privado pode trazer para o entendimento dos propósitos de seu titular ao construir seu arquivo.

Outro indicativo da importância crescente dos arquivos privados no Brasil é a criação de uma grande quantidade de centros de documentação a partir da década de 1970. Desde então, das diversas fontes oferecidas ao historiador para o desenvolvimento da pesquisa histórica, a utilização de arquivos privados, presente em vários estudos, vem assumindo, atualmente, uma crescente importância⁹. Estes têm como parte de seus fundos acervos pessoais de intelectuais, como o de Gustavo Capanema, no CPDOC-FGV (Centro de Pesquisa e Documentação – Fundação Getúlio Vargas), de Caio Prado Jr., no IEB-USP (Instituto de Estudos Brasileiros – Universidade de São Paulo) e do próprio Clóvis Moura, no CEDEM¹⁰.

Novamente, Ângela de Castro Gomes salienta que no Brasil, a partir dos anos 1980, temos um grande aumento e uma procura por arquivos privados como um novo universo de materiais de pesquisa para o vasto universo das Ciências Humanas. Os centros de documentação então se tornam uma das principais instituições a trabalhar com os acervos privados. As motivações iniciais dos centros eram recolher, preservar, organizar e tornar acessíveis documentos acumulados em arquivos pessoais/privados, cuja promoção à categoria de fontes históricas de grande teor informativo estava associada às mudanças que vinham ocorrendo nos domínios da historiografia: por um lado, o desenvolvimento de uma história cultural que postulava “a dignidade teórica do individual e a fecundidade metodológica do qualitativo; por outro, a valorização de uma nova escala de observação social, associada à micro-história” (GOMES, 1998, p. 121-127).

⁹ Os arquivos privados considerados de interesse público e social pelo CONARQ confirma essa ideia da Angela de Castro Gomes. Ver: *Legislação Arquivística Brasileira*. Publicação Digital, atualizada em dezembro de 2012.

¹⁰ Para saber mais sobre o assunto, ler: CAMARGO, 2003, p. 21-44.

A documentação, considerada relevante para memória nacional e para a memória local, levou a historiadora Célia Camargo a estudá-la, revelando a importância dos centros de documentação para a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Brasil, no caso, o patrimônio documental. Em seu estudo, Camargo indica o pioneirismo do CPDOC neste campo, sem deixar de discutir a criação e a natureza da documentação existente nos demais centros de documentação como uma contribuição para a preservação arquivística¹¹.

Como também indica Knauss (2009), os centros de documentação, em sua maioria universitários, com frequência tornam-se instituições importantes na preservação e difusão dos arquivos privados. Para o autor, é o vínculo entre pesquisa e ensino que define o caráter dos centros de documentação universitários, pois eles trabalham com a promoção de documentos históricos, experimentando a diversidade existente entre os profissionais de história e do patrimônio, trabalhando, assim, de modo interdisciplinar.

Deste modo, professores e alunos envolvidos com a pesquisa e o ensino nos centros de documentação acabam por entrar em contato com outras áreas de conhecimento especializado, “construindo pontes para a redefinição da própria inserção do profissional de história e ciências sociais do patrimônio documental. Nesse processo, adquirem uma consciência patrimonial que os caracteriza para além do papel de usuários de arquivos e leitores” (KNAUSS, 2009, p. 15).

Pioneira na criação de um centro de documentação, a Universidade de São Paulo, no ano de 1962, sob a liderança de Sérgio Buarque de Holanda, criou o Instituto de Estudos Brasileiros – IEB –, que, no início, foi organizado em torno da biblioteca a partir da coleção do intelectual paulista Yan de Almeida Prado, mas, a partir de 1968, o arquivo da instituição começou a se constituir e a se definir como um modelo de centro de documentação. O IEB reúne arquivos e bibliotecas pessoais de artistas e intelectuais brasileiros como, por exemplo, Mário de Andrade, Caio Prado Jr., entre outros.

Novamente, de acordo com Knauss, a criação destes centros deve-se a dois movimentos. Primeiramente, há um movimento oficial que reconheceu a contribuição que a universidade pôde dar à proteção do patrimônio documental e, posteriormente, o movimento que procurou proteger o que as forças oficiais da época não admitiam – como, por exemplo, o arquivo do AEL-UNICAMP, em 1974, e o Arquivo Ana Lagôa – localizado na Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, em 1996 (KNAUSS, 2009, p. 13).

¹¹ Para saber mais, ver: CAMARGO, 2003, p. 21-44.

Percebe-se então, o aumento de centros de documentação no Brasil a partir da década de 70. Dentre os Centros organizados neste período que se preocuparam, principalmente, com os arquivos privados, temos, novamente, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC –, que reuniu arquivos pessoais de políticos brasileiros a partir de 1930, como o de Gustavo Capanema, Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Filinto Muller, Ulysses Guimarães, dentre tantos outros. Além dos arquivos pessoais, temos os arquivos de instituições particulares, como os arquivos acumulados e organizados no Centro de Documentação e Memória da UNESP – CEDEM –, no CEDIC – PUC-SP –, o Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP, Centro de Pesquisa Vergueiro – CPV –, Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina – UEL –, e muitos outros.

Vários destes Centros caracterizam-se por uma especialização em acervos de movimentos sociais e de resistência atuantes, principalmente, nas três últimas décadas do século XX. Assim, em todos esses casos, segundo Knauss, os centros de documentação universitários ou, de alguma forma, centros ligados à universidade, têm um papel decisivo na proteção do patrimônio documental local e regional.

Dessa forma, de acordo com a Lei Federal nº 8.159/91, os arquivos privados são definidos como “conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades” (BRASIL, 1991). Esta definição é aceita, principalmente, por vários estudiosos da área da arquivologia, como, por exemplo, Heloísa L. Bellotto (2006), Paulo Knauss (2009), José Maria Jardim (1995), Janice Gonçalves (2002), entre outros.

De acordo com Laurent Vidal (2007, p. 4), os acervos pessoais podem ser determinados como “o conjunto de documentos produzidos e/ou pertencentes a uma pessoa, a um indivíduo, resultados de uma atividade profissional ou cultural específica”. Deste modo, os “documentos produzidos por pessoas físicas” são os conhecidos arquivos pessoais, que, a partir da década de 1980, passam a ser mais valorizados como fontes e objetos de pesquisa e, atualmente, também como patrimônio cultural.

Knauss afirma que as ações promovidas por estes centros universitários com relação à preservação e organização de arquivos pessoais evidencia um compromisso social da universidade que acaba por ampliar “as possibilidades de promoção do patrimônio documental, reforçando o sentido social dos acervos a partir do caráter público das instituições de ensino superior” (KNAUSS, 2009, p. 14).

Em relação aos centros universitários acima citados, todos preservam arquivos pessoais que estão sob a guarda destas instituições. O IEB, por exemplo, preserva as

seguintes coleções: Coleção Mário de Andrade, de Caio Prado Jr., Camargo Guarnieri, Guimarães Rosa, entre outros. O CPDOC guarda documentos, principalmente, de pessoas ligadas ao universo político e à administração pública como Gustavo Capanema, Filinto Müller, Getúlio Vargas, Ulysses Guimarães entre outros.

O CEDEM preserva arquivos pessoais que tiveram relações com movimentos sociais e partidos políticos de esquerda como: Clóvis Moura, Santo Dias, Roberto Morena, Astrojildo Pereira, Mário Pedrosa entre outros. O AEL-UNICAMP segue a mesma linha do CEDEM, possuindo, logicamente, o arquivo que deu nome a esta instituição – Edgar Leuenroth, Luiz Carlos Prestes, Leon Hirszman, entre outros.

Também há uma preocupação com a preservação dos arquivos pessoais pelas instituições públicas, como o Arquivo Nacional, que preserva os arquivos de Góes Monteiro, Floriano Peixoto, Salgado Filho, entre outros. O Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP –, possui sob sua guarda o arquivo pessoal de Adhemar de Barros, Armando de Salles Oliveira, Carlos de Campos, Rui Ohtake, Washington Luís Pereira de Souza, entre outros. O Arquivo Público Mineiro – APM –, também segue a mesma tendência do AN e do APESP, possuindo os arquivos pessoais de Arthur Bernardes Filho, Barão Homem de Mello, Olegário Maciel, Percival Farquhar, entre outros.

A partir dos exemplos citados, podemos afirmar que significativa parcela dos arquivos pessoais, muitas vezes, forma-se como coleções, não como fundos arquivísticos e, que, de alguma forma, estes arquivos já se encontram patrimonializados, pois estão sendo preservados em caráter permanente por instituições diversas ou centros de documentação que possuem esse objetivo – o de preservar e dar acesso aos documentos – e, também, estes fazem parte das coleções permanentes/históricas dos vários de nossos mais importantes arquivos públicos.

Desse modo, observamos que a ampliação do universo de fontes, gerado pelo desenvolvimento da pesquisa historiográfica e pela incorporação dos estudos históricos nas diferentes áreas da pesquisa social e das humanidades em geral, trouxe como um de seus resultados mais marcantes a atenção para os arquivos pessoais, a ponto de torná-los, muitas vezes, o próprio objeto de pesquisa.

Justificamos aqui, então, a importância do arquivo pessoal não só como fonte de uma pesquisa nas áreas das Ciências Humanas, mas também como objeto de pesquisa, dado a sua relevância de conteúdo e contribuição para a pesquisa histórica de nosso país.

As obras de Clóvis Moura

No que se refere à História do Negro no Brasil, Clóvis Moura é um dos mais destacados intelectuais dedicados aos estudos sobre o preconceito racial no Brasil. Segundo Mário Maestri (2004), quando Clóvis Moura publicou seu primeiro livro em 1959 – *Rebeliões da Senzala* –, obra de referência para os estudos históricos sobre o Brasil. Mesmo sofrendo críticas de alguns intelectuais, como Caio Prado Jr., por exemplo, Moura insistiu em defender a ideia de que o “estabelecimento da escravidão subvertera em suas bases o regime de trabalho até então dominante”. Nesse sentido, chamou atenção para as práticas sociais de resistência dos negros durante a escravidão, destacando suas lutas e guerrilhas, como a mais notável delas, o Quilombo dos Palmares (MOURA, 1988).

Sobre os estudos relativos à resistência escrava, Moura concluiu: “com isto procurei demonstrar que o papel dos agentes sociais oprimidos, mesmo derrotados, o que vem negar à história como uma história dos vencidos. Os vencidos são os vencedores da história porque eles, mesmo derrotados estabelecem as mudanças” (ALMEIDA, 2003, p. 12).

Da mesma forma, Souza conclui que esta obra foi original para sua época, no sentido de trazer uma abordagem diferente daquelas apresentadas, até então, pelas Ciências Sociais em relação à resistência escrava. Ainda percebemos que Moura, ao construir seu trabalho, tentou apontar as mais variadas formas de resistência, seja por meio da participação do negro em comunidades quilombolas, nas táticas de guerrilha e nas associações secretas, buscando compreender as raízes da história do Brasil e mostrando um escravizado atuante e participativo no cenário social.

Ainda sobre a obra *Rebeliões da Senzala*, Gustavo Orsolon de Souza, em sua monografia apresentada na UFRRJ, intitulada *A Resistência Escrava: uma análise historiográfica do livro Rebeliões da Senzala de Clóvis Moura*, reflete sobre o seu impacto, sobre a trajetória de vida do autor e sobre seu posicionamento diante do tema da resistência escrava. Nesse sentido, discute as obras dos intelectuais do período como Gilberto Freyre, Nina Rodrigues, Arthur Ramos, entre outros, relacionando-os com a teoria e as ideias de Clóvis Moura (SOUZA, 2009)¹².

O jornalista José Carlos Ruy (2004) também ressalta a importância das obras de Clóvis Moura para o entendimento da história política do Brasil, principalmente após a publicação de *Rebeliões*. Ruy defende que essa obra rompeu com a teoria acadêmica da

¹² Gustavo Orsolon também estudou sobre Clóvis Moura em sua dissertação de Mestrado, a saber: SOUZA, 2013.

época, revelando o negro que resistia e lutava para conquistar sua liberdade¹³. Contrapondo-se a Gilberto Freyre e outros pensadores do período, Moura demonstra que o negro não era somente uma mercadoria no sistema colonial, nem era passivo e obediente aos seus senhores, lutando e resistindo ao “sistema segregacionista” da colônia.

Dessa forma, para pensar a história social brasileira, Mesquita afirma que Clóvis Moura lançou mão de uma análise marxista – como outros intérpretes do Brasil e seus contemporâneos, a exemplo de Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré –, buscando “juntar os cacos sobre um assunto tergiversado, que era a luta dos escravos contra o cativeiro. Ele estabeleceu, através da análise dos quilombos e das numerosas insurreições escravas, uma nova interpretação da formação da sociedade brasileira” (MESQUITA, 2004, p. 341). O conceito de luta de classes foi usado como chave para a interpretação desses movimentos, que representariam o processo mais agudo da luta de classes no tempo da escravidão. Moura ressaltou que a sociedade brasileira se formou através de uma contradição fundamental, qual seja, senhores *versus* escravos, sendo as demais contradições decorrentes desta.

Clóvis Moura também apresentava diferenças de abordagem em relação ao pensamento de Celso Furtado, no que diz respeito à escravidão no Brasil. O primeiro fugia da ortodoxia academicista, enquanto o segundo mantinha ideias “tradicionais” sobre o assunto, afirmando que os escravos eram mercadorias que sustentavam o sistema escravista. Clóvis Moura posicionou-se contrário a essa visão tradicional, afirmando que na sociedade escravista também havia luta de classes.

O sociólogo Fernando Henrique Cardoso, em sua obra *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* não discute sobre a questão racial, mas entra na discussão sobre o uso da mão de obra escrava em nosso país, rompendo tanto com a visão romântica que defendia a existência de certa harmonia nas relações entre senhor e escravo como com aquela que enxergava, na servidão, uma forma de feudalismo. Para Cardoso, aprofundar o estudo da escravidão era uma forma de alargar a consciência democrática brasileira e de desmascarar o mito da democracia racial, surgido após a abolição da escravatura, que buscava esconder o preconceito racial e a desigualdade entre brancos e negros. Entretanto, Cardoso manteve a defesa de que o escravo era uma mercadoria, portanto, uma “coisa” ou objeto no sistema escravista, o que explicaria seu comportamento passivo diante da dominação social.

¹³ Ruy defende em seu artigo que as teses de Clóvis Moura tinham profunda influência marxista. Ver RUY, 2004.

Novamente, a socióloga Érika Mesquita levanta outros pontos das teses de Clóvis Moura que também são relevantes para a história do negro no Brasil. Em relação ao racismo brasileiro, Moura contrapõe-se aos teóricos que procuravam desvendar o lado etnográfico e folclórico do negro no país, e parte do campo histórico, para explicar a situação do negro, à qual ele denomina “racismo velado”. Mesquita discute esse racismo que, segundo ela, aparece na hora de uma entrevista de emprego, em casamentos inter-raciais, quando a polícia procura um criminoso, dentre outras situações. Dessa forma, esses preconceitos levam ao que chamamos de “marginalização” do negro no Brasil, no pós-abolição.

A ideia principal de Clóvis Moura em relação ao racismo é revelar que o negro era “bom escravo” no período colonial e depois da abolição passou a ser “mau cidadão”¹⁴. Moura conclui que o negro vive em uma situação precária, herdada da escravidão, e critica os estudiosos que reduzem essa questão a um simples problema de classe, e que o racismo está imbricado em todas as fases históricas da nação brasileira. Segundo o intelectual, seria necessário, então, lutar contra esse preconceito “velado” existente em nosso país.

Da mesma forma, o historiador Petrônio Domingues defende a tese de que a vinda dos imigrantes para as cidades, no período pós-escravidão, foi uma política governamental paulista construída com apoio da elite, interessada em excluir os negros livres da sociedade:

logo após o fim da escravidão sobrava mão-de-obra negra na cidade, contudo eles eram impedidos de atuar no mercado formal e na indústria que começava a florescer, partindo então para trabalhos marginais. Os imigrantes, por outro lado, receberam vários incentivos para vir para o Brasil e para São Paulo, ainda que as condições de trabalho muitas vezes fossem vis. (DOMINGUES, 2002)

Domingues também argumenta que a população negra era impedida de se matricular em muitas escolas, de locar imóveis; proibida de frequentar certos clubes, cinemas, teatros, bares, determinadas áreas das ruas e praças públicas; não aceita em muitas empresas, orfanatos e irmandades religiosas. Ou seja, ser negro em São Paulo, até a década de 1930, era viver em condições de sub-cidadania, sem acesso a direitos civis fundamentais.

Lília Schwarcz, em *O Espetáculo das Raças* (1993, p. 14), especialmente no capítulo *Cientistas, instituições e questão racial*, procurou “entender a relevância e as variações na utilização desse tipo de teoria no Brasil, no período que vai de 1870 a

¹⁴ Em relação à marginalização dos negros no pós-abolição ver: MOURA, 1977. Mais recentemente temos, sobre o mesmo assunto: DOMINGUES, 2005.

1930”. Nesse trabalho a autora busca demonstrar que, mais do que simples cópias de modelos estrangeiros, as ideias da intelectualidade brasileira sobre raça caracterizaram-se pela especificidade, não raro pela adaptação criativa e seletiva de conceitos face à realidade social do país. Diante da condenação da miscigenação racial, tema corrente no debate europeu, que se traduziria pela decadência implacável e pela impossibilidade de progresso de países como o Brasil, fortemente miscigenado, surgiram reações múltiplas (em certos casos ambíguos), oscilantes entre a preocupação, a constatação e o elogio à mestiçagem.

Para consolidar suas teorias sobre a questão racial, as obras de Clóvis Moura foram pioneiras em abordar aspectos diferenciados da história do negro no Brasil. Em *Preconceito de Cor na Literatura de Cordel* (1976), analisou o folclore brasileiro, impregnado de símbolos que expressam preconceitos contra o negro. Para o autor, o cordel trata o negro segundo a visão do colonizador, sendo retratado como cão ou o diabo: “o negro que é praticamente a população brasileira na sua estrutura básica, é colocado como se fosse uma coisa exótica dentro da nação brasileira, ou é visto como objeto da ciência que a gente tem que estudar para poder dar um remédio para curar”¹⁵.

Sociologia do Negro Brasileiro, publicado em 1988, sintetiza 20 anos de pesquisas sobre a situação e as perspectivas do problema do negro no Brasil. Nesta obra, Clóvis Moura procura, por meio do método histórico-dialético, analisar alguns aspectos específicos do tema abordado com o intuito de formular uma visão diacrônica e dinâmica das lutas dos escravos com a classe operária, no período que ele intitula de escravismo tardio. Para tanto, Moura se dedica à avaliação da imprensa negra de São Paulo e do negro do mundo urbano, que vive no que denominou de gueto invisível. O objetivo do lançamento, em 1988, era o de contribuir para a formação de uma prática social capaz de romper a segregação invisível, mas operante em que vive a população negra no Brasil.

Naquele mesmo ano, Moura publicou *Quilombos: resistência ao escravismo*, onde procura, a partir da análise do sistema escravista brasileiro, fazer uma breve descrição sobre a existência dos quilombos neste período. O autor destaca ainda que, parte da explicação sobre a estrutura de um quilombo, de sua formação e de suas formas de resistir ao “aparelho opressor” no Brasil marcou “sua presença durante todo o período escravista e existiu praticamente em toda a extensão do território nacional. À medida que o escravismo aparecia e se espalhava nacionalmente, a sua negação também

¹⁵ Entrevista concedida por Clóvis Moura publicada em Movimento UNE. *Revista Bimensal da União Nacional dos Estudantes*. nov/dez, 1981. p. 35-36.

surgia como sintoma da antinomia básica desse tipo de sociedade” (MOURA, 1988a, p. 13).

Moura utiliza como exemplo principal o Quilombo dos Palmares que, segundo ele, foi “a maior manifestação de rebeldia contra o escravismo na América Latina. Durou quase cem anos e, durante esse período, desestabilizou regionalmente o sistema escravocrata” (MOURA, 1988a, p. 38). Segundo Moura, Zumbi (ou Ganga-Zumba) representou a capacidade de organização, de mobilização e de resistência da República dos Palmares, tornando-se herói-símbolo do quilombo, pois a sua vida é sinônimo da biografia do povo de Palmares, por quem foi assassinado (MOURA, 1988a, p. 63).

Por fim, em *História do Negro Brasileiro* (1989), traça a experiência histórica do negro no Brasil partindo da diáspora africana – comércio/tráfico transatlântico –, passando por sua resistência à escravidão e culminando no pós-abolição, marcado pela busca da cidadania. Nesta obra, Moura descreve a vida do negro no período colonial, apresentando características relativas aos seus costumes e às práticas de resistência, mostrando a quilombagem como instrumento de “mudança social”. Posteriormente, com a crise do escravismo, Moura discorre a respeito das estratégias de inserção à sociedade livre, utilizando como exemplo as festividades, a Revolta da Chibata, a Frente Negra Brasileira, entre outros.

No ano de 2003, quando Clóvis Moura faleceu, o professor Luiz Sávio de Almeida, organizou uma coletânea intitulada *O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*, publicada pela Editora da Universidade Federal de Alagoas. O objetivo deste livro foi o de reunir artigos de diversos intelectuais que ressaltavam a contribuição – não somente aos estudos, mas também à prática política –, sobretudo no que se refere ao Movimento Negro – das ideias de Clóvis Moura ao debate da história do negro no Brasil. Moura se fez presente num breve depoimento trazido no início desta obra, em que se auto avalia. Os artigos foram escritos por Octavio Ianni, Mário Maestri, João José Reis, Manuel Correia de Andrade, Kabengele Munanga, José Carlos Ruy, Aluysio Mendonça Sampaio, Érika Mesquita e Petrônio José Domingues.

Em suma, para Moura, a formação de nosso país tem um caráter ambíguo e está repleta de antagonismos. Ele enfatiza que em nenhum momento os donos do poder estiveram voltados para atender as necessidades do conjunto da sociedade, composta por uma população majoritariamente não-branca, que se encontra nas camadas sociais mais baixas ou se acham excluídas dos benefícios do processo econômico, formando a categoria sempre crescente dos marginalizados sociais (MESQUITA, 2004, p. 342).

Considerações Finais

Em seu trabalho, Ducrot (1998) recomenda que, ao estudar um arquivo pessoal, é preciso investigar a biografia do sujeito em questão para construir os instrumentos de auxílio à pesquisa a serem elaborados. Com essa perspectiva, estudamos a vida de um intelectual independente e, ao mesmo tempo, militante contra o racismo no Brasil. Essa narrativa interligou-se à base da teoria arquivística, utilizada para construção deste artigo e referenciada na bibliografia.

O patrimônio documental tem sido um tema muito explorado pelas Ciências Humanas, principalmente na História e na Arquivologia, devido as informações contidas em seus arquivos que podem revelar memórias “nunca dantes navegadas” pela história. As discussões historiográficas, na atualidade, têm indicado a importância cada vez maior do patrimônio arquivístico para o estudo de inúmeros temas da nossa história.

Clóvis Moura manteve até o fim suas convicções socialistas, confiando que só a derrocada do capitalismo e o fim das desigualdades sociais criariam as condições objetivas para o caso definitivo do racismo. Influenciado pelos estudos que fizera do passado e da atualidade, Moura não conjecturava a revolução de uma forma romântica, acreditando que ela aconteceria, mas não em curto prazo. Viria como resultado de um processo lento de deterioração da sociedade, e de uma conscientização derivada da periferia. E essa revolução, no seu entender, será comandada pela classe que é majoritária, qual seja, a classe pobre, que é duplamente oprimida – social e racialmente (MESQUITA, 2004, p. 351). Então os negros fariam parte dessa revolução:

Clóvis Moura via o capitalismo como uma gigantesca máquina de produzir desigualdades, por isso era preciso destruí-la. Ele não estudou a fundo as engrenagens dessa máquina, mas previu seu fim para quando os setores subalternos, encabeçados pelos não-brancos, levantassem a bandeira do socialismo. Ele sugeriu, porém, que a conscientização dos não-brancos virá apenas a passos lentos, devido ao grande poder de adaptação do capitalismo e da eficácia de suas ideologias. Seu otimismo vinha de sua observação de numerosos e sérios movimentos sociais que continuavam surgindo e incomodando as elites locais e mundiais. Esse porvir venturoso, ele o antevia por continuar a acreditar na utopia, se perfilando com aqueles que não deixaram de acreditar num mundo solidário e justo (MESQUITA, 2004, p. 352).

Em suma, o que pretendemos neste artigo foi expandir nosso olhar crítico para a própria sociedade em que estamos inseridos, analisando nossos próprios costumes e representações.

Referências

ALMEIDA, Luiz Sávio de (org.). *O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*. Maceió: EDUFAL, 2003.

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, Heloísa L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, FGV, Rio de Janeiro, nº 21 - 1998/1.

CAMARGO, Célia. Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas. In: *CPDOC 30 anos*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2003.

DOMINGUES, Petrônio José. *Uma História não Contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Ed. SENAC, 2005.

FRAIZ, Priscila M. V. *A construção de um eu autobiográfico: o arquivo privado de Gustavo Capanema*. Rio de Janeiro, UERJ, Centro de Educação e Humanidades, 1994.

GARCIA, Maria Madalena A. de M. M. “Os Documentos Pessoais no Espaço Público”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, FGV, v. 11, n. 21, 1998.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e Memória*. SP: Editora Unicamp, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, p. 121-127.

HALL, Stuart. “Notas sobre a desconstrução do popular”. In: *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Minas Gerais, UFMG. (Org. Liv Sovik), 2003, p. 247-264.

HEYMANN, Luciana Q. *As obrigações do poder: relações pessoais e vida pública na correspondência de Filinto Müller*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional (UFRJ). Rio de Janeiro, 1997.

_____. Arquivos e Interdisciplinaridade: Algumas Reflexões. *Seminário CPDOC 35 anos: a Interdisciplinaridade nos Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 2008.

_____. Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos. *VIII Reunião de Antropologia do Mercosul*, GT 33 – Processos de patrimonialização da cultura no mundo contemporâneo, 2009.

HEYMANN, Luciana Q. Os fazimentos do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 36, p. 43-58, 2005.

_____. *De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”*: reflexões acerca da produção de “legados”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

HEYMANN, Luciana Q. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa / FAPERJ, 2012.

JARDIM, José Maria. A Invenção da Memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, p. 1-13, 1996.

KNAUSS, Paulo. Usos do passado, arquivos e universidade. *Cadernos de Pesquisa CDHIS*, v. 22, n. 40, p. 9-16, 2009.

MESQUITA, Érika. Clóvis Moura (1925-2003). *Afro-Ásia*, Salvador, v. 1, n. 31, p. 339-356, 2004.

MOLINA, Talita dos Santos. *Arquivos Privados e Interesse Público: caminhos da Patrimonialização Documental*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

_____. Arquivos privados e interesse público: caminhos da patrimonialização documental. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, v. 26, n. 2, p. 160-174, s/d.

_____. *Arquivos privados e patrimônio documental: o Programa de Preservação da Documentação Histórica – Pró-documento (1984-1988)*. 2018. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2018.

MORAES, Sandra (org.). *Guia do Acervo – CEDEM*. São Paulo: Cedem / UNESP, 2018.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. 4. Ed. São Paulo: Ed. Mercado Aberto, 1988.

_____. *O Negro: de Bom Escravo a Mau Cidadão?* Rio de Janeiro: Ed. Conquista, 1977.

PROCHASSON, Cristophe. Atenção: Verdade! Arquivos Privados e renovação das práticas historiográficas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, v. 11, n. 21, p. 105-119, 1998.

RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo: 1969-1987*. São Paulo: Ed. UNESP: Imprensa Oficial do Estado: CONDEPHAT: FAPESP, 2000.

RUY, José Carlos. Clóvis Moura investigava o passado histórico para compreender melhor as lutas do presente. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 1, n. 32, 2004.

SCHWARCZ, Lilia M. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.


SOUZA, Gustavo Orsolon de. *“Rebeliões da Senzala”*: diálogos, memória e legado de um intelectual brasileiro. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ. Seropédica, RJ, 2013.

VIDAL, Laurent. Acervos pessoais e memória coletiva - alguns elementos de reflexão. *Patrimônio e Memória*. UNESP - FCL/Assis - CEDAP, v.3, n.1, p. 4-35, 2007.

Artigo recebido em 29 de agosto de 2019. Aprovado em 30 de outubro de 2019

AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO INÍCIO DO SOCIALISMO CHINÊS: REFLEXÕES A PARTIR DOS CARTAZES DE PROPAGANDA DO I PLANO QUINQUENAL (1953-1957)

*Edelson Costa Parnov*¹ 

*Tatiana Silva Poggi de Figueiredo*² 

Resumo: Este artigo tem como objetivo elucidar as funções e os usos relacionados às representações de gênero dos cartazes de propaganda chineses do I Plano Quinquenal (1953-7). As fontes estão disponíveis no site <http://chinese posters.net/>, mantido pela Leiden University. Ele reúne pôsteres da coleção de Stefan Landsberger, professor emérito dessa instituição, e de uma coleção particular anônima. Utilizou-se o método iconológico para a análise imagética e a Análise Crítica do Discurso para o estudo das legendas dos cartazes. Defende-se que o Partido Comunista usou os pôsteres para construir hegemonia na sociedade chinesa acerca das relações de gênero consideradas em acordo com o socialismo, valorizando modelos de mulheres ativas no mundo do trabalho e de casais harmoniosos. Com isso, esses sujeitos não transportariam seus problemas pessoais para a esfera da produção, possibilitando o seu incremento, fator tido como fundamental à transição socialista.

Palavras-chave: China. Gênero. Plano quinquenal. Revolução chinesa. Socialismo.

THE GENDER RELATIONS AT THE BEGINNING OF CHINESE SOCIALISM: REFLECTIONS THE PROPAGANDA POSTERS OF THE FIRST FIVE-YEAR PLAN (1953-1957)

Abstract: This article aims to elucidate the functions and uses related to gender representations of the Chinese propaganda posters of the First Five-Year Plan (1953-7). The sources are available at <http://chinese posters.net/> maintained by Leiden University. It collects posters from the collection of Stefan Landsberger, emeritus teacher of this institution, and from an anonymous private collection. It was used the iconological method to analyze the images and Critical Discourse Analysis for the study of poster subtitles. It is argued that the Communist Party used the posters to build hegemony in Chinese society over gender relations considered in accordance with socialism, valuing models of women active in the working world and harmonious couples, that would not carry their problems into the sphere of production, production sphere, enabling its increase, a factor considered fundamental to the socialist transition.

Keywords: China. Gender. Five-year plan. Chinese revolution. Socialism.

LES RELATIONS DE GENRE AU DÉBUT DU SOCIALISME CHINOIS : RÉFLEXIONS TIRÉES DES AFFICHES DE PROPAGANDE DU PREMIER PLAN QUINQUENAL (1953-1957)

Résumé: Le But de cet article est élucider les fonctions et les utilisations liées aux représentations de genre des affiches de propagande chinoise du Premier Plan Quinquennal (1953-7). Les sources sont disponibles sur <http://chinese posters.net/>, sur le site de l'Université de Leiden. Sur cette page il y a les affiches de la collection de Stefan Landsberger, professeur

¹ Mestrando em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Atua como pesquisador do Centro de Estudos Asiáticos (CEA) da UFF e pesquisador associado do Laboratório de Estudos da Ásia da Universidade de São Paulo (LEA/USP); integrante da Associação Nacional de História (ANPUH), da Rede Brasileira de Estudos da China (RBChina) e da Asociación Latinoamericana de Estudios de Asia y África (ALADAA). E-mail: ecparnov@gmail.com.

² Professora de História Contemporânea na Universidade Federal Fluminense. Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (2004), mestrado (2008) e doutorado (2012) pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: tatiana.poggi@gmail.com.

émérite de cette institution. La méthode iconologique a été utilisée pour l'analyse d'images et l'Analyse Critique du Discours pour l'étude des sous-titres d'affiches. On postule que le Parti Communiste a utilisé les affiches pour construire une hégémonie dans la société chinoise sur des relations de genre considérées par rapport au socialisme, en valorisant les modèles de femmes actives dans le monde du travail et de couples harmonieux, qui ne porteraient pas leurs problèmes à la société de production. Cet aspect cause l'augmentation, un facteur qui est considéré fondamental pour la transition socialiste.

Mots-clés: Chine. Genre. Plan quinquennal. Révolution chinoise. Socialisme.

LAS RELACIONES DE GÉNERO AL COMIENZO DEL SOCIALISMO CHINO: REFLEXIONES ACERCA DE LOS CARTELES DE PROPAGANDA DEL PRIMER PLAN QUINQUENAL (1953-1957)

Resumen: Este artículo tiene como objetivo dilucidar las funciones y usos relacionados con las representaciones de género de los carteles de propaganda chino del Primer Plan Quinquenal (1953-7). Las fuentes están disponibles en el sitio <http://chinese posters.net/>, mantenido por la Leiden University. El sitio recoge carteles de la colección de Stefan Landsberger, profesor emérito de esta institución, y de una colección privada anónima. El método iconológico se utilizó para el análisis de imágenes y el Análisis Crítico del Discurso para el estudio de subtítulos de carteles. Se argumenta que el Partido Comunista usó los carteles para construir hegemonía en la sociedad china sobre las relaciones de género consideradas de acuerdo con el socialismo, valorando modelos de mujeres activas en el mundo laboral y parejas armoniosas, que no llevarían sus problemas a la esfera de producción, permitiendo su aumento, un factor considerado fundamental para la transición socialista.

Palabras-clave: China. Género. Plan quinquenal. Revolución China. Socialismo

Introdução

A vitória da revolução chinesa, em 1949, e o esforço de construção do socialismo na China significaram uma série de intensas mudanças naquele país, especialmente no que diz respeito às relações de gênero. No tocante ao trabalho, houve a inserção em massa das mulheres à esfera da produção, com a implementação de uma reforma agrária que distribuiu lotes de terra a despeito do gênero, além da ampliação do direito ao trabalho a todas as pessoas adultas (BEJA, 1995, p. 29-30). Já em relação aos direitos políticos e individuais, as mulheres passaram a poder votar e a escolher seu cônjuge, o pátrio poder foi extinto e a prática de enfaixamento dos pés das meninas, considerada um símbolo de beleza, foi proibida (*Ibid.*, p. 27-28). Portanto, houve uma tentativa de ruptura com as relações tradicionais de gênero, baseadas no confucionismo, o qual estimulava o respeito às hierarquias e à harmonia social, promovendo a naturalização dos papéis femininos de mãe, esposa e filha (*Ibid.*, p. 01-02).

No que concerne aos princípios confucionistas que estruturavam a sociedade chinesa pré-revolucionária, eles foram identificados pelos comunistas como sinônimos de atraso – traços semifeudais – e obstáculos à modernização e ao processo de edificação do socialismo na China, sendo imprescindível a sua superação (DABAT,

2006, p. 161-165). Logo, ao chegar ao poder, o Partido Comunista Chinês³ buscou difundir representações de gênero que iam de encontro àquelas visões, principalmente através da mobilização de cartazes de propaganda, haja vista que a China apresentava uma população com escolaridade baixíssima – em 1952, a média de anos de educação primária para pessoas acima dos quinze era de 1,7 ano (MADDISON *apud* MORAIS, 2011, p. 39).

Neste sentido, o intuito principal do trabalho em questão é elucidar as possíveis funções e usos relacionados às representações de gênero dos cartazes de propaganda do período do I Plano Quinquenal⁴ chinês, o qual vigorou entre 1953 e 1957. Além disso, procura-se articulá-las às transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas na República Popular da China⁵ naqueles anos.

Os pôsteres encontram-se disponíveis no website em língua inglesa *Chinese Posters*⁶, mantido pela *Chinese Posters Foundation* e pelo *International Institute of Social History* (IISH) da Leiden University, sediada em Amsterdã, na Holanda. Essa plataforma virtual reúne mais de sete mil pôsteres de propaganda chineses oriundos da coleção de Stefan Landsberger, professor emérito dessa instituição, e de uma coleção particular anônima. Além disso, ela abrange cartazes produzidos entre o início do século XX e o começo do XXI, organizados por assunto no menu *Themes*.

Em razão da base com a qual trabalha-se reunir um número muito elevado de pôsteres de propaganda, inicialmente realizou-se a filtragem do acervo por meio das seções temáticas relacionadas à questão de gênero, isto é, aquelas que contivessem no título uma das seguintes palavras-chave: “woman” (mulher), “women” (mulheres), “marriage” (casamento), “family/families” (família/famílias), “wife” (esposa), “mother” (mãe), “girl” (garota) e “lady/ladies” (dama/s). Essa busca retornou um total de doze seções. Em seguida, selecionou-se de cada uma delas somente os cartazes de propaganda que foram produzidos nos anos do recorte temporal da pesquisa, isto é, 1953-1957, e que estivessem na parte principal da seção, obtendo-se um total de 19 pôsteres.

É importante frisar que os cartazes de propaganda analisados são compostos por uma imagem em estilo realismo socialista, isto é, o modelo artístico do socialismo real,

³ A partir de agora nos referiremos a essa organização pela sigla PCCh.

⁴ Colocado em prática pelo Partido Comunista Chinês, ele consistiu em um esforço de reconstrução econômica do país, arrasado após as quase três décadas de lutas que antecederam o triunfo da revolução chinesa, em 1949. Ele foi inspirado nos planos quinquenais soviéticos do período stalinista, priorizando a indústria pesada em detrimento dos campos e centralizando as decisões políticas no aparelho estatal (BELLASEN *et. al.*, 1977, p. 58).

⁵ De agora em diante, simplesmente, RPC.

⁶ Disponível em: <http://chinese posters.net/>. Acesso em: 19 de outubro de 2019.

o qual celebrava “[...] o trabalho em fábricas e em fazendas coletivas” (Burke, 2017, p. 102), e por uma pequena legenda explicativa. Por isso, optou-se por duas metodologias de análise diferentes, quais sejam: o método iconológico para o material imagético e a Análise Crítica do Discurso (ACD) para a parte escrita.

No tocante ao método iconológico (PANOFSEY, 2009, p. 50-52), é importante ressaltar-se que ele consiste na identificação de três níveis de significado: o primário ou natural, referente ao material, linhas, formas e cores, de modo a perceber os fatos e expressões representadas; o secundário ou convencional, dedicado ao estabelecimento de ligações entre os motivos artísticos e assuntos e conceitos; e o mais importante, o significado intrínseco ou conteúdo, com o intuito de identificar o período, classe social, gênero etc. representados. Neste sentido, essa metodologia parte da concepção segundo a qual as obras de arte estão relacionadas ao seu contexto histórico e cultural, sendo inseparável dele. Logo, a análise aprofundada desses materiais deve, necessariamente, considerar o contexto em que foram construídos.

Já no que diz respeito à ACD, ela constitui uma perspectiva sobre a língua e sobre a semiose (linguagem visual, corporal, dentre outras) “como um elemento ou momento do processo social material” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 307). Em outras palavras, ela defende que a língua e as diversas modalidades de linguagens são indissociáveis das práticas sociais, isto é, das maneiras de agir na sociedade desde uma posição na estrutura social, encontrando-se relacionadas à produção da vida social, seja no âmbito econômico, político, cultural ou cotidiano (*Ibid.*, p. 308). Neste sentido, a ACD propõe uma análise em cinco etapas (*Ibid.*, p. 311-314), quais sejam: 1) a identificação de um problema e 2) dos empecilhos para a sua solução; 3) a análise do discurso, isto é, de sua apreciação crítica com o intuito de verificar como ele contribui para a manutenção de relações de poder e de dominação, ou seja, seu caráter ideológico; 4) o estudo das contradições do discurso e das possibilidades de mudança que ele engendra; e 5) a apreciação da eficácia desse discurso, isto é, de sua contribuição para a emancipação social e o ajuste.

As “novas mulheres” da China nova

A partir da análise do material coletado, classificou-se os pôsteres de propaganda do I Plano Quinquenal em seis categorias, quais sejam: os “casais harmoniosos”, as “camponesas-modelo”, as “operárias-modelo”, as “cuidadoras”, as “mulheres guerreiras” e as “mulheres unidas”. Essas representações, isto é, elementos que possibilitam aos integrantes de uma determinada sociedade recorrerem a um mesmo

conjunto de significados, ou seja, se sentirem parte de um mesmo grupo (CARDOSO, 2000, p. 9-10) foram empregadas pelo PCCh como forma de mostrar ao conjunto da sociedade chinesa como ela deveria ser na nova ordem revolucionária no tocante às relações de gênero. Em outras palavras, a partir de uma elaboração social do feminino e do masculino desde as diferenças anatômicas, em uma relação social, a qual se dá no “terreno do poder, onde têm lugar a exploração dos subordinados e a dominação dos explorados, dominação e exploração sendo faces de um mesmo fenômeno” (SAFFIOTI, 1992, p. 185), buscava-se indicar aos homens e às mulheres chinesas a forma correta de agirem e de se relacionarem.

Neste sentido, os pôsteres de propaganda foram utilizados pelo PCCh de modo a construir hegemonia (GRAMSCI, 1999, p. 37 e 81) na China. Por um lado, contribuíram para a elaboração de um consenso a respeito de como homens e mulheres deveriam se comportar e se relacionar, bem como de que modo as famílias deveriam ser estruturadas na transição socialista. Por outro, eram um elemento de coerção, pois determinavam o modelo correto de família e de relações de gênero. Além disso, esse processo se encontrava intrinsecamente relacionado às transformações na esfera da produção ocorridas na RPC a partir de 1949.

A seguir se debruçará sobre cada uma das categorias de representações de gênero supracitadas dos cartazes de propaganda do I Plano Quinquenal chinês.

Os “casais harmoniosos”

Incluiu-se na categoria “casais harmoniosos” os pôsteres de propaganda que representam registros ou festas de casamento, nos quais são apresentados casais de camponeses expressando grande felicidade, indicando uma forte harmonia entre eles na esfera privada. Além disso, nesses cartazes é sugerido que a ausência de conflitos no lar, decorrente da liberdade de casamento e da monogamia, determinadas pela Nova Lei do Casamento de 1950 (BEJA, 1995, p. 28-29), levariam a uma harmonia nas relações sociais na esfera da produção, sendo favorável ao seu incremento.

Figura 1: A happy marriage, 1953 (Um casamento feliz⁷)



Fonte: The IISH-Landsberger Collections. Disponível em: <https://chinese-posters.net/posters/e15-472.php>. Acesso: 22 de agosto de 2019.

Neste pôster, representa-se uma festa de casamento de camponeses. O primeiro fato é perceptível em razão de haver um homem e uma mulher jovens ao fundo da cena encostados um no outro, quase de mãos dadas, e com uma espécie de adesivo vermelho colado em seus peitos, um símbolo de que contraíram matrimônio. Atrás deles está um retrato de Mao Zedong com um olhar direcionado para a totalidade da cena. No lado esquerdo, alguns homens e mulheres, a maioria dos quais mais velhos, observam os recém-casados com expressões entusiasmadas, muito provavelmente os seus parentes. Já em primeiro plano, no lado direito, algumas meninas dançam animadamente, possivelmente as damas de honra, enquanto à esquerda vê-se uma instrumentista encostada em uma pilastra e atrás dela outros dois músicos tocando. No que diz respeito à classe, ela é identificável devido aos trajes coloridos das pessoas representadas, os quais contrastam com as cores das roupas das operárias e dos operários, de tonalidade mais escura, como cinza e azul (LANDSBERGER, 2003, p. 27), conforme se verá na seção 2.3.

É importante salientar-se a juventude do casal, a qual pode ser compreendida como uma metonímia do próprio socialismo chinês, assim como o casal, também jovem e em construção. Ademais, a felicidade demonstrada no semblante dos presentes, especialmente dos cônjuges, assim como a legenda do pôster, é indicativo de tratar-se de um casamento realizado a partir da livre vontade de ambos, e por isso feliz, resultado da aprovação da Nova Lei do Casamento, em 1950. Além disso, a figura onipresente de Mao Zedong, expressa no quadro atrás dos recém-casados, consiste em uma espécie de

⁷ As traduções das legendas de todos os cartazes foram realizadas pelos autores.

reconhecimento de que, sem ele e sua atuação no sentido de libertar a China do imperialismo e da concentração fundiária, aquela cena não seria possível.

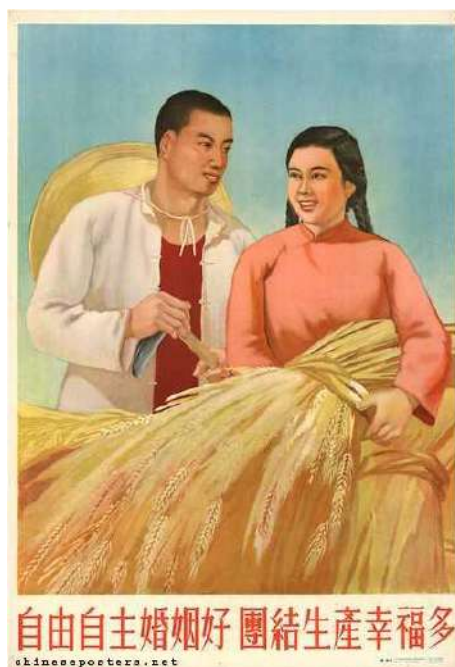
Figura 2: Freedom of marriage, happiness and good luck, 1953 (Liberdade de casamento, felicidade e boa sorte)



Fonte: The IISH-Landsberger Collections. Disponível em: <https://chinese-posters.net/posters/e15-594.php>. Acesso: 22 de agosto de 2019.

Já no cartaz acima, vê-se um homem e uma mulher camponeses que acabaram de firmar matrimônio. Percebe-se isso em virtude de eles encontrarem-se de mãos dadas e com uma expressão de grande felicidade, além de ambos estarem segurando um papel enrolado, provavelmente a certidão de casamento, e de apresentarem um adesivo vermelho afixado à roupa do lado esquerdo do peito, um símbolo de que se casaram, conforme salientou-se em relação ao pôster anterior. Além disso, atrás dos cônjuges encontra-se um grande livro aberto, o qual trata-se da abertura da Nova Lei de Casamento de 1950, na qual estão os artigos que versam sobre a proibição da prática de casamentos arranjados. Em razão disso, a legenda frisa a articulação entre liberdade de casamento e felicidade, além de desejar boa sorte aos recém-casados em virtude de tratar-se, como no caso anterior, de um casal jovem.

Figura 3: A free and independent marriage is good, there is great happiness in unified production, 1953 (Um casamento livre e independente é bom, há uma grande felicidade na produção unificada)



Fonte: The IISH-Landsberger Collections. Disponível em: <https://chinese-posters.net/posters/e15-591.php>. Acesso em: 22 de agosto de 2019.

Em relação a esse pôster, trata-se mais uma vez de um casal de camponeses, haja vista que ambos estão sorrindo e olhando um para o outro com cumplicidade. Contudo, dessa vez eles são representados na esfera da produção, provavelmente realizando uma colheita, uma vez que, enquanto a mulher carrega um feixe de trigo, o homem segura uma foice nas mãos. Além disso, ambos estão com roupas leves e de mangas compridas para se proteger do sol e o camponês usa um grande chapéu de palha preso ao pescoço.

Por conseguinte, trata-se mais uma vez de um casal feliz, possibilitado pela Nova Lei do Casamento, assim como de um indicativo de que a liberdade de matrimônio viabilizaria um casal harmonioso, o qual não teria conflitos para transportar da esfera privada para a da produção, tornando possível o seu incremento, tão valorizado pelo I Plano Quinquenal (BELLASSEN, 1977, p. 57), em vigência a partir do ano de produção do cartaz em questão. Ademais, ao falar em casamento feliz em decorrência da liberdade de escolha, bem como de atrelar felicidade à produção, a legenda da imagem corrobora essa interpretação.

Figura 4: In marriage, keep an eye on your own interests, and return radiant after registration, 1953 (No casamento, fique de olho em seus próprios interesses e volte radiante após o registro)



Fonte: The IISH-Landsberger Collections. Disponível em: <https://chineseposters.net/posters/e15-556.php>. Acesso: 22 de agosto de 2019.

No que diz respeito a esse cartaz, observa-se um casal de camponeses retornando do registro de casamento. Afirma-se isso em decorrência de ao fundo da imagem ver-se campos e montanhas e do fato dos recém-casados estarem em cima de uma carroça em movimento, sugerido pelo fato do homem empunhar um chicote para forçar o movimento de um cavalo. Além disso, eles usam roupas coloridas e a mulher segura junto ao seu peito um papel enrolado e preso por uma fita vermelha, muito possivelmente a certidão de casamento. Somado a isso, ambos estão com uma expressão contente e os galhos floridos sobre suas cabeças reforçam essa sensação de felicidade.

Ademais, é preciso ressaltar-se que o pôster em questão é direcionado muito mais às camponesas do que aos camponeses, uma vez que a legenda salienta que é preciso pensar nos próprios interesses ao firmar matrimônio, de modo a voltar feliz do registro, assim como a mulher encontra-se olhando para frente, isto é, para o futuro, com uma expressão que mescla felicidade e convicção de que ela tomou a melhor decisão.

Figura 5: A happy marriage, a happy family, 1955 (Um casamento feliz, uma família feliz)



Fonte: The IISH-Landsberger Collections. Disponível em: <https://chineseposters.net/posters/e15-146.php>. Acesso em: 22 de agosto de 2019.

O cartaz acima apresenta um jovem casal de camponeses em duas situações diferentes, sendo que a leitura da imagem deve ser feita da direita para a esquerda, pois ela foi produzida antes da reforma da escrita chinesa, ocorrida em 1958 (LIMA, 2012, p. 32). Na primeira, o pai está com o texto da Nova Lei do Casamento (1950) em mãos e aberto em alguma passagem importante, haja vista que ele está apontando para um trecho do livro e comunicando a informação à esposa que o escuta atentamente. Na segunda, o pai segura o filho no colo enquanto a mãe encontra-se ao seu lado, atenta para que nada ocorra de errado. Em ambas as situações as expressões corporais e faciais indicam uma grande cumplicidade, felicidade e harmonia entre o casal.

O fato de o pai segurar o filho é, provavelmente, uma alusão ao fim do pátrio poder ocorrido a partir da aprovação da Nova Lei do Casamento (BEJA, 1995, p. 29) e um convite aos pais a participarem do cuidado com os filhos e dos trabalhos domésticos. Já a leitura do texto da legislação em questão feita pelo marido e comunicada à esposa indica que agora todo camponês pode se casar, pois a proibição dos casamentos arranjados também implicou na ilegalidade dos dotes, e que ele está ciente dos direitos dela e quer que ela tome conhecimento deles. Contudo, é interessante notarmos que o fluxo de informações é dele para ela, demonstrando que as transformações nas relações de gênero que estavam se processando naquele momento não consistiram em uma total ruptura com os padrões de gênero anteriores à revolução de 1949, mas que houve algumas continuidades e ajustamentos. Também pode ser analisado na perspectiva de um possível cuidado com os homens, para que eles não se opusessem às mudanças em curso.

As “camponesas-modelo”

Na categoria “camponesas-modelo” foram inseridos os cartazes de propaganda que representavam camponesas jovens e atuantes na produção de cereais e de animais para o abastecimento das cidades. Além disso, elas são retratadas com uma expressão orgulhosa do papel importante para a construção do socialismo que acreditavam estar desempenhando.

Figura 6: New view in the rural village, 1953 (Nova visão na aldeia rural)



Fonte: The IISH-Landsberger Collections. Disponível em: <https://chinese posters.net/posters/e12-527.php>. Acesso: 22 de agosto de 2019.

No pôster em questão, encontra-se representada uma aldeia camponesa. Em primeiro plano, uma mulher jovem e sorridente está em pé e segurando uma muda de alguma variedade de arroz, haja vista que o plantio é realizado em pequenas áreas alagadas. Atrás dela, observa-se duas outras camponesas igualmente jovens inclinadas no sentido de plantarem as mudas. Apenas ao fundo aparecem alguns homens, dos quais não é possível ver sequer o rosto. Por conseguinte, é provável que se trate de habitantes de uma mesma vila camponesa cultivando cada qual o seu lote adquirido em decorrência da aprovação da Lei de Reforma Agrária de 1950 (AARÃO REIS, 1982, p. 14-15), interpretação que é embasada pela legenda, a qual fala de uma nova visão da aldeia, buscando se referir às mudanças nos campos proporcionadas por aquela legislação. Ademais, a ênfase no trabalho feminino, faz alusão ao fato de que as terras foram distribuídas independentemente do gênero (BEJA, 1995, p. 30), assim como a participação das mulheres na produção era essencial para a construção do socialismo chinês.

Além disso, em segundo plano encontra-se a aldeia camponesa, com casas cobertas de palha e cercadas por um muro, à esquerda, e as chaminés de uma indústria,

à direita, contrastando com o restante da cena. Neste sentido, a presença de uma fábrica em um cartaz sobre uma aldeia rural se deveu ao fato do I Plano Quinquenal, em vigor a partir do ano em que essa imagem foi elaborada, privilegiar a produção industrial de base e as cidades, indicando que a produção dos campos deveria alimentar a indústria (AARÃO REIS, 1982, p. 18), orientação fortemente influenciada pela assessoria técnica da União Soviética (SPENCE, 1995, p. 514).

Figura 7: The hogs of the commune must be raised to be fat and big!, 1956 (Os porcos da comuna devem ser criados para serem gordos e grandes!)



Fonte: The IISH-Landsberger Collections. Disponível em: <https://chinese-posters.net/posters/e15-450.php>. Acesso em: 22 de agosto de 2019.

Já no que concerne à imagem acima, em primeiro plano aparece uma camponesa escovando o pelo de um grande porco e sorrindo, demonstrando estar orgulhosa de seu trabalho como criadora de suínos. Ao fundo, observa-se vários outros porcos, indicando que ela está dentro de um curral desses animais, além de outras duas pessoas trabalhando próximas à uma espécie de galpão, provavelmente no qual os porcos são trancados à noite.

Além do mais, dessa vez a legenda aparece em tom de ordem, afirmando que os suínos precisam ser criados para serem grandes e gordos, em razão de ser necessário produzir alimentos em abundância para o abastecimento da população das cidades. Portanto, assim como no cartaz anterior, a relação subalterna dos campos em relação às cidades, na qual o trabalho supostamente emancipado das camponesas é mostrado como imprescindível, se manteve em decorrência das políticas do I Plano Quinquenal.

As “operárias-modelo”

Os cartazes dessa categoria representam operárias jovens, objetivando o estímulo à participação feminina na indústria para alavancar a produção na China, em

consonância com as determinações do I Plano Quinquenal, o qual privilegiou a indústria e as cidades em detrimento dos campos.

Figura 8: We are grateful for the support of our peasant Brothers for ensuring our production!, 1956 (Somos gratos pelo apoio de nossos irmão camponeses para garantir nossa produção!)



Fonte: The IISH-Landsberger Collections. Disponível em: <https://chineseposters.net/posters/e15-379.php>. Acesso em: 22 de agosto de 2019.

No que concerne a essa imagem, em primeiro plano é representada uma jovem operária empunhando algodão de dentro de uma saca aberta, identificável em virtude da touca e do uniforme azuis escuros que está trajando, bem como do fundo que revela um ambiente fechado e mais uma saca de algodão no canto inferior direito. Ademais, em cima e em segundo plano, observa-se uma imagem envelhecida de camponeses transportando carregamentos de algodão em carroças para a cidade.

Logo, assim como os pôsteres anteriores que enfatizavam a importância do trabalho feminino nos campos, esse salienta a centralidade da mão-de-obra das mulheres nas fábricas para aumentar a produção industrial. Além disso, tal como as imagens da categoria anterior, ele ressalta a subordinação dos campos em relação às cidades, fulcrais no projeto do I Plano Quinquenal, conforme já se ressaltou, e que aparece na legenda como um agradecimento aos camponeses, os quais são chamados de irmãos por assegurarem a produção fabril.

Figura 9: Her achievement of glory, 1954 (Sua conquista da glória)



Fonte: The IISH-Landsberger Collections. Disponível em: <https://chinese-posters.net/themes/women.php>. Acesso: 22 de agosto de 2019.

No tocante a esse cartaz, vê-se em destaque um homem mais velho presentando com uma bicicleta uma mulher mais jovem, provavelmente sua filha, vestida com um macacão azul, uma vestimenta operária. Do lado esquerdo, uma mulher mais velha comenta algo com orgulho com uma garota que está ao seu lado enquanto ambas observam a cena, sendo possivelmente a mãe e a irmã mais nova da mulher presenteada. Do lado direito, vários homens que também parecem ser trabalhadores, talvez colegas da mulher que ganhou a bicicleta, uma vez que estão vestidos de forma parecida com a dela. Enquanto isso, ao fundo, observa-se vários operários, um deles com uma bicicleta, indo em direção às fábricas que aparecem ao fundo da imagem.

Por conseguinte, infere-se que a mulher operária está recebendo do seu pai o meio de transporte para o trabalho que está começando, haja vista os olhares orgulhosos das pessoas a sua volta. Neste sentido, esse cartaz também enfatiza a relevância da participação feminina no esforço de aumento da produtividade industrial nos marcos do I Plano Quinquenal, caracterizada pela legenda como a conquista da glória pelas mulheres.

Figura 10: We are proud to participate in the industrialization of the nation, 1954
(Estamos orgulhosos de participar da industrialização da nação)



Fonte: The IISH-Landsberger Collections. Disponível em: <https://chinese posters.net/posters/e16-17.php>. Acesso: 22 de agosto de 2019.

Já nesta imagem, uma jovem operária sorridente do ramo da construção civil é representada durante uma pausa no trabalho de instalação da estrutura de ferro de um prédio. Atrás dela, uma pessoa de gênero não identificável, haja vista que está usando máscara, manuseia uma solda para fixar os vergalhões de metal do esqueleto do edifício.

Portanto, esse cartaz destoa dos dois anteriores, pois não mostra uma trabalhadora se dirigindo ao trabalho ou atuando na indústria têxtil, tradicionalmente um setor de predomínio do trabalho feminino (BEJA, 1995, p. 19), mas na indústria pesada. Ao mesmo tempo, ele também reafirma o estímulo das imagens anteriores para que as mulheres tomem parte do esforço de industrialização do I Plano Quinquenal.

As “cuidadoras”

Essa categoria se refere aos cartazes de propaganda que atrelavam os trabalhos relacionados ao cuidado das crianças e do lar às mulheres, indicando que o processo de construção do socialismo chinês não levou ao compartilhamento do trabalho doméstico e também não dissociou as tarefas relacionadas ao cuidado de uma suposta natureza feminina.

Figura 11: Growing up in happy times, 1953 (Crescendo em tempos felizes)



Fonte: The IISH-Landsberger Collections. Disponível em: <https://chinese-posters.net/posters/e16-252.php>. Acesso: 22 de agosto de 2019.

No que concerne ao cartaz acima, na frente vê-se uma mulher com duas crianças, uma menina em uniforme estudantil em pé ao seu lado segurando um pequeno livro, provavelmente contendo trechos dos pensamentos de algum dirigente do PCCh, e um bebê do gênero masculino em seus braços. Os três estão sorrindo e olhando para frente e o bebê parece acenar para alguém conhecido, talvez se despedindo. Ao fundo, encontram-se várias crianças também usando uniforme escolar, brincando em uma roda gigante e sendo acompanhadas por uma mulher adulta. Em razão disso, infere-se que o prédio situado atrás das pessoas representadas em primeiro plano é uma escola e as crianças que estão brincando em segundo plano encontram-se no pátio da instituição. Neste sentido, entende-se que as mulheres junto às duas crianças nos dois planos da imagem são professoras. Além disso, a legenda do cartaz enfatiza que as crianças crescem felizes sob o socialismo, se referindo à possibilidade de receberem educação formal e serem ensinados por professores realmente preocupados com elas.

Portanto, observa-se nesse cartaz uma reconfiguração da condição subalterna das mulheres chinesas, haja vista que a profissão de professora das séries iniciais é atrelada ao cuidado, concebido como uma característica naturalmente feminina, tanto que nenhum homem aparece como professor.

Figura 12: Chairman Mao gives us a happy life, 1954 (Presidente Mao nos dá uma vida feliz)



Fonte: The IISH-Landsberger Collections. Disponível em: <https://chinese posters.net/posters/e16-269.php>. Acesso: 22 de agosto de 2019.

Nesse pôster é representada uma família em casa durante uma refeição. Enquanto o pai está sentado à mesa brincando com os dois filhos, visivelmente mais agitados, e a filha, claramente mais contida, a mãe está em pé com uma expressão de felicidade, segurando uma tigela de alimento que leva em direção à mesa, além de vestir um avental, indicando que ela estava preparando a comida. Ao fundo, um retrato de Mao Zedong observa a cena.

Por conseguinte, compreende-se que os trabalhos domésticos após a revolução de 1949 continuaram a ser encarados como atribuições femininas, haja vista que é a mulher representada na cena que se incumbiu de preparar e de servir a comida. Além disso, a foto de Mao atrás das personagens e a legenda do cartaz reforçam a ideia de que a revolução por ele liderada era a responsável por aquela vida de prosperidade, expressa nos alimentos em abundância sobre a mesa e na felicidade indicada pelo semblante dos membros da família.

Figura 13: Daddy goes to work, we go to school, 1954 (Papai vai para o trabalho, nós vamos para a escola)



Fonte: The IISH-Landsberger Collections. Disponível em: <https://chinese posters.net/posters/pc-1954-005.php>. Acesso: 22 de agosto de 2019.

Já na imagem acima, uma mãe está arrumando seus filhos para levá-los à escola, sendo eles uma garota mais velha que está olhando para o espelho enquanto arruma a gravata de seu uniforme, uma menina mais nova que olha para suas unhas pintadas e um pequeno garoto segurando a mão da mãe, além de um outro menino ao fundo que se despede do pai, o qual está indo de bicicleta para o trabalho na indústria. Fato que se percebe em razão de seu uniforme operário de cor azul escura e de aparecerem chaminés atrás dele. Somado a isso, a legenda do cartaz enfatiza que o pai está indo trabalhar e as crianças estudar.

Portanto, nesse cartaz observa-se a permanência da naturalização dos cuidados com os filhos como uma atribuição feminina, uma vez que a mãe é representada como a responsável por auxiliar os filhos a vestir seu uniforme e levá-los para o colégio, enquanto o pai está indo para o trabalho.

Figura 14: A new household that is democratic, peaceful, and engages in united production, 1954 (Um novo lar que é democrático, pacífico e se engaja na produção unida)



Fonte: The IISH-Landsberger Collections. Disponível em: <https://chinese posters.net/posters/e15-286.php>. Acesso: 22 de agosto de 2019.

No que concerne a esse pôster, pode-se observar uma família camponesa, na qual o pai e a mãe estão saindo para o trabalho, haja vista que ele carrega em seu ombro duas enchadas e segura um grande chapéu de palha, enquanto a mãe dá o bebê que estava em seu colo para uma mulher mais velha, a qual encontra-se ao lado do filho mais velho do casal. Provavelmente, a anciã é a sogra da jovem, fato identificável em razão do casamento camponês na China ser exogâmico e virilocal, isto é, as mulheres costumavam se casar com homens de fora de sua aldeia e iam morar na casa do marido (Beja, 1995, p. 31). Ao fundo, aparece o retrato de Mao olhando para a cena.

Por conseguinte, nessa imagem observa-se que ao mesmo tempo que as mulheres mais jovens eram estimuladas à participar da produção ao lado dos homens, daí a legenda falar em produção unida, o trabalho doméstico não foi compartilhado com o cônjuge, mas deslocado para outras mulheres, como sogra. Além disso, o fato do retrato de Mao encontrar-se ao fundo sugere que aquele lar supostamente igualitário e harmonioso era resultado direto das ações dessa liderança do PCCh.

As “mulheres guerreiras”

Nesta categoria, classificou-se os cartazes que diziam respeito à representação de mulheres enquanto soldados, ressaltando que o socialismo chinês havia possibilitado a elas adentrarem em setores da vida social outrora exclusivos aos homens, como as forças armadas.

Figura 15: Study the battle spirit of the Red Army during the Long March, conquer nature, build up our nation, 1953 (Estude o espírito de batalha do Exército Vermelho durante a Longa Marcha, conquiste a natureza, construa a nação)



Fonte: The IISH-Landsberger Collections. Disponível em: <https://chinese posters.net/posters/e15-832.php>. Acesso: 22 de agosto de 2019.

No que tange ao cartaz acima, ele representa em primeiro plano uma jovem participando da Longa Marcha, ocorrida entre 1934 e 1935, na qual os comunistas se deslocaram a pé do sudeste chinês para o noroeste do país, numa tentativa de fugir da repressão das tropas do Guomindang, sendo o Exército Vermelho, ao qual a legenda se refere, o braço armado do PCCh (CHESNEAUX; LE BARBIER, 1975, p. 123-127).

Neste sentido, o cartaz busca passar a mensagem segundo a qual as mulheres chinesas do começo dos anos 1950 deveriam se inspirar no exemplo e na convicção de luta contra as adversidades naturais daquelas que participaram do feito heroico da Longa Marcha, de modo a participarem ativamente da produção, ou seja, dominando a natureza, e contribuindo para a construção do socialismo, isto é, da nação, conforme expresso na legenda. Portanto, constituindo-se em uma espécie de “guerreiras”.

Além disso, é possível que o pôster faça referência à divisão que ocorreu no movimento de mulheres chinesas nos anos 1950, da qual resultaram duas frações. De um lado, encontrava-se o grupo que defendia que homens e mulheres poderiam ter direitos iguais e exercer as mesmas funções, mas ainda assim continuariam a ser diferentes por conta de apresentarem distinções anatômicas intransponíveis. De outro, estavam as adeptas da concepção de que essas diferenças supostamente naturais poderiam ser superadas, daí a legenda mencionar a conquista da natureza (MANNING, 2011).

Figura 16: New China’s female parachuters, 1955 (Paraquedistas do sexo feminino da nova China)



Fonte: The IISH-Landsberger Collections. Disponível em: <https://chinese posters.net/posters/e15-27.php>. Acesso: 22 de agosto de 2019.

Já nesse cartaz, representou-se duas mulheres paraquedistas, ou seja, de fato “guerreiras”. Na imagem, elas aparecem em primeiro plano sendo carregadas pelo povo após um salto bem-sucedido, enquanto ao fundo encontram-se diversos outros paraquedistas cujo gênero não é identificável por estarem no ar, imediatamente após um salto do avião que os sobrevoa. Além disso, o público presente carrega diversas

bandeiras da China socialista, a “nova China” mencionada nas legendas, a qual havia tornado possível o acesso feminino às forças armadas. Também é possível observar algumas crianças, incluindo meninas, que olham para as paraquedistas como um exemplo, talvez sonhando em se tornar uma delas quando crescerem.

Logo, no pôster em questão, percebemos uma clara ruptura com relação ao período anterior à revolução de 1949, no qual os papéis femininos estavam ligados ao âmbito privado, haja vista que eram consideradas como naturalmente aptas aos afazeres domésticos e ao cuidado das crianças (BEJA, 1995, p. 03).

Figura 17: Parachuters, early 1950s (Paraquedistas, início dos anos 1950)



Fonte: The IISH-Landsberger Collections. Disponível em: <https://chineseposters.net/posters/d25-202.php>. Acesso: 22 de agosto de 2019.

De modo semelhante, no pôster acima pode-se ver uma paraquedista em pleno ar, realizando um salto, com vários outros paraquedistas de gênero impossível de ser definido ao fundo. Ela não demonstra medo, apesar da situação, apresentando um semblante que mistura felicidade e orgulho. Por conseguinte, assim como a imagem anterior, esse pôster constituía uma forma de estímulo à participação das mulheres chinesas nas forças armadas e para que os trabalhadores superassem seus desafios e limites no cotidiano, expressando uma modificação significativa na forma como a China concebia as relações de gênero.

Figura 18: The New China has given women the opportunity of serving the nation boundlessly and liberally! (A Nova China deu às mulheres a oportunidade de servir a nação sem limites e liberalmente!)



Fonte: The IISH-Landsberger Collections. Disponível em: <https://chinese posters.net/posters/e15-945.php>. Acesso: 22 de agosto de 2019.

Seguindo a linha das duas anteriores, essa imagem representa uma mulher paraquedista com um semblante sério, transmitindo ao observador profissionalismo, à frente de várias paraquedistas ordenadas em uma fileira, atrás das quais encontram-se quatro aviões também enfileirados, indicando que elas estão se preparando para realizar um salto. Além disso, a ideia de que a China socialista propiciou às mulheres a entrada em áreas outrora majoritariamente masculinas, como a aeronáutica, é reforçada pela legenda, a qual frisa que a Nova China possibilitou a elas servirem à nação sem obstáculos e de forma livre.

As “mulheres unidas”

Figura 19: We have been pregnant with life, we want to safeguard life!, 1957 (Nós estivemos grávidas da vida, queremos salvaguardar a vida!)



Fonte: The IISH-Landsberger Collections. Disponível em: <https://chinese posters.net/posters/e15-353.php>. Acesso em: 22 de agosto de 2019.

Por fim, vale ressaltar que não foi possível enquadrar um dos cartazes do I Plano Quinquenal nas categorias supracitadas, sendo necessário inseri-lo em uma classificação à parte, a qual chamou-se de “união das mulheres”. Nele, são representadas uma mulher

chinesa, uma negra e uma russa empunhando juntas um bebê, aludindo à vida, a qual é supostamente originária do ventre feminino, como ressalta a legenda e, em razão disso, ninguém mais capacitado do que elas para a defenderem. Além disso, acima da cabeça do bebê voa uma pomba branca, uma clássica representação da liberdade. Também é preciso ressaltar a existência de um brasão dourado no fundo da cena, no qual está cunhada a inscrição “Congresso Mundial de Mulheres de 1955”.

Logo, esse cartaz ressalta a força das mulheres socialistas e do terceiro mundo, no sentido de lutar pela paz mundial, mas reforça um estereótipo de gênero, uma vez que considera a maternidade como algo que faz parte da natureza feminina, além de afirmar que isso as tornaria mais sensíveis à proteção da vida.

Conclusões

Ao longo deste artigo, foram analisadas as representações de gênero dos cartazes de propaganda chineses produzidos durante a vigência do I Plano Quinquenal (1953-1957), buscando descrever as imagens de forma densa e relacionar suas características às transformações pelas quais a China passou naqueles anos. Neste sentido, classificou-se os pôsteres nas categorias “casais harmoniosos”, “camponesas-modelo”, “operárias-modelo”, “cuidadoras”, “mulheres guerreiras” e “união das mulheres”.

No tocante à classe dos “casais harmoniosos”, observou-se que os pôsteres nela incluídos faziam alusão aos casamentos de camponeses realizados a partir da livre escolha dos cônjuges, possibilitada pela Nova Lei do Casamento. Além disso, eles buscavam articular a liberdade de matrimônio com a harmonia no âmbito privado, fator compreendido como benéfico à produção, uma vez que não haveria conflitos para serem transportados do lar para o trabalho. Em relação à categoria “camponesas-modelo”, ela foi formada a partir de cartazes que enfatizavam a atuação de mulheres na agricultura e na pecuária como sinônimo de sua emancipação, visando estimular a participação da parcela feminina do campesinato na ampliação dos gêneros alimentícios para o abastecimento das cidades. Já a das “operárias-modelo” abarcou as imagens de mulheres trabalhando nas indústrias, as quais tinham o intuito de persuadi-las a tomar parte no esforço de ampliação da produção fabril engendrado pelo I Plano Quinquenal.

No que diz respeito à classe das “cuidadoras”, ela abrangeu as representações que atrelavam o trabalho doméstico e de cuidado das crianças às mulheres, indicando uma permanência em relação aos papéis de gênero anteriores à revolução chinesa. No que concerne à categoria “mulheres guerreiras”, ela incluiu os pôsteres que retratavam as mulheres como soldados, estimulando a participação feminina nas forças armadas e

ressaltando que a China socialista havia possibilitado a elas atuarem em setores tradicionalmente masculinos.

Finalmente, não foi possível encaixar um dos cartazes de propaganda nas categorias supracitadas, sendo necessário classificá-lo como “união das mulheres”. Nele, são mostradas uma mulher chinesa, uma russa e uma negra que por meio do somatório de suas forças conseguiriam defender a vida, em razão de serem capazes de gerá-la, em um evidente reforço da concepção de uma suposta essência feminina.

Portanto, nos anos de implementação do I Plano Quinquenal, o PCCh utilizou largamente os pôsteres de propaganda para forjar uma hegemonia na sociedade chinesa a respeito das relações de gênero e do padrão de família considerados em acordo com a nova ordem revolucionária, promovendo várias rupturas em relação aos valores confucionistas que norteavam a China antes de 1949, mas também reproduzindo diversos papéis tradicionais de gênero. Por um lado, foram valorizadas representações de mulheres ativas na esfera da produção e de famílias harmoniosas, formadas a partir da livre vontade dos cônjuges. Por outro, os trabalhos domésticos e o cuidado dos filhos continuaram a ser considerados atribuições naturais das mulheres.

Referências

AARÃO REIS, Daniel. *A construção do socialismo na China*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BEJA, Flora Botton. La larga marcha hacia la igualdad. Mujer y familia en China. In: FISAC, Taciana (org.). *Mujeres en China*. Madri: Agencia Española de Cooperación Internacional, 1995.

BELLASSEN, J. et al. *Histoire de Chine 4: un nouveau communisme, 1949-1976. De la Libération à la mort de Mao Zedong*. Paris: Hatier, 1977.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência história*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.

CHESNEAUX, Jean; LE BARBIER, Françoise. *Histoire de la Chine 3: la marche de la révolution, 1921-1949. De la fondation du parti communiste à la Liberation*. Paris: Hatier Université, 1975.

DABAT, Christine Rufino. *Mulheres no movimento revolucionário chinês (1839-1949)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. (Livro-texto, v. 3)

FAIRCLOUGH, Norman. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. *Linha d'Água*, São Paulo, v. 2, n. 25, p. 307- 329, 2012.

GRAMSCI, Antonio. Cuaderno 13 (XXX) 1932-1934: notas breves sobre la política de Maquiavelo. In: GERRATANA, Valentino (org.). *Cuadernos de la cárcel*: Tomo 5. México, D.F.; Puebla: Ediciones Era; Benemérita Universidad de Puebla, 1999.

LANDSBERGER, Stefan. Ascensão e queda do cartaz de propaganda chinês. In: DUO, Duo; LANDSBERGER, Stefan; MIN, Anchee. *Chinese propaganda posters*: From the collection of Michel Wolf: Köln: Taschen, 2003.

LIMA, Ligia Wey Neves. *O ensino de mandarim no Brasil: um estudo comparativo entre os sistemas pinyin e zhuyin fuhao*. Dissertação (Mestrado em Linguagem e Educação) – Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MANNING, Kimberley Ens. The gendered politics of woman-work: rethinking radicalism in the Great Leap Forward. In: MANNING, Kimberley Ens; WEMHEUER, Felix (Orgs.). *Eating bitterness: new perspectives on China's Great Leap Forward and famine*. Vancouver: UBC Press, 2011.

MORAIS, Isabela Nogueira de. *Desenvolvimento econômico, distribuição de renda e pobreza na China contemporânea*. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PANOFSKY, Erwin. Iconografia e iconologia: uma introdução ao estudo da arte da Renascença. In: PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SPENCE, Jonathan. *Em busca da China moderna: quatro séculos de história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

UM PASSADO RURAL NUM PRESENTE URBANO: A REPRESENTAÇÃO DAS FESTAS JUNINAS NA IMPRENSA PERNAMBUCANA

Mário Ribeiro dos Santos¹ 

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a forma como a imprensa pernambucana representava as festas juninas num período consagrado pela historiografia como República “Velha”, mais precisamente nas primeiras décadas do século XX. A intenção é analisar quais os caminhos percorridos pelos profissionais das letras para divulgação da festa na capital do estado, visando compreender quem era o seu público de leitores, se havia mais de um perfil de consumidor e quais os efeitos de sentido provocados na sociedade após o consumo das manchetes e das notícias diárias. A análise da documentação coletada nos dois principais centros de documentação do Estado - o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE) e a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) -, nos leva a perceber que os símbolos comuns à festa (balões, fogos de artifício, fogueiras, livros de sorte, comidas de milho), transitam no intervalo de tempo pesquisado, sem necessariamente serem apresentados de forma evolutiva e exclusivamente locais; pelo contrário, sendo incorporados à imagem nacional da festa (do litoral ao interior) e convivendo com as novas tendências criadas pelos deslocamentos da História. De maneira geral, podemos inferir que tais representações constroem elos com o passado rural, transfigurando o cenário urbano da festa com símbolos e personagens que remetem à vida nas fazendas e nos engenhos, difundindo traduções de pensamentos, opiniões, imagens e visões sobre como as festas juninas são e devem acontecer.

Palavras-chave: Festas juninas. Representações. Imprensa pernambucana.

A RURAL PAST ON AN URBAN PRESENT: THE REPRESENTATION OF JUNE PARTIES ON THE PERNAMBUCAN PRESS

Abstract: This article aims to analyze the way the Pernambuco press represented the June festivities in a period consecrated by historiography as “Old” Republic, more precisely in the first decades of the twentieth century. The intention is to analyze the paths taken by the letter professionals to publicize the party in the state capital, in order to understand who their readers were, if there was more than one consumer profile and what the effects of meaning caused on society after the event, consumption of headlines and daily news. The analysis of the documentation collected at the two main state documentation centers - the Jordão Emerenciano State Public Archive (APEJE) and the Joaquim Nabuco Foundation (Fundaj) - leads us to realize that the symbols common to the party (balloons, fireworks, bonfires, lucky books, corn meals), transit in the researched time interval, without necessarily being presented in an evolutionary and exclusively local way; on the contrary, being incorporated into the national image of the festival (from the coast to the interior) and living with the new trends created by the displacements of History. In general, we can infer that such representations build links with the rural past, transfiguring the urban scene of the party with symbols and characters that refer to life on farms and mills, spreading translations of thoughts, opinions, images and visions about how parties juninas are and should happen.

Keywords: June parties. Representations. Pernambuco press.

UN PASSÉ RURAL DANS UN PRÉSENT URBAIN: LA REPRÉSENTATION DES PARTIS DE JUIN SUR LA PRESSE PERNAMBUCAN

Résumé: Cet article a pour objectif d’analyser la manière dont la presse pernambuco a représenté les festivités de juin à une époque consacrée par l’historiographie en tant que

¹ Professor Adjunto da Universidade de Pernambuco Campus Mata Norte, onde leciona as disciplinas: História da África, Educação das Relações Étnico-Raciais, Cultura Negra e Ensino de História, na Graduação. No ProfHistória ministra a disciplina Ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira. Possui Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

«vieille» République, plus précisément au cours des premières décennies du XXe siècle. L'intention est d'analyser les parcours empruntés par les professionnels du courrier pour faire connaître le parti dans la capitale nationale, afin de comprendre qui étaient leurs lecteurs, s'il existait plus d'un profil de consommateur et quels étaient les effets du sens sur la société après l'événement. consommation des titres et des nouvelles quotidiennes. L'analyse de la documentation réunie dans les deux principaux centres de documentation de l'Etat - les Archives publiques de Jordão Emerenciano (APEJE) et la Fondation Joaquim Nabuco (Fundaj) - nous amène à comprendre que les symboles communs au parti (ballons, feux d'artifice, feux de joie, livres porte-bonheur, repas de maïs), transit dans l'intervalle de temps recherché, sans nécessairement être présenté de manière évolutive et exclusivement locale; au contraire, être intégré dans l'image nationale du festival (de la côte à l'intérieur) et vivre avec les nouvelles tendances créées par les déplacements de l'Histoire. En général, on peut en déduire que ces représentations établissent des liens avec le passé rural, transfigurant la scène urbaine du parti avec des symboles et des caractères faisant référence à la vie dans les fermes et les moulins, diffusant des traductions de pensées, d'opinions, d'images et de visions sur la les juninas sont et devraient arriver.

Mots-clés: Soirées de juin. Représentations Presse pernambouc.

UN PASADO RURAL EN UN PRESENTE URBANO: LA REPRESENTACIÓN DE LAS PARTES DE JUNIO EN LA PRENSA PERNAMBUCANA

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la forma en que la prensa de Pernambuco representó las festividades de junio en un período consagrado por la historiografía como la "Antigua" República, más precisamente en las primeras décadas del siglo XX. La intención es analizar los caminos tomados por los profesionales de la carta para publicitar la fiesta en la capital del estado, con el fin de comprender quiénes eran sus lectores, si había más de un perfil de consumidor y cuáles fueron los efectos del significado que causaron en la sociedad después del evento consumo de titulares y noticias diarias. El análisis de la documentación recopilada en los dos principales centros de documentación estatales: el Archivo Público del Estado Jordão Emerenciano (APEJE) y la Fundación Joaquim Nabuco (Fundaj), nos lleva a darnos cuenta de que los símbolos comunes a la fiesta (globos, fuegos artificiales, hogueras, libros de la suerte, harinas de maíz), tránsito en el intervalo de tiempo investigado, sin necesariamente ser presentado de una manera evolutiva y exclusivamente local; por el contrario, incorporarse a la imagen nacional del festival (desde la costa hasta el interior) y convivir con las nuevas tendencias creadas por los desplazamientos de la Historia. En general, podemos inferir que estas representaciones construyen vínculos con el pasado rural, transfigurando la escena urbana de la fiesta con símbolos y personajes que se refieren a la vida en granjas y molinos, difundiendo traducciones de pensamientos, opiniones, imágenes y visiones sobre cómo las fiestas Las juninas son y deberían suceder.

Palabras claves: Fiestas de junio. Representaciones. Prensa Pernambuco.

Introdução

A imprensa pernambucana nas primeiras décadas do século passado constitui um amplo canal para se pensar as representações das festas juninas no tempo. Um leque de periódicos circulava em Recife no período em análise, formado por um time de intelectuais que transitavam entre os corredores das Faculdades de Direito e Medicina, e as redações dos jornais *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Recife*, *A Província*, *A Noite*, *A Rua*, *A Notícia*, *Jornal Pequeno*, *Diário do Estado*, *O Intransigente*, *Jornal do Commercio*, *Diário da Manhã*, *Diário da Tarde*, *A Tribuna*, entre outros. Uns formando um bloco de opiniões mais conservadoras; outros com pensamentos mais ousados e ideias inovadoras (BARROS, 1972).

Nesse contexto, os veículos *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Recife*, *A Província* e a *Folha do Norte* constituíam o que o pesquisador Souza Barros chama de “imprensa de classe”, formada por interesses conservadores, escrita por bacharéis, na sua maioria filhos dos donos de terra, provenientes da agricultura da cana (BARROS, 1972). Para o presente estudo, os jornais *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Recife*, *Jornal Pequeno* e *Folha da Manhã* traziam com mais frequência notícias sobre as festas juninas, mesmo que apresentadas com um enfoque maior nos divertimentos da elite, apresentando alguns indícios nos modos de celebração das camadas populares. Importante destacar que nem todos os periódicos que circulavam no período estudado encontram-se nos arquivos e mesmo aqueles digitalizados, não apresentam todos os números arquivados.

Identificamos, no decorrer da pesquisa, um tipo de imprensa que abre espaço para um cenário de notícias fora das fronteiras do Estado, dando maior atenção às agitações revolucionárias, aos movimentos sindicais e às novidades do cotidiano. É nesse sentido que as crônicas sociais de algumas revistas, entre elas *A Pilhéria*, *Pra Você* e *Revista da Cidade* ganham destaque no trabalho. Outros periódicos com esse formato também circulavam no estado - *Avança!*, *A Noite*, *Semana Ilustrada*, *Alvorada*, *Estudantina*, entre outros -, mas nem todas as coleções estavam completas. Os números que estavam disponíveis para consulta não atendiam ao que procurávamos.

Diante do conjunto das evidências reunidas, o foco da narrativa deteve-se nas informações que a documentação trazia sobre a festa. O trabalho consistiu, basicamente, em exercitar o olhar para o que estava escrito, a forma como se escrevia, para quem se escrevia, considerando a imprensa como um veículo de expressão da “mentalidade de um período, um lugar onde a sociedade discutia seus caminhos e se representava” (RABELLO, 2004, p. 6).

Numa passagem pela documentação coletada, percebemos que os símbolos comuns à festa (balões, fogos de artifício, fogueiras, livros de sorte, comidas de milho), transitam no intervalo de tempo pesquisado, sem necessariamente serem apresentados de forma evolutiva e exclusivamente locais. Pelo contrário, estavam incorporados à imagem nacional da festa (do litoral ao interior) e conviviam com as novas tendências criadas pelos deslocamentos da História.

Apesar de não existir periódicos e cronistas especializados em escrever sobre as festividades sanjoanescas (como encontramos sobre o Carnaval²), a documentação

² A documentação sobre o Carnaval é vasta e diversificada nos arquivos do estado de Pernambuco. O APEJE disponibiliza ao público um conjunto de periódicos impressos pelas próprias agremiações na

investigada revela como alguns grupos sociais do Recife viviam e se organizavam no seu cotidiano, preparando-se para as comemorações juninas (SANTOS, 2010). Uma maneira diferente de “visitar a cidade nos seus detalhes, nos seus modos e modas” (REZENDE, 1997).

As notícias estimulavam o consumo dos produtos diretamente ligados à vivência da época, numa espécie de vitrine dos tempos modernos, invadindo a cidade e provocando o desejo de consumo de trajes finos e elegantes, dos eletrodomésticos (ferros de engomar, torradores de pão, aquecedores), dos novos fogões a gás “higiênicos e econômicos”, das máquinas de escrever, entre outras novidades frutos das transformações nos modos e costumes trazidos pelo movimento acelerado da modernização.

Nas páginas dos jornais e revistas se faziam conhecer os calçados, os chapéus e as meias da Casa Ypiranga; os saldões de sapatos, exclusivamente no mês de junho, da sapataria Menandro. Para as mulheres, a dica da vez era usar o pó de arroz Cigana: “aderente, perfumado e amacia a pele”, à venda nos principais armazéns da cidade. Na Rua do Livramento, “as novidades de junho” da Casa Excelsior atraíam o que de mais “fino e moderno em calçados e chapéus” o Recife tinha para oferecer a sua “distinta clientela” (Revista *A Pihéria*, 1925, n. 196, p. 32).

O anúncio continuava especificando o que estava em alta no momento e o que as senhoras, os senhores e as crianças poderiam usar nas ocasiões festivas de São João, como: os “finíssimos calçados de tiras de pelica em lindas combinações de duas cores. Sapatos de camurça preta, marrom e cinza em saltos mexicanos e Luiz XV. Meias de seda em cores e tipos de alta moda.” Para os homens, recomendava-se os “calçados de luxo do afamado Polar, além dos chapéus de palha e meias de seda de todos os tipos e 'cores chics'”. Para as crianças, a indicação dos “sapatinhos, modelos da Casa Colombo do Rio de Janeiro e alpercatas de todos os feitios e cores”, ganhava realce no anúncio (Revista *A Pihéria*, 1925, n. 196, p. 32).

O comércio aproveitava a ocasião para incentivar a venda de tecidos, sapatos, lenços, chapéus e outros acessórios comuns à indumentária da época. Em geral, a divulgação dos produtos aparecia ao lado de uma ilustração que remetia à celebração; situação que nos permite pensar no poder de persuasão dos anúncios. Eles comunicavam aos consumidores o que deveria ser usado, no sentido de integrar-se ao contexto da festa.

segunda metade do século XIX, a exemplo dos jornais *O Corta Jaca*, *A Imprensa*, entre outros que distribuídos entre os foliões dias antes da folia oficial.

Outra importante estratégia da imprensa para estimular o consumo do São João pela sociedade era a divulgação diariamente, a partir do dia 1 de junho, da programação do período: as procissões organizadas pelas igrejas, os bailes e outros eventos que os clubes sociais e esportivos preparavam para celebrar o São João eram veiculados todos os dias. Até os anos 1920, era identificada uma certa frequência no número de notas de divulgação das procissões religiosas que aconteciam na cidade. A imprensa também dedicava dezenas de linhas na descrição dos detalhes da decoração e programação dos eventos, funcionando como convites aos devotos. Esses anúncios recebiam grande destaque nos jornais, mas a partir dos anos 1930, quando os festejos religiosos passaram a dividir, com maior realce, a programação da festa com as práticas profanas, quase não se identifica notas sobre as procissões.

No tocante aos bailes dançantes nos clubes sociais, a forma como a imprensa descrevia os pormenores dos eventos (decoração, tipo de traje, cardápio a ser servido, programação, entrega de brindes, presença de figuras ilustres, etc.) provocava o diferencial no sucesso de venda da bilheteria dos clubes, o que levava a diretoria a publicar notas comunicando aos associados com mensalidade atrasada a existência das últimas mesas.

A imprensa como mediadora de sentidos das festas juninas, através de uma linguagem persuasiva, seduzia os leitores, mobilizando-os e provocando um sentimento de consumo, que envolvia comportamentos e atitudes dos atores participantes, a ponto de nos permitir identificar como o acontecimento da festa modelava a vida da cidade (CERTEAU, 2008). Histórias de personagens foram reveladas, movimentando o cenário interno da festa, e detectando de perto a riqueza das suas partes, assim como as fissuras da sua estrutura.

A imprensa e as representações que opõem o campo e a cidade

Dois documentos se destacaram durante as pesquisas nos periódicos do início do século passado: a gravura de um matuto com a frase “Neste São João, o matuto é quem vem para a cidade. Eita Recife bão”, publicada no jornal *Pequeno*, de 1905, e a coluna da revista *A Pilhéria*, edição de 1925, assinada pelo casal de matutos Filorenço e Frutunata, dois migrantes do campo espantados com os costumes da vida moderna na cidade (Figura 1 e Figura 2).

Figura 1: Guino, caricatura em crayon.



Fonte: *Jornal Pequeno*. Recife, 21 de junho de 1905.

Figura 2: O qui nós vê na capitá.



Fonte: *Revista A Pihéria*, Recife, 1925, p. 20.

As imagens recorrentes na imprensa da época possibilitaram leituras diferenciadas, como a busca de uma representação caricaturada do homem interiorano, jocosa, distante das transformações do mundo moderno que invadiam a cidade. A “atualidade” da ilustração é outro ponto que merece destaque. Em outras palavras, a figura do matuto, publicada em 1905, assemelha-se à maneira como é representado hoje em dia quando o assunto envolve festas juninas na cidade - bigode e cavanhaque pintados, roupa de xadrez, chapéu de palha, cachimbo...

A caricatura transmite também a ideia de distanciamento, espacial e temporal, de um Brasil rural, vivo somente nas lembranças dos mais velhos e na decoração de motivos ditos exóticos de algumas datas festivas, como o São João, momento no qual a cidade se interioriza, mesmo que temporariamente. A festa, nesse sentido, abre espaço para a representação do matuto como a imagem de um homem que pertencia ao campo.

Fica então a questão: o campo de fato está distante da cidade ou a cidade e o campo não se desligaram ainda por completo? Se considerarmos que em 1905 o Brasil

era eminentemente rural, talvez fosse o caso de falar de um país rural que não dialogava com os projetos de modernidade então em curso nos centros urbanos, alegando que os fluxos que constituíam a cidade traziam outros movimentos, valores e produtos que ela não produzia no seu interior. Apesar de que, nesse período, a vida no campo, de certa forma, moderniza-se, especialmente pela implantação de uma malha ferroviária que abrevia as distâncias entre campo e cidade.

Uma rede de significados em torno da celebração se estabelece na cidade por meio de discursos orquestrados pela imprensa, a qual reforça a tessitura de diferentes sentidos para a festa, entre os quais o momento de reaproximação do tempo perdido, que somente é possível de ser vivenciado no tempo exato de comemoração do São João selecionado institucionalmente, num período de dois ou quatro dias.

“O que nós vê na capitá” e “Eita Recife bão” são expressões que reforçam o estereótipo dos moradores interioranos como sendo iletrados, que preservam um sotaque ruralizado, recheado de expressões do português arcaico, quase não mais falado na cidade. Na capital, essas expressões destoam dos *flirts*, dos *footing*, de ser *chic* ou *smart*, conforme se falava nas ruas da área central de Recife, transformado com amplas avenidas, praças e estátuas importadas da Europa.

A essa transformação do espaço público, assistia-se ao desmembramento entre o campo e a cidade: sociedades antagônicas, cujas práticas do campo eram condenadas pelo urbano, maculando a imagem civilizada da sociedade aburguesada que desfrutava das áreas centrais da cidade. Uma das reações contra o campo centrava-se, justamente, na figura do matuto, visto como indolente, preguiçoso, desviado do novo parâmetro acelerado da vida, tal como retrata Monteiro Lobato na figura do Jeca Tatu, personagem símbolo do matuto na literatura brasileira.

A esse personagem de pés descalços, com aspecto doentil e desolado, opunha-se o homem robusto da cidade, de hábitos elegantes, bem vestido, trocando a companhia dos cães e de outros bichos da roça, pela agitação dos carros, dos pedestres, das conversas calorosas nos cafés em fins de tarde. A figura do Jeca Tatu foi usada pela campanha publicitária do medicamento Biotônico Fontoura, a partir dos anos 1920, período no qual o país vivenciava uma luta contra a febre tifoide, a varíola, a desnutrição, a anemia, entre outras endemias que atravessaram o século XIX e se instalaram na cidade ainda com vastas áreas úmidas, sem asfalto e pantanosas.

Nesse cenário, com focos de insalubridade, as autoridades políticas lançaram uma intensa campanha de saúde pública voltada para a população de pobres, doentes e analfabetos, e distribuía nas escolas, da cidade ao interior, um instrumento pedagógico

chamado *Almanaque do Biotônico Fontoura*, em circulação no país até o início dos anos 1980.

Segundo a pesquisadora Fátima Faleiros Lopes, o Almanaque, em diálogo com os objetivos políticos da época, estava inserido “no projeto de reforma e de civilização do Estado brasileiro no início do século XX, com vistas à formação de pessoas sadias, moralmente aptas e úteis para a construção do progresso” (LOPES, 2002, p. 21).

Assim, a figura do matuto surge associada a uma imagem contrária ao progresso, cristalizada pelo discurso do homem urbano como alheia aos padrões da sociedade do novo século, condenado por hábitos antigos, preguiçosos, podendo macular a imagem de uma sociedade cosmopolita em desenvolvimento. Um exemplo a não ser seguido pela população das grandes capitais brasileiras (SEVCENKO, 2003).

Aos poucos, esse tipo popular, comumente visto nas ruas do Recife vai se interiorizando cada vez mais, voltando à cidade sazonalmente, nos festejos juninos. Em outras palavras, cria-se uma nova memória de algo que já existia. Esse discurso construído do matuto soma-se ao tom lúdico que a imprensa atribuía à festa, sempre associada a brincadeiras infantis e situações que remetiam ao passado repleto de momentos considerados inofensivos.

Desse período datam os anúncios de venda dos livros de sorte na imprensa, muito comuns nos primeiros anos do século XX e não mais encontrados nos registros documentais a partir da segunda década. Segundo o folclorista Câmara Cascudo, eram “livros de versos numerados, em quadrinhas, contendo profecias humorísticas para rapazes e moças durante a festa de São João” (CASCUDO, 2001, p. 645).

As pesquisas revelaram uma complexidade bem maior do que a utilizada por Câmara Cascudo para descrever as publicações. Segundo a imprensa, anedotas, jogos, feitiçarias amorosas, mágicas, receitas, contos, sonetos de poetas pernambucanos, duetos, canções, monólogos, modinhas, lundus, trovas populares, fados portugueses e até mesmo valsa para piano formavam o conteúdo desses livros. Os anúncios apareciam próximos aos chamados para as festas e as procissões religiosas dos santos da época e os nomes eram também bastante convidativos: o cabeção, a espiga, o estrondamundo, a sogra, a limalha, a panela do feitiço, pimpão, a serpentina, Urucubaca, Malmequer, entre outros.

Os livros eram comercializados em agências jornalísticas, casas de fogos, livrarias e armarinhos. Algumas pessoas, ao fazer uso e querendo se desfazer da publicação, anunciavam nos jornais a venda do livro. Em geral, tinha preços que variavam entre 500\$00 (quinhentos réis) e 1\$000 (mil réis), fator determinado pelo

número de páginas. O Malmequer, por exemplo, tinha quase cem páginas e uma “capa nitidamente imprensa e ornada de um bem acabado *art nouveau*, de Guapy” (Jornal *Pequeno*, Recife, 23 junho de 1904).

Os livros eram usados de forma individual ou coletiva e compartilhavam com os diferentes segmentos sociais a vivência da festa. Eles respondiam às continuidades das tradições do São João, que faziam do espaço urbano moderno o cenário de preservação desse simbolismo.

A vivência dos livros de sorte era representada pela imprensa e na literatura como momentos familiares, garantindo o tom pacífico e inofensivo da celebração. Assim, Mello Moraes Filho descreve: “as moças da corte, na elegante varanda, brincavam com fogos ou, sentadas à mesa de jantar, deitavam dados, liam as quadrinhas da sorte, prorrompiam em gargalhadas, às predições do destino” (MORAIS FILHO, 1946, p. 116).

Os possíveis benefícios que os livros podiam proporcionar também eram descritos pela imprensa e funcionavam como convite aos compradores. O *Estrondamundo*, por exemplo, era “infallível para ganhar fortuna no jogo de quanto bicho há” (Jornal *Pequeno*, Recife, 25 junho de 1902). Outras mudanças de vida também eram anunciadas, como: “obter o que deseja, alcançar posições, alcançar o que aspira, ter fortuna, ter sorte, mudar de lugar, ganhar o inquérito” (Jornal *Pequeno*, Recife, 25 junho de 1902).

As fontes também apresentaram que alguns livros ofereciam prêmios em dinheiro para os compradores. Um estímulo a mais na hora de escolher qual livro levaria para casa. “A Sogra. Magnífico livro de sortes. Prêmio em dinheiro. 100\$00. Compre! Compre!”, anunciava o jornal *Pequeno* (26 de junho de 1905).

Os anúncios dos livros de sorte apareciam, em geral, na mesma página onde se encontram as notas sobre a vida dos santos. Uma forma de associar a prática do “jogo” com o santo homenageado. Os textos dedicados às biografias dos santos, também conhecidos como hagiográficos, eram publicados nos dias oficialmente reconhecidos pela Igreja e registravam diversas passagens bíblicas, como forma de aproximar a divindade dos fieis. Um dos exemplos que destacamos é o fragmento que ressalta a peregrinação do humilde pescador da Galileia, o apóstolo Pedro, a Roma, “capital do mundo”, com a missão de “derrubar os obstáculos e solapar o paganismo, inoculando no espírito de todos as verdades reveladas pelo Divino Mestre” (Jornal *do Recife*, Recife, 29 junho de 1901).

Outras hagiografias se seguem, a exemplo da portaria de 13 de setembro de 1685, que concedeu a Santo Antônio, por ordem do governador João de Souto Maior:

[...] o assento de praça, para seguir na guerra de Palmares e proteger as armas reais na conquista desse quilombo. [...] em 30 de abril de 1717, expediu o Conselho Ultramarino uma provisão, elevando-o no posto de tenente da fortaleza do Buraco, a que promoveu o governador D. Lourenço de Almeida, vencendo o saldo mensal de 2\$700 réis (*Jornal do Recife*, Recife, 13 junho de 1905).

Tendo se passado quinze anos do novo século, na seção “Alma Religiosa”, o *Diário de Pernambuco*, em meio a notícias de missas e batizados, continuava apresentando ao leitor histórias de vida dos santos, a exemplo da saga de São João, que:

No ano 20, no império de Tibério, dirigiu-se às margens do Jordão a fim de pregar a penitência. Jesus foi então pedir-lhe o batismo. Designou-o São João ao povo como o Messias, o Cordeiro de Deus. Passando a corte de Herodes Antipas, tetrarca da Galilea, verificou-lhe os escândalos com a sua palavra candente de indignação. Herodes não ousou ordenar a sua morte. Mandou, porém, encarcerá-lo na fortaleza de Machefus. Mas tinha Salomé, esposa incestuosa do tetrarca. A princesa para se livrar de São João, que lhe repetira o imbrório amor, obteve de Herodes a morte do inocente prisioneiro. São João foi decapitado, sendo sua cabeça enviada num prato a Salomé. E a princesa com ela dançou perante a corte (*Diário de Pernambuco*, Recife, 24 de junho de 1923).

Essa tragédia bíblica, que motivou notas especiais de periódicos durante o mês de junho em diferentes épocas, chegou a ser exibida como projeção, no dia 24 de junho de 1913, dentro da programação do Theatro Moderno, localizado na praça da Concórdia, centro do Recife.

As biografias dos santos seguiram como pauta da imprensa no decorrer de toda a década de 1920, dividindo espaço com notas de desencantos cada vez mais comuns no tocante aos rumos que as celebrações vinham tomando. No *Diário de Pernambuco* de 24 de junho de 1926, a história do precursor, filho de Zacarias e Izabel, nascido na tribo de Judá e falecido na Palestina, cedeu algumas linhas para o registro do sentimento de desolação que assolava grande parcela dos moradores da cidade:

Herdeiros dos costumes da velha gente lusitana, mantemos também carinhosamente, o culto de São João. Não se pode, entretanto, simular que ele tem muito decaído de seu primitivo esplendor. E que se vai infelizmente perdendo a singeleza e ingênua tradição. Ainda no interior é celebrada a festa do Batista com as fogueiras, com os rojões e as ronqueiras, com as sortes e as adivinhações, os descantos do violão, o milho assado no braseiro, a canjica. Nos meios mais populosos e adiantados, onde as tradições vão desaparecendo aos poucos, o culto de São João vai em declínio. A Igreja Católica chegou até mesmo a suprimir o santificado dia (*Diário de Pernambuco*, Recife, 24 junho de 1926).

As críticas às mudanças que a vida social na capital estava passando com a modernização faziam-se presentes no cotidiano da imprensa, cujos textos transformados em crônicas e poemas constituíam os principais veículos de circulação das ideias de intelectuais, escritores e poetas que queriam conquistar um espaço no mundo das letras. Era um campo também para fazer-se perceber na sociedade, lugar de prestígio social e fundamental para se afirmarem economicamente diante do novo cenário que cada vez mais burocratizava o Estado.

Para esses intelectuais, era necessário estar ligado a algum órgão de imprensa ou escrever como colaborador de algum periódico para se fazer notar e respeitar diante da sociedade (MOURA, 2012). O jornalista Souza Barros chega a afirmar que “Não se podia admitir o intelectual se ele não aparecesse na imprensa numa atividade qualquer, nela trabalhando diretamente ou levando como colaborador as suas produções” (BARROS, 1972, p. 176).

Frente essa perspectiva, na década de 1920, o trabalho da imprensa encontrava-se cada vez mais especializado. No corpo de profissionais de um jornal ou revista era comum encontrar no seu quadro de colaboradores, cronistas, desenhistas, revisores, redatores, editores, entre outros profissionais que dividiam diariamente as atividades para que as informações chegassem o mais rápido possível aos olhos dos leitores (SILVA, 2009).

Nesse contexto foi encontrada a poesia “Cantigas de São João”, do pernambucano Austriclínio Ferreira Quirino, popularmente conhecido pelo pseudônimo de Austro Costa. No texto, o escritor povoa de interrogações a festa de São João vivenciada por ele na infância: a fogueira, o milho assado, os seresteiros, os busca-pés, mas lamenta a passagem do tempo, rápida “como bolha de sabão”.

Cantigas de São João

Doce São João de minha infância
que é de ti feito, o meu São João
onde a poesia, onde a fragância
da “capelinha de melão”?

Onde a ruidosa alacridade
de quando vinhas tu, então,
bordando em minha ingenuidade
florões de enlevo e ilusão?

Onde a fogueira e o milho assando?
teus seresteiros... onde estão?
e os “busca-pés” cabriolando
sinistramente, pelo chão?

E os meus balões?... Eu – tão menino
 (Bem que me lembro! Que emoção!)
 E já, tão cedo! O meu destino
 a se queimar ... como um balão

Onde as moçoilas casadoiras
 jogando, às sortes, a ambição?
 (Acaso viu, como desdoeiras,
 As vezes, tanto coração!)

São João, que é feito disso tudo
 Que amei em tempos que lá vão
 Tudo passou ... já não me iludo!
 Tudo foi bolha de sabão?...

Tudo passou, mas a saudade
 Chama de eviternal cisrão
 Arde na minha soledade
 Tudo passou ... só ela... não!

São João, São João, que nostalgia
 Chora em meus olhos! Aflição...
 Lembrar ... sentir (que noite fria)
 Que hoje és bem outro, ó meu São João!
 (Diário de Pernambuco. Recife 23 junho de 1923)

Austro Costa foi um dos principais nomes da imprensa pernambucana da década de 1920. Contribuiu com seus escritos para diversos periódicos do estado, “desde os da grande imprensa de circulação diária aos órgãos de grupos carnavalescos e de humor, passando pela *Revista do Norte*, símbolo maior do movimento cultural inovador de matriz pernambucana: *Jornal do Recife*, *Diário de Pernambuco*, *A Pihéria*, *Pra Você*, e tantos outros” (GASPAR, 2009, p. 3).

O São João, ou melhor, as formas de expressão cultural dos populares não eram o objeto de discussão desse intelectual. Fazendo uso de diferentes pseudônimos (João da Rua Nova, Chrispim Fialho, João Queremista, João-do-Moka, Afêquirino, Alcedo Tryste, Silvio d’Almeida, Fra-Diávolos, Tybaldo d’Alcazão, Tritão e X), o escritor se dedicava a temas relacionados ao comportamento social que tomava conta das ruas e de outros espaços de sociabilidade de uma cidade moderna. O universo da moda muito chamou a sua atenção, principalmente os elegantes passeios das damas na Rua Nova – principal vitrine dos artigos de luxo da capital. É de sua autoria a coluna no *Diário de Pernambuco: do flirt, do footing da Rua Nova*, assinada sob o pseudônimo de João da Rua Nova. Outros lugares recém-inaugurados no Recife dos anos 1920, como Boa Viagem, ou considerados como ponto de encontro das moças elegantes, a exemplo do Carmo em Olinda, também tiveram destaque nos registros de Austro Costa.

Do mesmo modo que encontramos em Austro Costa produções pontuais sobre os festejos juninos, localizamos nos periódicos da época outros escritos que merecem destaque: o poema *O São João do meu passado*, de Durval Cesar, na *Revista da Cidade* de 1926; uma nota assinada por um escritor chamado Van sobre um evento na Associação Pernambucana de Atletismo, intitulado *Em torno de uma festa caipira*; uma crônica, *Lembranças de São João*, por Paulo Malta Filho e o *Poema de São João*, de Álvaro Lyns, todos publicados na *Revista Pra Você* de 1930.

Alguns textos aparecem sem assinatura, a exemplo do editorial da *Revista da Cidade* de 18 de junho de 1927. Esta publicação aponta que o tema da celebração se resumiu, exclusivamente, no texto de abertura do periódico, sem nenhuma outra menção à data no corpo do documento. Situações como esta foram encontradas em outros números, até mesmo de outras publicações, que apresentavam o tema isoladamente, sem nenhum texto complementar, desvinculado de um contexto.

Diferentes periódicos, por exemplo, faziam alusão ao tema somente na ilustração que estampava a capa do número ou quando publicava alguma fotografia solta de alguma comemoração num clube da cidade entre as páginas (*Revista da Cidade*, Recife, nº. 6, 1926). As ilustrações das capas dos periódicos que circulavam na cidade, quando abordavam o tema em algumas edições, constituem bons exemplos sobre esse tipo de situação (Figura 3 e Figura 4).

Figura 3. Capa com desenho de Villars da *Revista da Cidade*.



Fonte: Recife, 22 jun. 1929, nº 161. Acervo da Fundaj.

Figura 4. Capa com desenho de Jota Canulp da Revista.



Fonte: *A Pihéria*, 22 jun. de 1929, nº. 400. Ano IX. Acervo Fundaj.

É perceptível nas imagens o uso dos balões e dos fogos de artifício nas festas de junho. Talvez, de todos os símbolos da época, as brincadeiras com fogos são as que mais ficaram nas lembranças dos intelectuais e, por isso, aparecem com mais frequência nos registros encontrados sobre o assunto.

A cultura dos fogos no Brasil é uma prática apreendida pelos colonos brasileiros dos momentos de comemoração portuguesa em datas festivas. Essa invenção chinesa é um “complemento indispensável nas festividades religiosas do Brasil, já no final do século XVII” (CASCUDO, 2001, p. 239). Sinalizador de significados múltiplos, os fogos exercem funções de anunciar o início, o apogeu e o término de uma solenidade; nascimentos, casamentos, vitórias.

No período junino, constituem um dos elementos principais do cenário da festa. Tiros de cores que iluminam o céu. Cachoeiras de fogo que caem pelos ares nos telhados dos sobrados e igrejas, nas ruas, nos quintais e nas calçadas animadamente preenchidos de crianças, jovens, idosos e adultos – gentes das mais diversas procedências, credos e valores. “Os festejantes soltavam girândolas e gritavam Viva São João! – cujos ecos iam morrer nas florestas. Muitos respondiam cantando São João está dormindo, não acorda não!”, recorda Mello Moraes Filho (MORAIS FILHO, 1946, p. 114). A pomposa procissão de São Pedro, em junho de 1929, terminou com “um bem confeccionado fogos de artifício”, registra um dos jornais de circulação no Recife (*Diário de Pernambuco*, Recife, 29 de junho de 1929).

O folclorista rememora que nessa época do ano as gavetas e as mesas das fazendas ficavam atravancadas de “rodinhas, pistolas, foguetes, busca-pés, chuveiros, rojões, cartas de bichas, girassóis, traques de sete estouros, bombas e uma diversidade enfadonha de fogos” (MORAIS FILHO, 1946, p. 111). De todos esses, o mais popular era o busca-pé. O pesquisador Câmara Cascudo diz que esse tipo de “rojão, horizontal e rasante” era utilizado nas brincadeiras e diversões de meninos e rapazes dedicados a “espavorir gente velha, debandar reuniões graves, espantar dançadores, tornar intransitáveis as ruas, com verdadeiras batalhas de uma calçada para a outra” (CASCUDO, 2001, p. 82). Foram os busca-pés, motivos de muitas risadas de rapazes que se divertiam vendo as descomposturas das vítimas, que saíam pulando e correndo em descompasso fugindo dos estouros e acidentes no escurecer das noites de São João (MORAIS FILHO, 1946, p. 114).

Certamente, esse tipo de fogos era um dos mais populares da festa, talvez um dos mais baratos e, por isso, um dos mais consumidos por toda a população. Pereira da Costa registra que, a seu modo, “a gente do miuçallo” enfeitava-se de capelas de flores

e folhas, soltavam bombas e disparavam ronqueiras e bacamartes" (COSTA, 2004, p. 199). Aqueles que não podiam comprar fogos “brincavam em torno das fogueiras, ora nas calçadas, soprando brasas, tições de angico.”

Mas será que todos os participantes da festa viam essa prática como inofensiva e lúdica, associada à diversão dos festeiros? A historiadora Martha Abreu (2009), em pesquisas sobre as políticas de licença de festas da Câmara do Rio de Janeiro informa que, em 1830, já existiam medidas de controle sobre o uso dos fogos. Entre as restrições assinadas pela Câmara, a autora destaca a necessidade de um pedido de permissão para soltar fogos com a possibilidade de negação e a prática de ações cerceadoras e punitivas para aqueles que infligirem as normas. Outro ponto foi a permissão para execução de fogos em praças e ruas de 60 palmos de largura sem a possibilidade de haver riscos ou danos (ABREU, 2009, p. 250-255). Essas restrições atravessaram o século XIX e chegaram até as primeiras décadas do século XX com o mesmo propósito preventivo e normatizador.

Em Pernambuco, em 13 de junho de 1910, a Repartição Central da Polícia publicou o seguinte comunicado do secretário Joaquim Agrippino de Mendonça Simões:

De acordo com o código de posturas municipais, fica proibido dentro da cidade o uso de ronqueiras, bombas e fogo solto (busca-pés); os infratores serão multados em 30\$000 e no dobro pela reincidência (art. 5, título 3, cap. 4). Fica igualmente proibido o costume de se fazerem fogueiras nesta cidade, por ocasião das festividades de Santo Antônio, São João e São Pedro e outros quaisquer dias. Os contraventores pagarão a multa de 10\$000 e o dobro na reincidência (art. 6, tit. 4, cap.1). Fica proibido o uso de fogo do ar solto na cidade, que não for em girândola pelo sistema Morel, precedendo licença. Os infratores pagarão a multa de 20\$000 e o dobro na reincidência (artigo 4, tit. 4, cap. 5). Não se poderá soltar fogo algum, senão em pátios espaçosos ou quintais, nunca em lugar de adjunto. Os infratores incorrerão na multa de 10\$000 (art. 6, cap. e títulos citados). Não é permitido dentro do município dar tiros ou disparar armas de fogo a qualquer hora do dia ou da noite. As multas serão acrescidas em 20 por cento de adicionais (Jornal *Pequeno*, Recife, 13 junho de 1910).

Essas medidas proibitivas transpassaram as duas primeiras décadas do século XX e chegaram ao Estado Novo, conforme foi identificado nas medidas de normatização da festa assinadas pelo Dr. Etelvino Lins, Secretário de Segurança Pública do Estado, em 02 de junho de 1938. De acordo com o documento, a portaria proibia o uso de fogos e a sua fabricação na cidade. Segundo o registro, a autoridade,

no interesse do bem público, resolve proibir o fabrico, a venda e o uso dos seguintes fogos: traques grandes triangulares, bombas de pavio, buscapés de estouro, bombas transvalianas, limalhas de estouro, ronqueiras em geral,

foguetes e foguetões no perímetro urbano da cidade (*Folha de Manhã*, Recife, 03 de junho de 1938).

Esse tipo de regulamentação visava à manutenção da ordem pública e ao mesmo tempo tinha um sentido de alertar a população para as implicações daqueles que não cumprissem a lei. O título da nota (“Fogos Proibidos”) e o teor das palavras empregadas, não permite a interpretação de um significado preventivo, alertando para os cuidados que a população deveria tomar.

A medida de lei publicada no início do mês mais propício à utilização de fogos parecia não intimidar a população. As notícias de acidentes veiculadas com frequência na coluna “O Dia Policial” do jornal *Folha da Manhã*, ilustram esses momentos de desvios do sistema. No dia após as comemorações oficiais de São João, 25 de junho, cinco casos envolvendo acidentes com fogos foram noticiados pela imprensa: “Perdeu os dedos da mão” (25/06/1938), “sofreu queimaduras” (25/06/1938), “um menor vítima de uma explosão” (25/06/1938), “fabricando bombas foi mal sucedido” (25/06/1938), “a bomba lhe explodiu na mão” (25/06/1938). Nos anos seguintes, os acidentes com fogos se repetiram na mesma proporção e gravidade.

Os fogueteiros fabricavam os fogos na clandestinidade, nos lugares mais afastados dos centros urbanos, em geral nos subúrbios, em horários de pouco movimento nas ruas. Esse silenciamento, ou melhor, isolamento, era um dos fatores que dificultava o socorro da vítima no momento dos acidentes.

Em geral, como forma de punição desses acidentes, a polícia registrava o caso na delegacia mais próxima do ocorrido, abrindo inquérito para os envolvidos. Não foi identificada na documentação analisada nenhuma punição, como pagamento de multas ou prisões, por exemplo, por parte dos envolvidos.

No entanto, um fato chama atenção nas pesquisas nos jornais: os “fogos de luxo” permitidos de serem utilizados pela elite nos “soirées” e outras grandes festas realizadas nos clubes da cidade. Na programação dos festejos juninos do Clube Internacional do Recife, a Diretoria do espaço deliberou que, no dia 24, “na matinée infantil, das 15h às 19 horas, haveria sorteio de fogos de luxo entre a guryzada.” A nota continua informando que nas noites dos dias 23 e 28, iria exibir “fogos de artifício de grande efeito” e o “início das festividades seria marcado com uma gyrandola (*Folha da Manhã*, Recife, 05 de junho de 1938).” Que fogos de luxo são esses permitidos de serem utilizados inclusive por crianças? A imprensa não revela os tipos e não revela nomes, formas, efeitos e cores. Tomando de empréstimo os relatos de memória da professora Andréa Gondim Fernandes, sobre as festas de São João no engenho em Pedregulho

(Goiana – PE), as crianças recebiam traques de massa e estrelinhas com seus “chuviscos e lágrimas que davam à noite um colorido fantasmagórico” (FERNANDES, 1986, p. 224). O escritor Célio Meira registrou que “as senhoras, tremendo o braço, soltavam pistolas multicores. E, de braço firme, empunhavam craveiros” (*Folha da Manhã*, Recife, 23 de junho de 1940).

Estabelecendo uma relação com a portaria que proíbe o uso de fogos, inferimos que a segregação que existe do ponto de vista do lugar social dos sujeitos que participam e vivenciam as festividades sanjoanescas, o mesmo acontece com o tipo de brincadeira e as formas de diversão que protagonizam. Os busca-pés, as bombas de pavio e os foguetes não fazem parte do “kit” de fogos comprado pelos adultos da elite para as crianças e os jovens se divertirem nas noites “tão brasileiras de fogueiras”. A normatização existe no sentido de limitar a participação dos menos favorecidos na festa, entretanto, as táticas criadas para burlar as proibições permitem que essa festa se reinvente em cada lugar, cada grupo social e cada nova temporalidade.

Considerações Finais

O conjunto de imagens que se tece em torno dos festejos juninos atribui novos significados à vivência da celebração na cidade, motivo que nos leva a concordar com Raimundo Arrais, quando afirma que “um espaço não tem uma natureza cristalizada. Seus significados derivam dos investimentos simbólicos feitos sobre ele, por meio de rituais promovidos pelo Estado ou certos grupos sociais” (ARRAIS, 2004, p. 15).

Com base nesse pensamento, que reforça a inexistência de espaços sem as práticas que lhe conferem sentido, nesse estudo, buscamos apresentar o São João do Recife integrado às práticas cotidianas dos indivíduos, com sinais claros que definem a cidade e sua gente, e não como uma realidade oposta a este universo (CERTEAU, 2008, p. 39-40).

Desse modo, torna-se mais fácil perceber a teia de relações sociais que cerca o fenômeno estudado, possibilitando não elaborar um trabalho meramente pelo ângulo descritivo, uma vez que estamos diante de um conjunto de ações e atividades que reverberam para além das fronteiras da espetacularização. Uma prática que interage, direciona e transforma o cotidiano de diferentes grupos sociais, formados na sua maioria por comerciantes, artesãos, músicos, jornalheiros, auxiliar de comércio, biscateiros, desempregados, entre outros personagens de diferentes classes sociais.

Essa maneira de enxergar a festa, como ação coletiva, ultrapassa o sentido de válvula de escape atribuído por alguns estudiosos. Embora seja possível considerar que

as ilustrações das capas dos periódicos apresentam a festa de forma lúdica, o teor de algumas reportagens dos jornais chama a atenção do leitor para temas que se aproximam da realidade, a exemplo dos altos índices de acidentes provocados pelos fogos de artifício.

O conteúdo dos documentos da imprensa sinaliza para o entendimento de como foram construídas as representações das festas joaninas nos discursos dos homens da cidade. Elas constroem elos com o passado rural, transfigurando o cenário urbano com símbolos e personagens que remetem à vida nas fazendas e nos engenhos. Os materiais veiculados ultrapassam o ato de divulgar o São João. Eles vão além, difundindo traduções de pensamentos, opiniões, imagens e visões sobre como as festas juninas são e devem acontecer. Segundo Valdir Morigi,

As significações infiltram-se nas representações coletivas, passando a compor o imaginário do lugar e das pessoas que ali vivem. Isso traz implicações de ordem simbólica, interferindo nas construções do imaginário social e podendo criar noções regionalizadas na maneira de se ver e de ser visto diante do olhar do outro, no qual estão em jogo as construções de sentido e as formas indenitárias (MORIGI, 2007, p. 110).

As festas juninas, nesse sentido, eram representadas a partir de diferentes vieses pela imprensa. Através da veiculação de temas diversos foi possível uma aproximação maior com o cotidiano da cidade, permitindo familiarizar-se com o meio social em que convivia sua gente. A historicidade das festas juninas se expressa justamente no modo com que cada grupo social se encontra para celebrar a época. Posturas regulamentadoras e punitivas, reflexões sobre mudanças e permanências, campanhas preventivas, modismos, entre outros assuntos, que aparentemente negligenciáveis no campo historiográfico fornecem indicações relevantes para novos desdobramentos e projeções do tema.

Referências

- ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas /FFLCH/USP, 2004.
- BARROS, Souza. *A década de 20 em Pernambuco: uma interpretação*. Rio de Janeiro, 1972.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 10^a ed. São Paulo: Global, 2001.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. 7^a ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Folk-lore pernambucano: subsídios para a história da poesia popular em Pernambuco*. 2. Ed. Recife: CEPE, 2004.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 24 de junho de 1923.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife 23 junho de 1923.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 24 junho de 1926.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 29 de junho de 1929.

FERNANDES, Andréa Corrêa Gondim. *Velhos Engenhos de Minha Terra*. Editora ASA: Pernambuco, 1986.

FOLHA DE MANHÃ, Recife, 03 de junho de 1938.

FOLHA DA MANHÃ, Recife, 05 de junho de 1938.

FOLHA DA MANHÃ, Recife 24 junho de 1939.

FOLHA DA MANHÃ, Recife, 23 de junho de 1940.

GASPAR, Lúcia. BARBOSA, Virgínia. *Austro-Costa: 110 anos em revista*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

JORNAL DO RECIFE, Recife, 29 junho de 1901.

JORNAL DO RECIFE, Recife, 13 junho de 1905.

JORNAL PEQUENO, Recife, 25 junho de 1902.

JORNAL PEQUENO, Recife, 23 junho de 1904.

JORNAL PEQUENO, Recife, 21 junho de 1905.

JORNAL PEQUENO, Recife, 26 junho de 1905.

JORNAL PEQUENO, Recife, 13 junho de 1910.

LOPES, Fátima Faleiros. *Memória, História, Educação: trilhas sugeridas por um "Almanaque"*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2002.

MORAES FILHO, Mello. *Festas e Tradições Populares do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1946.

MOURA, Carlos André Silva de. *Fé, Saber e Poder: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930-1937)*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2012.

MORIGI, Valdir José. *Narrativas do Encantamento: o maior São João do mundo, mídia e cultura regional*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2007.

O SÃO JOÃO DOS GAZETEIROS. *Revista da Cidade*, Recife, n. 6, 1926.

RABELLO, Evandro. *Memórias da folia: o Carnaval do Recife pelos olhos da imprensa*. Recife: Funcultura, 2004.

REVISTA A PILHÉRIA. Recife, 1925, n. 196, p. 32.

REVISTA A PILHÉRIA. Recife, 1925, n. 196, p. 14.

REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. *(Des)encantos modernos*. Histórias da Cidade do Recife na Década de 20. Recife: FUNDARPE, 1997.

SANTOS, Mário Ribeiro dos. *Trombones, tambores, repiques e ganzás: a festa das agremiações carnavalescas nas ruas do Recife*. Recife: SESC, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Lucas Victor da. *O Carnaval na cadência dos sentidos: uma história sobre as representações das folias do Recife entre 1910 e 1940*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2009.

DITADURA CIVIL-MILITAR, MEMÓRIA E TRAUMA: O TESTEMUNHO DE JOEL RUFINO DOS SANTOS (1941-2015)

Ana Júlia Pacheco¹ 

Resumo: O presente artigo propõe-se discutir o conjunto de narrativas testemunhais do historiador e escritor Joel Rufino dos Santos, que foi preso e torturado no início da década de 1970 devido a sua luta política contra a ditadura civil-militar instaurada por vinte e um anos no Brasil (1964-1985). Através de entrevistas concedidas pelo autor, que formam uma teia de lembranças que o singulariza como um testemunho sobrevivente ao regime, busco compreender as formas de expressão cunhadas pelo escritor, frente as (im)possibilidades de narrar experiências traumáticas como a tortura, empreendida durante esse período da história nacional por agentes do poder público.

Palavras-chave: Joel Rufino dos Santos. Ditadura civil-militar. Testemunho. Tortura. Memória.

CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP, MEMORY AND TRAUMA: THE TESTIMONY OF JOEL RUFINO DOS SANTOS

Abstract: This article proposes to discuss the set of witness narratives from historian and writer Joel Rufino dos Santos, who was arrested and tortured in the early 1970s due to his political struggle against the civil-military dictatorship established for twenty-one years in Brazil (1964-1985). Through interviews by the author, that form a web of memories which singularizes it as a surviving testimony to the regime, I seek to understand the forms of expression coined by the writer, facing the (im)possibilities to narrate traumatic experiences like torture, undertaken during this period of national history by agents of the public power.

Keywords: Joel Rufino dos Santos. Civil-military dictatorship. A testimony. Torture. Memory.

DICTATURE CIVILO-MILITAIRE, MÉMOIRE ET TRAUMATISME: LE TÉMOIGNAGE DE JOEL RUFINO DOS SANTOS

Résumé: Cet article propose de discuter l'ensemble des récits de témoins de l'historien et écrivain Joel Rufino dos Santos, qui a été arrêté et torture au début des années 1970 en raison de sa lutte politique contre la dictature civilo-militaire établi depuis vingt et un ans au Brésil (1964-1985). À travers des interviews de l'auteur, qui forment une toile de souvenirs qui le singularise comme un témoignage survivant du régime, Je cherche à comprendre les formes d'expression inventées par l'écrivain, face aux (im)possibilités raconter des expériences traumatiques comme la torture, entrepris au cours de cette période d'histoire nationale par des agents du pouvoir public.

Mots-clés: Joel Rufino dos Santos. Dictature civilo-militaire. Témoignage. La torture. La mémoire.

DICTADURA CIVIL-MILITAR, MEMORIA Y TRAUMA: EL TESTIMONIO DE JOEL RUFINO DOS SANTOS

Resumen: Este artículo propone discutir el conjunto de narraciones de testigos del historiador y escritor Joel Rufino dos Santos, quien fue arrestado y torturado a principios de la década de

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui Mestrado em História pela UFRGS (2018) e Graduação (Licenciatura e Bacharelado) em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2015). Leciona em regime ACT pela Secretária de Educação do Estado de Santa Catarina (SED-SC). É Pesquisadora Associada ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB/UDESC). Atua como Assistente Administrativo da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) e Chefe de Edições da Revista da ABPN. Tem experiência na área de História, atuando principalmente nos seguintes temas: história do Brasil, história da África e da Diáspora e seu ensino, relações étnico-raciais e diversidade.

1970 debido a su lucha política contra la dictadura civil-militar establecido por veintiún años en Brasil (1964-1985). A través de entrevistas del autor, que forman una red de recuerdos que lo singulariza como un testimonio sobreviviente del régimen, busco comprender las formas de expresión acuñadas por el escritor, frente a las (im)posibilidades para narrar experiencias traumáticas como tortura realizado durante este período de la historia nacional por agentes del poder público.

Palabras clave: Joel Rufino dos Santos; Dictadura civil-militar; Testimonio; La tortura; Memoria.

Introdução

No limiar de sua recente história republicana, o Brasil experienciou a partir do ano de 1964, em contexto similar com outras sociedades latino-americanas, a instauração de uma ditadura civil-militar que perdurou por 21 anos.

O novo governo instituído por um golpe do movimento militar que derrubara o então presidente João Goulart, passou a construir um projeto de organização social para o país baseado, segundo Maria José de Rezende (2013), num sistema de ideias e valores sedimentadas sobre um suposto ideário de democracia, estritamente vinculado às suas estratégias de ação nas esferas econômica, política e psicossocial.

A atuação de seus condutores intensificou o intercondicionamento entre o processo econômico e o processo político, “por ser um processo de força, que tornava o processo político opaco, com a imprensa sob censura, inclusive no terreno da economia” (SINGER, 2014, p. 199). Ao mesmo tempo, buscou legitimidade e reconhecimento em diversos segmentos sociais, fossem grupos, instituições ou indivíduos; e na dimensão social, houvera um empenho em empregar valores ligados à família, à religião, à pátria, à ordem e à disciplina. Elementos estes, que, na ótica dos governos militares, seriam socialmente fundantes da nova ordem político-cultural brasileira.

Não obstante, o universo alheio aos limites desta relação de identificação estava sujeito ao controle, à repressão e até à eliminação. O regime só admitia “aquilo que estava absolutamente integrado ao seu controle num processo de geração contínua de uma ampla consonância com seus propósitos nas diversas esferas da vida social” (REZENDE, 2013, p. 4-5). As décadas de 1960 e 1970 marcaram gravemente o cenário social brasileiro, com a utilização institucionalizada da violência, da censura, da repressão, da tortura, bem como assassinatos e desaparecimentos forçados.

Passados quase 30 anos do final da ditadura, em 2014, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), um colegiado constituído a fim de apurar as denúncias de violações de direitos humanos, entre 1946 e 1988, criada pela Lei 12.528/2011 e instituída em maio de 2012 no governo de Dilma Rousseff, publica seu relatório em três volumes². O

² O relatório está disponível em <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

documento tornou público a identificação das graves violações de direitos humanos praticadas pelo governo brasileiro, leia-se prisão ilegal e arbitrária, tortura, morte ou desaparecimento forçado, “evidenciando-se durante a ditadura militar um contexto sistemático de violações de direitos humanos” (BRASIL, 2014, p. 28).

A CNV confirmou 434 mortes e desaparecimentos de vítimas do regime civil-militar, salientando que esses números possivelmente não correspondem ao total de mortos e desaparecidos, mas somente os casos cuja comprovação foi possível em função do trabalho realizado pela equipe. Fruto de suas atividades de pesquisa, baseadas em evidências obtidas através de órgãos públicos, entidades da sociedade civil, vítimas e seus familiares, a comissão concluiu que durante os governos militares, a repressão e a eliminação de opositores políticos se converteram em política de Estado, concebida e implementada a partir de decisões emanadas da presidência da República e dos ministérios militares.

Enquanto um acontecimento recente, o regime civil-militar operou na trajetória política brasileira deixando marcas e feridas que se encontram abertas. Testemunhas que se opuseram à ordem vigente do período estão vivas, somadas a existência numerosa de arquivos sobre a repressão³. Estes sujeitos, seus corpos, suas vozes e histórias, cumprem um papel importante no desenvolvimento da pesquisa historiográfica sobre o tema, cuja memória emerge como o principal elemento para a constituição de depoimentos que reconstroem o passado. Ao mesmo tempo, seus relatos evocam traumas decorrentes de interrogatórios, prisões, tortura e sequestros, e contribuem também para estimular uma dada reconciliação entre o passado e o presente.

Memórias de testemunhos de sobreviventes ao regime, como a do historiador e escritor Joel Rufino dos Santos, preso e torturado no início da década de 1970 devido a sua luta política, revelam as sequelas psicológicas deixadas pelas ações do estado de exceção. Ao recordar e narrar uma experiência traumática singular, o testemunho assume estratégias de narração circunscritos em suas falas, apropriando-se de e ressignificando sentidos e subjetividades do evento testemunhado.

O relato do intelectual Joel Rufino dos Santos oferece proveitosas possibilidades de reflexão sobre a relação da testemunha que vivenciou um trauma, evidenciando o

³ O projeto “Brasil Nunca Mais” reuniu, por exemplo, o exame de cerca de 850 mil páginas de processos judiciais movidos contra presos políticos. A publicação retrata as torturas e outras graves violações aos direitos humanos durante a ditadura civil-militar brasileira, comprovadas a partir do uso de documentos oficiais do próprio Estado, que institucionalizou a tortura como ferramenta de investigação e repressão nesse período. O projeto e seu acervo podem ser consultados em <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>. Acesso em: 27 jun. 2019.

entrelaçamento e a busca de uma harmonização entre passado, presente e futuro, bem como a reavaliação de valores à condição humana.

Para tanto, utilizo, neste estudo, quatro entrevistas e um depoimento publicados entre os anos de 2008 a 2015, disponíveis eletronicamente⁴, em que o entrevistado rememora a experiência da prisão e da tortura. Dialogando com a bibliografia que entrelaça as temáticas de memória, trauma e testemunho, examino sua narrativa testemunhal com o objetivo de compreender as formas de expressão cunhadas pelo escritor, frente as (im)possibilidades de narrar a experiência de um trauma, a tortura, empreendida por agentes públicos das forças de segurança durante a ditadura civil-militar.

Uma breve biografia

Professor, historiador e escritor carioca, Joel Rufino dos Santos é conhecido nacionalmente por suas obras no campo da Literatura e da História que envolvem as temáticas de cultura africana e afro-brasileira, igualmente por seu pensamento e atuação na militância política, especialmente contra a ditadura e o racismo no Brasil⁵.

Nascido em 1941 em Cascadura, subúrbio do Rio de Janeiro, o professor iniciou a carreira acadêmica com a formação no curso de História pela extinta Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. Ainda estudante, trabalhava como professor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e assistente do escritor, historiador e político brasileiro Nelson Werneck Sodré, sendo coautor da obra “História Nova do Brasil”, conhecida por seu marco historiográfico, ao revisar em profundidade a história brasileira, publicada em março de 1964 pela Campanha de Assistência ao Estudante (Cases) e dirigida por Sodré.

Com a deflagração do golpe civil-militar em 1964, iniciou militância política por meio do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Neste mesmo contexto, a coleção “História Nova do Brasil” foi considerada “subversiva”, e seus autores foram presos ou exilados⁶; Joel Rufino, perseguido como tantos outros jovens intelectuais da época, se

⁴ No decorrer do artigo informo as fontes de acesso de cada entrevista utilizada.

⁵ As próximas informações, discutidas nesta parte do texto, foram colhidas no site dedicado à memória de Joel Rufino dos Santos, disponível em: <http://joelrufinodossantos.com.br/paginas/biografia.asp>. Foram cruzadas informações contidas no site, as entrevistas concedidas pelo escritor nos portais de notícias e em artigos acadêmicos que exploraram as produções do escritor.

⁶ Vanessa Clemente Cardoso (2016) ressalta que a obra criticava a historiografia tradicional apresentada nos manuais escolares utilizados no Brasil e, ao mesmo tempo, objetivava uma inovação no seu conteúdo, possuindo uma dimensão política. Suas páginas apresentavam a necessidade de reformas sociais, em especial no plano educacional, enquadrando-se no prospecto político que o país vivenciava durante o governo João Goulart. Contudo, com a instauração do regime civil-militar, os volumes da História Nova foram queimados e proibidos e seus autores tornaram-se alvo de perseguição.

exila na Bolívia, atuando como jogador profissional do Fútbol Club Bolívar, encerrando sua carreira no esporte ao mudar-se para o Chile.

O professor volta ao Brasil no ano de 1967, vivendo clandestinamente e contribuindo com a Ação Libertadora Nacional (ALN)⁷ até ser preso em dezembro 1972 quando foi condenado a oito anos de prisão pela Justiça Militar, onde cumpriu dois anos em regime fechado e foi solto sob condicional.

Joel Rufino dos Santos retomou a carreira acadêmica durante a década de 1980, atuando de modo geral na luta em defesa dos Direitos Humanos. Autor diversamente premiado, produziu narrativas que aliaram os elos da História e da Literatura, lançando dezenas de obras literárias de ficção e não-ficção, escrevendo extensamente romances e literaturas infanto-juvenis, sempre atentos para a reflexão sobre a questão racial e as culturas negras no Brasil⁸.

Com a aprovação da Lei da Anistia em 1979, foi reintegrado e convidado a dar aulas na graduação na Escola de Comunicação e na Faculdade de Letras da atual Universidade de Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde atuou por 20 anos. Na mesma instituição, obteve ainda os títulos de “Notório Saber e Alta Qualificação em História” e “Doutor em Comunicação e Cultura”.

Em 2015, quando ocupava o cargo de Diretor Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Joel Rufino dos Santos faleceu no dia quatro de setembro por complicações decorrentes de uma cirurgia cardíaca.

“É uma experiência limite”: o testemunho de Joel Rufino dos Santos

Na história humana, os testemunhos de eventos traumáticos se manifestam de diferentes formas e em diferentes locais, se utilizando de recursos narrativos para reconstituírem na forma de relatos situações consideradas, em princípio, como irrepresentáveis e inenarráveis.

⁷ A Ação Libertadora Nacional (ALN) foi uma organização revolucionária criada em 1968 por Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira e Virgílio Gomes da Silva, dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ao lado do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), foi um dos principais grupos que, entre as décadas de 1960 e 1970, se dedicaram à guerrilha no país, defendendo a necessidade da luta armada para derrubar o regime civil-militar instaurado no Brasil.

⁸ Algumas obras mais expressivas do autor: *Épuras do social: como podem os intelectuais trabalhar para os pobres*. São Paulo: Global, 2004; *Assim foi se me parece: livros, polêmicas e algumas memórias*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008; *Atrás do muro da noite: dinâmica das culturas afro-brasileiras*. Brasília: MINC / Fundação Cultural Palmares, 1994. (coautoria Wilson dos Santos Barbosa). *História política do futebol brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1981; *O que é racismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982; *Gosto de África*. São Paulo: Global, 1998; *O caçador de lobisomem, ou, o estranho caso do cussaruim da Vila do Passavento*. São Paulo: Abril Cultural, 1975; *Claros sussurros de celestes ventos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. *Quando eu voltei, tive uma surpresa*. Ed. Rocco, 2000.

No Brasil, conforme salienta o historiador Carlos Fico (2012, p. 44) a Ditadura civil-militar pode ser pensada em conjunto com outros “eventos traumáticos”, característicos em países que viveram totalitarismos, ditaduras militares, o *apartheid* e extermínios ao longo do século XX, pois se trata de um processo histórico que envolveu grande dose de violência, sobretudo a prisão arbitrária de pessoas, seguida quase sempre de tortura e, várias vezes, de morte.

O próprio conceito de *testemunho*, cuja origem da noção é jurídica, vem constantemente sendo rediscutido. Na tradição crítica do campo de estudos literários no Brasil, o debate envolvendo obras literárias lusófonas e hispano-americanas aflora frequentemente tensões que motivam a reflexão sobre seus fundamentos. Conforme aponta o crítico literário Jaime Ginzburg (2008, s/p), a escrita do testemunho não se restringe apenas ao depoimento direto, pois passa por elaboração atenta dos recursos de linguagem que evidenciam uma ambiguidade: a necessidade de narrar o que foi vivido e a percepção de que a linguagem é insuficiente para dar conta do que ocorreu.

Se apresentando como condição de sobrevivência, o testemunho caracteriza-se, segundo Márcio Seligmann-Silva (2008, p. 66), como uma atividade elementar. Para o teórico, a narrativa é dependente da situação radical de violência, desencadeando uma carência absoluta de narrar. Evocando a obra *É isto um homem*, do escritor italiano sobrevivente ao Shoah Primo Levi (1988), Seligmann-Silva aponta que sua narrativa, ao reunir a circulação das imagens do campo de concentração, se inscreveram como uma queimadura na memória do sobrevivente. Na medida em que são, aos poucos traduzidas, transpostas para “os outros”, permite que ele inicie seu trabalho de religamento ao mundo, de reconstrução da sua casa. “Narrar o trauma, portanto, tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 73).

Na perspectiva do autor, deve-se levar em conta que o “O testemunho é uma modalidade da memória” (2008, p. 73), que traduz dilemas oriundos da confluência entre a tarefa individual da narrativa do trauma e de sua componente coletiva. Nas “catástrofes históricas”, como nos genocídios ou nas perseguições violentas de determinadas parcelas da população, segundo ele, a memória do sobrevivente é sempre uma busca de compromisso entre o trabalho de memória individual e social.

No caso de sobreviventes da ditadura civil-militar, segundo Mariluci Cardoso de Vargas (2018, p. 26), a aparição do testemunho durante o contexto de transição e redemocratização do cenário político brasileiro, foi impedida sua dimensão acusatória ou contribuinte para a persecução penal. Por outro lado, como palavra que resiste à

realidade, o testemunho subsistiu à falta de escuta jurídica e criou vias alternativas para sua expressão, gerando produções refletidas em publicações literárias e entrevistas em audiovisuais concedidas para filmes documentários⁹.

Dada a sua produção e atuação no campo da História, Literatura e Educação, a figura e a trajetória de Joel Rufino dos Santos são reconhecidas nacionalmente. Nas entrevistas concedidas pelo escritor é possível constatar, ainda que acanhadamente, perguntas que permeiam sua experiência na luta contra a ditadura civil-militar brasileira, com escritos referentes às suas memórias quanto ao exílio, à prisão e à tortura.

As entrevistas do historiador sobrevivente localizam-se no mesmo contexto de outros testemunhos vítimas de violência e violações dos Direitos Humanos. A cientista política Maria Paula Araújo (2015) afirma que nos últimos anos o testemunho oral tem sido usado em todas as Comissões de Verdade instaladas nos países que vivenciam contextos de transição democrática, posteriores a períodos de violência e repressão institucionalizada. Essa política favoreceu o trabalho e a produção de depoimentos coletados por historiadores e antropólogos transcritos e publicados com o objetivo político de denúncia e reparação.

Os depoimentos e testemunhos são coletados, registrados e divulgados com base na noção de violação de direitos humanos que, por sua vez, baseia-se na noção de indivíduo, tal como formulada pela filosofia e pela ciência política ocidental: um sujeito universal, racional e livre, portador de direitos e de uma individualidade única. (ARAÚJO, 2015, p. 1)

As falas de Joel Rufino dos Santos estão conectadas a esse cenário. O intelectual também irá contribuir com depoimento para a *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – Rubens Paiva*, no relatório localizado na seção temática específica denominada *Perseguição à População e ao Movimento Negros*, publicado em março de 2015.

Antes disso, contudo, o autor já havia tocado nas memórias do passado quanto a sua experiência durante a ditadura civil-militar em algumas entrevistas concedidas, que narram lembranças marcadas por subjetividades, sentimentos e sensações. Tais entrevistas não foram efetuadas no sentido de investigar ou colher o depoimento do testemunho, sendo mais gerais e centradas na atuação, na inspiração e na produção do intelectual negro. Não obstante, a temática evocando o sobrevivente da repressão foi, por vezes, brevemente tocada nas entrevistas, onde Rufino pode narrar suas memórias.

⁹ No caso de estudo da pesquisadora, foram analisadas produções literárias, cinematográficas, artísticas e acadêmicas produzidos pelas/os filhas/os de resistentes à ditadura civil-militar, que expressavam suas identidades e afirmavam ou negavam as heranças das experiências extremas vividas por elas ou por seus pais. Sua tese (2018) analisa essas produções, buscando entender e cunhar as formas de expressão do testemunho de situações-limite e experiências extremas provocadas pela conjuntura ditatorial.

No ano de 2008, em entrevista dada ao jornalista Luciano Trigo, do Portal G1, sobre o lançamento de sua obra memorialística *Assim foi (se me parece)*, Joel é primeiramente perguntando ao autor em que medida existe ficção nas suas memórias:

O título *Assim foi (se me parece)* já sugere que não creio em memória “verdadeira”. Há uma diferença, uma lacuna entre falar e dizer, aí se instala a memória. Os fatos que relato aconteceram, mas para outros que os viveram significaram outras coisas. Mesmo os livros de História andam cheios de ficção, no sentido em que todo relato introduz uma subjetividade. Com mais razão ainda num livro como o meu. (SANTOS, 2008, s/p)

Não se isentando, Rufino, um intelectual e crítico, parece possuir absoluta clareza das possibilidades e dos limites da memória. No exercício de rememorar não há como o indivíduo lembrar-se de tudo o que ocorreu, podendo deixar certos acontecimentos de fora e elevar outros, e igualmente, a memória também pode atualizar e presentificar o passado, uma vez que é a experiência existencial integrada ao cotidiano, através da narrativa, que fornece significado a eventos vividos e ressignifica outros. Na perspectiva da historiadora Lucilia de Almeida Neves Delgado (2003, p. 15-16), apreender a amplidão do passado é um desafio para o ser humano, ativar a memória também o é, “pois a memória, além de incomensurável, é mutante e plena de significados de vida, que algumas vezes se confirmam e usualmente se renovam”.

Na mesma entrevista, abordando a vida, as obras e as influências do escritor, o entrevistador pergunta sobre sua experiência na prisão. Joel Rufino responde associando os eventos de tortura que causaram a morte de alguns companheiros também presos, relatando brevemente sua própria prisão, onde transcorre o trauma vivido: “Tive o meu quinhão de socos e choques elétricos, mas não conheci o pior, a ‘cadeira do dragão’. É uma experiência inenarrável, no limite do humano. Quem a experimentou, em si ou nos companheiros, não sabe dizer qual é a natureza do torturador” (SANTOS, 2008, s/p).

Inumeráveis são os impactos subjetivos causados pela experiência traumática daquelas que narram. Elielson Figueiredo (2015, p. 105) salienta que a reconstrução mnemônica dos espaços de tortura e de encarceramento resiste ao esquecimento e atualiza, para quem narra, as vivências físicas e psicológicas da tortura, em que a narrativa do testemunho descreve os horrores imputados até os espasmos e desfalecimentos, “[n]uma tentativa permanente de reconciliar corpo e linguagem, separados irreversivelmente pelo trauma imposto à integridade do ser”.

Em 2010, numa extensa entrevista concedida a *Revista Democracia Viva* do Ibase, de cunho mais pessoal, que explora diversas dimensões e temporalidades da sua vida, Joel Rufino dos Santos respondeu longamente à pergunta: *É possível dimensionar*

o impacto das torturas que sofreu na sua vida?, suscitando três aspectos. O primeiro diz respeito aos sentidos do torturado sobre a tortura e o torturador; o segundo exprime a culpa sentida por conta da delação de companheiros, e por último das sequelas e da possibilidade de cura frente ao sofrimento causado pela tortura. Vejamos nos trechos resumidos a seguir:

dos presos políticos que conheci que passaram por tortura, grosso modo, dividiam-se em dois grupos. Um grupo achava que a tortura, que o torturador, são desumanos, que não são gente, que são monstros ou algo parecido; e o outro grupo achava que, apesar de ser uma forma extrema de crueldade, uma experiência-limite, o torturador é humano e que, dependendo das circunstâncias, uma pessoa que não torturaria, tortura.

quem passou pela tortura, quase certamente denunciou alguém, levou à queda de alguém. Mesmo aqueles que morreram sob tortura, eventualmente, podem ter entregado alguém, o que não os livrou de morte. [...] durante algum tempo, me puni muito por ter entregado algumas pessoas. E só me recuperei, cumprindo pena por alguns meses depois, conforme retomei o processo de luta como preso político. O preso político, mesmo ali naquelas condições carcerárias, tem condição de lutar, de prosseguir a sua luta de alguma maneira. [...]

Vamos falar das sequelas desse sofrimento. Esse sofrimento de ter entregado algumas pessoas, penso quase ter me curado por conta disso, porque não desisti de lutar, continuo lutando, de alguma maneira, continuo comunista. Isso, então, me cura, ou quase, dessa sequela. Agora, há sequelas difíceis, talvez impossíveis de se curar. Por exemplo, ter visto alguém morrer sob tortura ou ter visto alguém ser torturado barbaramente, uma pessoa jovem (SANTOS, 2013, p. 27).

Como apontaram Luciana Chociay e Claudia Monteiro (2013, p. 91), o trauma pode ser considerado uma ferida na memória, tanto dos militantes como de seus familiares, que também passaram por momentos traumáticos. Para as pesquisadoras, o testemunho, como portador da memória, traz consigo emoções que o acontecimento narrado trouxe para si, onde a memória serve como retenção do acontecido, tornando-se “um objeto essencial para a denúncia desse fato histórico para uma reparação moral”.

As palavras de Joel Rufino, um sobrevivente da repressão, “devolvido” à vida cotidiana, tornam-se dolorosas ao lembrar o sofrimento vivido. Poder narrar abertamente lhe parece um recurso oportuno para denunciar os crimes de tortura, colocando-o numa condição de sobrevivência, onde, ao mesmo tempo, o escritor estabelece uma ligação com os outros na medida em que os acontecimentos descritos atingem aspectos do campo sentimental e moral.

Em suas falas, há sempre a procura de uma possível reconciliação consigo mesmo e com seu passado, num exercício de compreensão do presente, que o levou, nas últimas quatro décadas, a lutar de forma engajada na área social e política, através do campo intelectual e educacional no Brasil. Sobre isso, convém entender que, na ótica do

testemunho, “A linearidade da narrativa, suas repetições, a construção de metáforas, tudo trabalha no sentido de dar esta nova dimensão aos fatos antes enterrados.” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 69).

No mesmo ano, concedendo entrevista aos historiadores Amauri Mendes Pereira, Amílcar Araujo Pereira e Verena Alberti, para a *Revista Estudos Históricas*, Joel Rufino novamente relata a tortura sofrida, destacando o papel da culpa e da vergonha relacionado à delação. O escritor responde à pergunta: *Qual a sua memória? O que passa, quando você lembra?* [com relação ao episódio da tortura].

Bom, primeiro, eu acho que é inenarrável. Não dá para narrar, que você só experimenta quando está para morrer. A sensação é essa. Chega uma altura que não faz mais diferença viver ou morrer. Se morrer é melhor – você chega a pensar isso. Mas quando você não morre, você se culpa por não ter morrido. Esse é um problema do torturado. Porque, se você sobreviveu, alguma coisa você falou. Seja mentira, seja verdade, seja para enganar os torturadores, foi alguma coisa que você falou que livrou a sua cara. E você aí, depois, fica: “Eu não devia ter falado, devia ter morrido”. Isso acompanha você durante um tempo. E passam anos e você parece que não esquece nunca. Você não consegue superar, tirar aquilo de dentro de você (SANTOS, 2013, p. 506).

Observa-se, no testemunho do professor, a tentativa de construir uma coerência e uma continuidade ao narrar sua experiência traumática, marcada, como ele nos informa nas entrevistas, por muitas rupturas. O esquecimento não aparece como opção para sua redenção, pois, suas experiências, ao serem contadas no âmbito do individual, como a memória de um sobrevivente do regime civil-militar, também são conectadas às de outros sujeitos, apresentando uma dimensão coletiva da repressão.

Companheiros, colegas, pessoas com quem conviveu naquele período, também vítimas da violência, são constantemente evocados nas lembranças do narrador, em tom de respeito, saudade, pesar e culpabilidade. Condizente com impactos do trauma no testemunho, Dominck LaCapra (2005, p. 63) aponta que “El trauma es una experiencia que trastorna, desarticula el yo y tenera huecos en la existencia; tiene efectos tardíos imposibles de controlar sino con dificultad y, tal vez, imposibles de dominar plenamente”.

Numa outra entrevista, em audiovisual, concedida ao *Grupo Editorial Global*, em 2014, o escritor se reconhece como partícipe da “geração de classe média intelectual” que sofreu a ditadura. Em sua visão, a ditadura civil-militar foi sobretudo um “sistema de tortura” angariado por uma política de Estado. Ao refletir sobre a experiência individual da tortura, afirma que este é “o horror máximo que você pode se submeter, que você pode passar na vida”. Narra, ainda, que para além da violência sofrida, também viu outros colegas serem torturados e mortos.

Rufino, ao buscar resiliência no passado traumático, questiona-se se o horror e o sofrimento individual causados pelo próprio governo, possibilitaram “salvar”, mudar e melhorar a sociedade. Na contemporaneidade, segundo o autor, a população pobre e negra da sociedade brasileira ainda experiencia o horror da tortura pela polícia brasileira: “o que veio depois da ditadura, se parece muito com a ditadura [...] é um paradoxo”. Os governos progressistas e avançados, em muitos pontos foram importantes, mas não realizaram reformas estruturais, como a reforma agrária, a reforma urbana, a reforma econômica e a reforma do funcionamento político.

Nas falas do intelectual, a tortura parece ser o aspecto principal e mais evocado do passado, contextualizado nos governos militares. Ao narrar sobre o assunto traumático, Rufino fornece informações técnicas, expressadas por meio de emoções e significados do acontecimento em sua vida, articulando-o sempre com o cenário político e a conjuntura governamental daquele momento, e igualmente, assimilando-o com outras experiências comuns às suas, numa dimensão coletiva, lembrada ao citar companheiros. Joel Rufino dos Santos procura, sem sucesso, um oásis nos dados atuais de violência no país, como um recurso apaziguador da sua experiência. A ditadura, para ele, nunca acabou, pois, a tortura e a violência continuam sinônimos dela, mesmo em regimes democráticos do presente.

Relacionando com esse aspecto, Danielle Tega (2005) afirma que um trauma não se limita apenas como registro do passado, mas como um registro da força de uma experiência que ainda não está totalmente apreendida:

A capacidade de recuperar o passado é, paradoxalmente, vinculada à incapacidade de acessá-lo, indicando que aquilo que retorna não é simplesmente uma experiência avassaladora que foi obstruída por uma repressão tardia ou pela amnésia, mas um evento que foi parcialmente constituído pela sua falta de integração na consciência. Por não haver sido plenamente integrado no modo como ocorreu, o evento traumático tampouco pode se tornar uma espécie de memória narrativa associada a uma história acabada do passado (TEGA, 2015, p. 2).

Por outro lado, é possível verificar mais enfaticamente, a componente coletiva na experiência traumática vivenciada por Joel Rufino dos Santos, no último documento colhido para análise. Em *Depoimento: um flash do negro sob a repressão da ditadura*, localizado no item 4 da seção intitulada *Perseguição à população e ao movimento negros*, contida no *Relatório Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”*, Tomo I - Parte II - *Perseguição à População e ao Movimento Negros*, o escritor participa ativamente de um projeto coletivo para documentar as graves violações dos direitos humanos realizadas no estado de São Paulo.

O capítulo que o historiador contribui com o depoimento constitui espaço específico do relatório para dar destaque a presença negra no movimento de combate ao regime civil-militar. Rufino apontou nessa obra que, dentre os mortos e os desaparecidos, figuram nomes de militantes de origem negra, e que por serem maioria entre os mais pobres, os negros eram os maiores atingidos pelas políticas autoritárias do período. Ainda, salienta o relatório, que “não se pode deixar de considerar que a população pobre e negra é atingida até os dias de hoje com práticas instauradas no período” (2015, s/p).

Em consonância com a proposta da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, o depoimento, de cinco páginas, de Joel Rufino dos Santos é orientado conforme sua tematização: a população negra. Nele, o escritor vai descrevendo eventos, cenários, situações com pessoas identificadas negras onde ele testemunhou situações de discriminação e racismo, finalizando que:

Este depoimento não está à altura do que seu autor gostaria de dar. Se o desse com menos idade, com mais energia e saúde, emergiriam outros fatos significativos do racismo (ou do que nos habituamos a chamar assim) na repressão aos que lutaram contra a ditadura. Já esqueci muito, embora não tenha superado as sessões de choque, em mim e na minha mulher na época, despedidos para acentuar a solidão, os gritos e gemidos das noites infernais, os revólveres engatilhados em nossas cabeças, a morte de jovens como nós, seus choros, gritos e excrementos, suas palmas como troncos produzidos por palmatórias furadas. (SANTOS, 2015, p. 31)

LaCapra (2008) salienta a existência de traumas que foram assumindo significados para um determinado grupo ou comunidade, traumas que até receberam a função e a capacidade de sustentar uma identidade. Nesse depoimento, podemos observar a atuação da memória na reconstrução de episódios do passado, representada na forma de uma experiência de memória coletiva. A violência narrada é apresentada no depoimento como uma violência que se abateu sobre todo um povo, o povo negro.

Joel Rufino opta por dar uma função prática ao passado traumático: narrar para ajudar a reconstruir e a compreender parte da história do Brasil recente, fazendo jus à memória, à verdade e à justiça. Seu corajoso exercício de discorrer sobre o irrepresentável, bem como o de outros sobreviventes “gera possibilidades de estudo e ao mesmo tempo pode proporcionar alívio ao depoente ao expor para a sociedade as torturas cometidas, de modo a proporcionar justiça a ele e aos que também foram torturados durante o Regime Militar” (CHOCIAY; MONTEIRO, 2013, p. 89).

Considerações Finais

O testemunho traz para o historiador, mais do que relatos objetivos e empíricos, a experiência subjetiva dos depoentes (ou narradores), no caso a experiência do trauma e da violência política. (ARAUJO, 2015, p. 2)

Em consonância com a afirmação evocada na citação, este artigo buscou apresentar e enfatizar as estratégias e as formas de expressão utilizadas por um testemunho diante das (im)possibilidades de narrar uma experiência traumática: a tortura. Através da memória de Joel Rufino dos Santos - perseguido, preso e torturado durante o regime civil-militar brasileiro -, contida nas entrelinhas de entrevistas concedidas pelo escritor, observamos nuances, tramas e sentidos do intelectual ao narrar as experiências violentas sofridas no passado.

Embora muito brevemente, Rufino pode transitar em suas falas, conteúdos relacionados a militâncias, resistências, prisão e exílio, autocrítica, relacionamentos, perdas e derrotas, tortura e morte, acompanhado, por vezes, de vergonha, saudade e pesar. Suas experiências, seu passado vivido, assim como a de muitos outros testemunhos, são inexprimíveis devido à dimensão do trauma gerado. Os caminhos escolhidos, as lembranças silenciadas, relevâncias, omissões, ênfases, ressignificações das experiências vividas, podem ser, em muitas ocasiões, soluções para tentar construir uma vida digna, novamente humana, isenta de culpa, medo ou sofrimento.

Na contemporaneidade e no seio dos regimes e das instituições democráticas, o testemunho desempenha um papel decisivo. Sua presença e voz na constituição das instituições democráticas possibilitam o acesso à informação, que por sua vez é uma ferramenta vital para a elucidação das atrocidades do passado e, conseqüentemente, em uma condição necessária para a obtenção da verdade, reparação das vítimas, e a recuperação da memória histórica (BRASIL, 2014, p. 39).

Referências

ABREU, Alzira Alves de. Ação Libertadora Nacional (ALN). In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

ARAUJO, Maria Paula. Testemunho, memória, reparação. A diversidade de subjetividades: questões teóricas e políticas. *Anais do XI Encontro Regional Sudeste de História Oral*. Dimensões do público: Comunidades de sentido e narrativas políticas, 08 a 10 de julho de 2015.

BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. *Mortos e desaparecidos políticos*. Brasília: CNV, 2014.

- CARDOSO, Vanessa Clemente. A polêmica História Nova do Brasil: um projeto de vanguarda derrotado politicamente. *História & Ensino*, Londrina, v. 22, n. 1, p. 127-154, jan./jun. 2016.
- CHOCIAY, Luciana; MONTEIRO, Claudia. Reflexões sobre Memória e Testemunho a partir do Livro Brasil: Nunca Mais. *Revista TEL - Tempo, Espaço, Linguagem*, v. 4, n. 01 - jan.- abr. 2013.
- DELGADO, Lucila de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História Oral*, n. 6, p. 9-25, 2003.
- FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis o caso brasileiro. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p.43-59, jan/jun 2012.
- FIGUEIREDO, Elielson. Corpos para não esquecer: o testemunho e a cena da tortura. *Margens - Revista Interdisciplinar. Dossiê: Literatura e Resistência*, v.9. n. 13. dez 2015.
- GINZBURG, Jaime. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. *Conexão Letras*, v. 3, n. 3, 2008.
- LACAPRA, Dominick. *Escribir la historia, escribir el trauma*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.
- REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984* [livro eletrônico] Londrina: Eduel, 2013.
- SANTOS, Joel Rufino dos. Entrevista: Joel Rufino dos Santos. Entrevistador: Luciano Trigo. Entrevista concedida ao *Portal G1*, 29 de outubro de 2008. Disponível em ><http://g1.globo.com/platb/maquinadeescrever/2008/10/29/entrevista-joel-rufino-dos-santos/>> Acesso em 24 de julho de 2019.
- SANTOS, Joel Rufino dos. Entrevista: Joel Rufino dos Santos. Entrevista concedida a *Revista Democracia Viva*, 2013. Disponível em: <http://www.canalibase.org.br/wp-content/uploads/2015/09/dv_ibase_44_entrevista20-33.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2019.
- SANTOS, Joel Rufino dos. Entrevista com Joel Rufino dos Santos. Concedida a Amauri Mendes Pereira, Amilcar Araújo Pereira e Verena Alberti. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 26, nº 52, p. 491-518, julho-dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862013000200012>. Acesso em: 25 jul. 2019.
- SANTOS, Joel Rufino dos. Joel Rufino, testemunho e reflexão sobre a Ditadura Militar no Brasil. Entrevista concedida ao *Grupo Editorial Global* no YouTube, 2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=U8qLH6o2nIo>>. Acesso em: 25 jul. 2019.
- SANTOS, Joel Rufino dos. Depoimento: um flash do negro sob a repressão da ditadura. In: SÃO PAULO, Comissão da Verdade “Rubens Paiva”. *Relatório - Tomo I - Parte II - Perseguição à População e ao Movimento Negros*, 2015. Disponível em <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/>. Acesso em: 29 jul. 2019.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psic. Clin.*, Rio De Janeiro, Vol.15, n. 2, 2008, p. 65-82.

SINGER, Paul. O processo econômico. In: REIS, Daniel Aarão (Coord). *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

TEGA, Danielle. *Tramas da memória: um estudo de testemunhos femininos sobre as ditaduras militares no Brasil e na Argentina*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2015.

VARGAS, Mariluce Cardoso de. *O testemunho e suas formas: historiografia, literatura, documentário (Brasil, 1964-2017)*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

Trajelórias, estratégias e pautas culturais nos estudos de família na Espanha moderna

Janaína Helfenstein¹ 

LÓPEZ, Juan Francisco Henarejos; LÓPEZ, Antonio Irigoyen. *Escenarios de familia: trayectorias, estrategias y pautas culturales, siglos XVI–XX*. Murcia: Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones, 2017, 529 p.

O livro *Escenarios de familia: trayectorias, estrategias y pautas culturales, siglos XVI–XX* é resultado dos trabalhos empreendidos pela Red de Estudios de Familia de Murcia (REFMUR), um grupo de estudos promovido pela Universidad de Murcia e pela Fundación Séneca. A REFMUR tem por objetivo oferecer reflexões, sugestões e pesquisas sobre a família, um elemento que podemos considerar como uma das problemáticas históricas mais atuais e, ao mesmo tempo, mais complexas. O livro, ao longo de suas páginas, visa a demonstrar como a família pode representar uma importante ferramenta teórica e metodológica para que se possa adentrar na análise da complexidade da realidade social.

Todavia, antes de mergulharmos mais a fundo nos temas abordados na obra em questão, consideramos fundamental apresentar ao leitor o local de produção desse livro: o grupo de estudos REFMUR. Como já mencionado, esse grupo está vinculado à Universidad de Murcia; contudo, esse não tem a intenção de ser apenas mais um grupo acadêmico que realiza pesquisas dentro da universidade e que acaba por se manter somente no campo da reflexão acadêmica. Tampouco mantém o isolamento que os estudos históricos costumam observar com relação às continuidades e mudanças sociais contemporâneas. Pelo contrário, o REFMUR demonstra que compreender a família, como objeto de estudo, reflete as formas de organização e de vida da sociedade, uma vez que a família tem suas raízes no tempo histórico plenamente.

Obviamente, a origem e a trajetória do grupo, como os próprios pesquisadores afirmam, consistem, fundamentalmente, em pesquisa e docência histórica. No entanto, se existe um objeto de estudo que rompe as fronteiras dos períodos históricos, que integra as diferentes ciências sociais (como sociologia, antropologia, demografia

¹ Doutoranda em História e Cultura Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp campus de Franca) e bolsista pela CAPES. É professora da Faculdade de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon – Isepe Rondon. Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR). É graduada (Licenciatura Plena) em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO-PR). Por fim, atua como pesquisadora nas seguintes áreas temáticas: Demografia Histórica; História da Família; História do Luteranismo no Brasil; Imigração alemã para o Brasil. E-mail: janaina_helfenstein@yahoo.com.br.

histórica, entre outras) e que deve ser estudado a partir de mudanças e evoluções sociais, permanecendo em uma temporalidade contínua, esse objeto é, precisamente, a família.

Para a REFMUR, a família pode ser considerada como o elemento que, ao mesmo tempo em que explica plenamente a sociedade espanhola em suas características tradicionais, está atento às suas mudanças e inovações. Dessa maneira, seus pesquisadores se dedicam, principalmente, a compreender a sociedade espanhola em uma perspectiva histórica e atual, no contexto da comparação transnacional e na relação entre os diferentes territórios compreendidos pela monarquia hispânica, tanto na Europa como na América.

A obra que aqui apresentamos é fruto dos esforços dos pesquisadores vinculados à REFMUR. Organizado pelos professores Antonio Irigoyen López e Juan Henarejos López, o livro reúne uma série de textos produzidos por pesquisadores oriundos da Espanha, da Áustria, da República Tcheca e do Brasil, dedicados aos estudos relacionados à História da Família e à Demografia Histórica.

Antonio Irigoyen López, professor de História Moderna na Universidad de Murcia, na Espanha, é especializado em História Social da Igreja e do Clero na Monarquia Hispânica dos séculos XVI a XVIII. Suas pesquisas se concentram na temática sobre o casamento e sua regulação eclesiástica, e sobre o batismo e as relações de compadrio.

Juan Francisco Henarejos López é Doutor em História Moderna pela Universidad de Murcia e professor do curso de Relações Internacionais da Facultad de Turismo de Murcia. Desenvolve pesquisas sobre parentesco e consanguinidade, como categorias de análise para o estudo da História da Família.

A obra em questão está estruturada em um texto introdutório, produzido pelos organizadores, e 45 capítulos que tratam da História da Família do ponto de vista dos mais diversos enfoques, como, por exemplo, trajetórias familiares, reprodução social, relações de compadrio, clientelismo, estratégias matrimoniais e espaços de sociabilidades.

De acordo com os organizadores, o livro é resultado de novos estudos em que o indivíduo e a família são os protagonistas. Ainda, segundo eles, a família permanece adaptando-se às idas e vindas das transformações sociais que estão gestando. A primeira parte do volume serve para conhecer essa abordagem por meio do estudo de caso de vários grupos sociais. Porém, vale ressaltar que as famílias da elite — tanto espanhola como brasileira — são as que recebem maior enfoque. Nesses textos, compreende-se

que os cenários familiares são amplos; contudo, ainda assim é possível alcançar uma perspectiva mais particular dos grupos familiares.

Atualmente, os trabalhos nutridos por essas novas abordagens permitem que a família e sua capacidade explicativa sejam colocadas em primeiro plano, uma vez que, pensando nessa perspectiva, é por meio da família que se permite o acesso ao indivíduo.

É necessário descobrir como os destinos individuais tomam forma e até que ponto são influenciados, organizados e enquadrados por estruturas e relacionamentos sociais coletivos, tendo em vista que os problemas com relação aos mecanismos de relacionamento precisam ser abordados na análise. Essa discussão é tratada pelos organizadores ainda na apresentação da obra, e também é contemplada em outros pontos dela, como, por exemplo, no capítulo escrito por Maria Luisa Álvarez y Caña, *Estrategia matrimonial y redes sociales entre los comerciantes extranjeros de Alicante: los Cassou y los Carrere, dos ejemplos extrapolables*.

Ao se dedicar a compreender a formação das redes sociais entre as famílias Cassou e Carrere, de Alicante (localizada no litoral da Espanha banhado pelo Mar Mediterrâneo), Caña demonstra de que maneira os laços criados a partir do matrimônio podem ser fundamentais para o fortalecimento das famílias na localidade em que estão inseridas. Segundo a autora, a presença marcante de uma grande população estrangeira na cidade de Alicante, especialmente a de origem francesa, resultou na formação de notáveis redes familiares entrelaçadas a partir de interesses variados. Desde a chegada até o posterior estabelecimento individual desses imigrantes — que, muitas vezes, se deu de maneira modesta e provisória no início, e, portanto, cheia de incertezas e de aspirações — desenvolveu-se um processo de vida que vinculava esses estrangeiros à cidade de maneira estável, sobretudo após a formação das famílias pelo laço matrimonial.

O exemplo das famílias Cassou e Carrere, representativas e extrapoladas em seu comportamento em relação a outros casos, permite analisar a evolução desses imigrantes ao longo dos anos de residência em Alicante, sem esquecer as múltiplas dificuldades que enfrentaram em tempos de crise e que puderam resolver com o apoio e a solidariedade da família e do círculo de parceiros.

Dessa maneira, podemos compreender que, dentre muitas outras representações, a família é um conjunto de relacionamentos. Porém, deve-se enfatizar que esses relacionamentos, em primeira instância, são impostos. As famílias biológicas (pais, irmãos, avós e primos) não são escolhidas. Além disso, é possível afirmar que os primeiros relacionamentos sociais de uma pessoa, que não têm base no parentesco,

também são determinados pela família. O indivíduo não é nada sem sua família. O que um indivíduo é, e no que ele se torna, em grande parte se deve à sua família. Contudo, mais tarde ele irá gerar novas relações sociais, daí a necessidade de conhecer os mecanismos que torna isso possível. Um simples batismo na paróquia já pode servir para mostrar o emaranhado de elos nos quais as pessoas se embrenham, sobretudo, em relação aos padrinhos de batismo, como podemos ver no artigo de Rachel dos Santos Marques, *Além da pia batismal: relações de compadrio na família Silveira (c. 1750 – c. 1810)*. Mais do que meras testemunhas do cumprimento da obrigação espiritual, as pessoas escolhidas para participarem desse momento recebem uma função muito importante na vida dessa criança: a de tutores ou padrinhos. Para a Igreja Católica, o padrinho e a madrinha deveriam testemunhar a validade do sacramento, cuidar e encaminhar a criança em sua vida espiritual e, principalmente, protegê-la na vida terrena, especialmente na ausência dos pais.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia normatizavam a escolha desses padrinhos e, ainda, determinavam que “[...] no Baptismo não haja mais que um só padrinho e uma madrinha e que não se admitão juntamente dois padrinhos e duas madrinhas; os quaes padrinhos serão nomeados pelo pai ou mai, ou pessoa, a cujo cargo estiver a criança.” (VIDE, 2007, p. 14).

Por então se tratar de um renascimento espiritual, ou seja, morrer para o pecado e renascer para vida cristã, as crianças deveriam dispor de um novo vínculo filial, ou seja, de novos pais espirituais, que seriam os padrinhos. Os padrinhos, portanto, receberiam a tutela espiritual dessa criança, sendo responsáveis por sua apresentação e manutenção na vida espiritual. Dessa maneira, na Igreja Católica, cria-se um vínculo a partir do batismo:

O batismo cria, acima de tudo, uma relação espiritual; esta é o vínculo “pensado” que une batizando e padrinhos. O laço expresso significa ou indica esta dimensão invisível. O compadrio é um vínculo não do corpo, ou da carne, ou da vontade humana enquanto expressa na lei civil; ele representa, ao contrário, associação ou solidariedade, através da comunhão de “substância espiritual”. (GUDEMAN; SCWARTZ, 1988, p. 41).

Com o batismo, o parentesco espiritual é estabelecido de tal forma que, a partir de então, as pessoas envolvidas nesse ato estariam impedidas, diante do direito canônico, de contrair matrimônio. Esse parentesco era vitalício² e se dava tanto na relação estabelecida entre padrinho e afilhado como entre os compadres. Assim, a

² “[...] o parentesco espiritual, que contrahirão, do qual nasce impedimento, que não só impede, mas dirime o Matrimônio [...] o qual parentesco conforme a disposição do Sagrado Concílio Tridentino, se contrahe sómente entre os padrinhos, e o baptizado, e seu pai, e mai; e entre o que baptiza, e o baptizado, e seu pai, e mai.” (VIDE, 2007, p. 26–27).

relação contraída pelo compadrio era formada por três agentes: a criança, os pais e os padrinhos, e por três relações: de parentesco entre pais e filhos (laço consanguíneo), entre padrinho e afilhado e entre pais da criança e padrinhos (laço espiritual). Essas relações, criadas dentro da esfera religiosa, refletiam muito na vida fora dos portões da igreja. As escolhas dos padrinhos eram sempre pautadas por alguns interesses. Conseqüentemente, o apadrinhamento ampliava os laços familiares e, além disso, reforçava e criava relações de amizade.

Uma vez que a área de pesquisa da História da Família é muito ampla, podemos falar de diferentes famílias de acordo com grupos sociais, espaços geográficos e contextos históricos. As estruturas, os comportamentos e as estratégias variam de acordo com o tempo e, principalmente, de acordo com organização social em que a família está inserida. No entanto, segundo os organizadores do livro, quando nos debruçamos a estudar as organizações familiares, existe e persiste uma concepção que pode ter uma validade quase universal: a família deve ser entendida como um suporte para as pessoas que a compõem. De tal maneira que a identidade individual sempre carrega a identidade da família.

Contudo, essa afirmação talvez não faça sentido ou, ao menos, seja discutível na sociedade em que vivemos atualmente, completamente globalizada e na qual os laços de parentesco são cada vez mais escassos. Porém, nas sociedades do passado, especificamente na sociedade do Antigo Regime, isso era incontestável. O relacionamento por parentesco era um dos componentes fundamentais e, certamente, o mais importante (até mesmo, mais importante do que a identidade individual). O peso da tradição e o ideal de perpetuação apenas sustentavam a força do parentesco. O nome, e, ainda mais que ele, o sobrenome era algo extremamente valorizado. Por essa razão, as estratégias familiares eram fundamentais para se perpetuar em um determinado local e, a partir disso, conseguir benefícios sociais e, principalmente, políticos.

As estratégias, os arranjos e as redes que as famílias das elites ibérica e colonial brasileira estruturavam e tramavam tinham a finalidade de ascensão social e manutenção do poder adquirido. A família era, ao mesmo tempo, meio de se obter prestígio e palco das alianças necessárias para se alcançar tal prestígio. Assim, na maioria das vezes, o matrimônio é o principal mecanismo para tornar efetivo e indissolúvel o vínculo de união entre famílias.

O livro aqui apresentado possui mais de 40 capítulos que nos mostram, a partir de experiências de pesquisas realizadas na Espanha e nos demais países europeus e americanos, exemplos e caminhos metodológicos para se trabalhar com História da

Família. A partir dessa produção, nos foi mostrado que o papel das famílias ultrapassa a vida privada e invade a esfera pública em que as estratégias familiares influenciam a vida social e política dos locais estudados. Podemos afirmar que essa obra atinge seu propósito de ser uma tentativa de avanço nos estudos sobre família, pois, a partir da sua leitura, é possível fomentar novas pesquisas que contemplem a perspectiva da História da Família e a Demografia Histórica nacional e internacional.

Referências

GUDEMANN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia do século XVIII. In: REIS, João José (org.). *Escravidão & invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

ENTREVISTA - Rodrigo Patto Sá Motta 

A História em perspectiva: percursos e reflexões

Entrevistado

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1990), mestrado em História pela mesma instituição (1993) e doutorado em História pela Universidade de São Paulo (2000). Realizou estudos de pós-doutorado e atuou como professor-pesquisador visitante na Universidade de Maryland (2006–2007). Atuou como Professor visitante nas seguintes instituições: Universidad de Santiago de Chile (2009); Universidad Nacional de Colombia (2015); Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine (Iheal) da Universidade de Paris III, Cátedra Simón Bolívar (2016); Universidad Nacional de Rosario (2017); Universidad Nacional de General Sarmiento (2018) e Universidad Nacional de San Martín (2019). Atualmente, é Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador 1D do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Possui experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República e História Contemporânea. Atua principalmente no campo da História Política, pesquisando tanto os temas da vertente clássica (partidos, instituições) como as abordagens que dialogam com a nova História (representações, iconografia, cultura política). Suas pesquisas recentes concentram-se em questões relacionadas ao golpe de 1964 e ao regime militar, envolvendo temas como repressão política (DOPS, ASI), anticomunismo, política universitária, memória e atuação da esquerda. As publicações mais relevantes são os livros: *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil* (SP: Perspectiva, 2002 — editado em espanhol pela editora universitária argentina UNGS, em 2019), *Jango e o golpe de 1964 na caricatura* (RJ: Zahar, 2006) e *As universidades e o regime militar* (RJ: Zahar, 2014). Foi presidente da Associação Nacional de História (ANPUH) no período 2013 a 2015.

Entrevistador

Erinaldo Cavalcanti  — **Revista Escritas do Tempo**

Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Diretor de Pós-Graduação da Unifesspa e coordenador do Programa de Pós-Graduação em História

¹ Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Doutor em História pela UFPE. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST). Editor Chefe da Revista Escritas do Tempo.

(PPGHIST-Unifesspa). Coordenador do Grupo de Pesquisa iTempo (Interpretação do Tempo: ensino, memória, narrativa e política).

Entrevista concedida em 04 de julho de 2019. Disponível, na íntegra, na página do Grupo de Pesquisa iTempo (facebook).

Escritas do Tempo: Gostaria que você começasse falando um pouco sobre os motivos que o levaram a escolher cursar História.

Rodrigo Patto: A minha primeira opção não foi História; comecei estudando Administração de Empresas. Na verdade, aos 17 anos eu não sabia bem o que fazer em termos profissionais e acabei indo para administração de empresas, mas eu sempre gostei muito de História, minha disciplina preferida no colégio; era a única cujos livros lia nas férias. Eu gostava muito, mas não concebia como profissão, até porque eu não me imaginava capaz de ser professor; como adolescente, eu era muito tímido; eu tinha muita dificuldade de falar em público, então não parecia uma escolha correta para uma pessoa como eu. Então, quando entrei na Administração de Empresas, vi que não era o meu perfil porque o curso era muito técnico e não tinha muita leitura, não tinha muita reflexão. O primeiro período de Administração de Empresas era no ciclo básico de ciências humanas. Então, no curso básico, eu fiz sociologia, política, filosofia e estudei na faculdade de Filosofia, [...] onde estava o curso de História. E aí, eu gostei dessas disciplinas e quando eu passei para a Faculdade de Ciências Econômicas, onde está o curso de Administração de Empresas, vi que não era o meu lugar. Decidi voltar lá, para a Faculdade de Filosofia, a FAFICH. Mas, fiquei em dúvida se iria para História ou Ciências Sociais; resolvi assistir algumas aulas dos dois cursos pra fazer a minha escolha, e entendi que o meu lugar é a História. Então eu mudei. Quando entrei para História, estava um pouco mais velho, já tinha 20 anos, e foi uma paixão. Logo comecei a estudar e pensei: eu quero isso, se tiver que ser professor vou ser professor, então eu fui para a História e me encontrei. Logo no começo da graduação, entendi que meu interesse principal era pela História Política. A História da disputa pelo poder político, das guerras, revoluções, construção dos sistemas políticos. Eu tive uma bolsa de iniciação científica, em que estudei o contexto da Revolução de 1930 e a constituição da aliança liberal de Getúlio Vargas, orientado pela professora Lucília Neves. Ela também me orientou no mestrado na UFMG, em que estudei o MDB durante a ditadura. Então, no começo, eu estava interessado por uma História Política mais clássica, instituições políticas e ação política de líderes, de movimentos, que é um trabalho muito importante.

Mas, em uma certa altura, já no doutorado, eu me dei conta do debate da renovação da História Política e me interessei. Por isso, meu doutorado foi um encontro mesmo de História Política Clássica e História Política Nova, pois estudei tanto a ação política quanto as representações políticas; tentei juntar as duas coisas e acho que continuo fazendo isso até hoje. Penso que a gente não deve descuidar da História Política Clássica, das disputas políticas, da ação política. Aliás, hoje isso ficou mais importante ainda. A gente precisa estudar as instituições políticas, a gente precisa estudar como o poder funciona, como o poder é exercido, como ele é desmontado, manipulado etc. para poder entender o período da ditadura no Brasil e as estruturas autoritárias.

Escritas do Tempo: o doutorado você fez na USP...

Rodrigo Patto: É, o doutorado eu fiz na USP; na época, a UFMG ainda não tinha doutorado, mas também eu entendi que precisava mudar de ares, fazer a formação completa na mesma instituição não é o ideal para ninguém. E eu também não podia ir para o exterior, porque já era professor universitário na Federal de Ouro Preto (UFOP) e, em seguida, na UFMG, e não poderia ter licença de afastamento. Na USP, fiz a tese sobre o anticomunismo no Brasil, que acabou sendo uma escolha muito feliz pelo resultado e por sua repercussão. O meu projeto original era estudar o Partido Comunista e sua cultura política, mas eu já entrei com uma dúvida: se não era melhor inverter o objeto e passar a estudar o contrário do comunismo, os que lutavam contra o comunismo. Acabei escolhendo a tese sobre o anticomunismo, defendida em 2000 e publicada como livro em 2002. O objetivo foi estudar ações e representações anticomunistas e entender o seu impacto na política brasileira, principalmente nos golpes do Estado Novo de Getúlio Vargas e de 1964, que mobilizaram muito o medo ao comunismo como estratégia de legitimação política e de construção de alianças; foram feitas frentes de direita muito fortes que levaram aos dois golpes; aliás, de maneira muito parecida com os dias de hoje...

Escritas do Tempo: E é sobre esse ponto que vou pedir que você fale um pouco: o tema da tese que resultou no livro *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho* — o anticomunismo no Brasil. As reflexões produzidas por volta dos anos 2000 nos parecem, hoje, muito presentes. As narrativas de enfrentamento ao anticomunismo, no País, estão na pauta do dia. Como você percebe essas questões? Porque, hoje, como você falou, o discurso anticomunista parece ser uma das principais forças dentro do

debate político entre as alianças estabelecidas e as ações praticadas. Como é que você vê isso?

Rodrigo Patto: Uma das primeiras vezes em que minha atenção foi despertada para o tema foi aqui no Pará; eu estava fazendo uma palestra em Belém, em 2014, e um estudante de graduação veio conversar comigo para discutir sobre o comunismo, e falou: *professor, nas redes sociais o anticomunismo está fervilhando, existem muitos grupos no Facebook*. Eu sabia que o discurso anticomunista estava sendo usado, mas ainda não havia percebido a extensão, aí comecei a prestar um pouco mais de atenção, até porque eu não frequentava as redes sociais, não tinha *Facebook*, então eu não acompanhava esse movimento que estava acontecendo ali, digamos, por fora do mundo acadêmico, nas redes sociais. De qualquer forma, essa tendência recente confirma o que eu afirmei na tese, que o anticomunismo, no Brasil, foi muito forte e criou raízes; estruturou-se em uma tradição. Só que eu não imaginava, na minha tese/livro, que essa tradição seria reapropriada e daria origem a um novo movimento de direita poderoso, como está acontecendo agora. Eu acho que estamos vivendo a reapropriação da tradição anticomunista, uma releitura que inclui coisas novas e temas da tradição anticomunista que vêm desde os anos 1920, como a religião, o tema da mudança de comportamento, a questão moral, o argumento de que o socialismo e o petismo são contra a família tradicional. Isso é muito parecido com o que tínhamos nos anos de 1920, assim como a ideia de que o comunismo e o petismo se conectam a ameaças externas; a diferença é que, hoje, não é mais a União Soviética, mas ainda é Cuba, e a novidade da Venezuela, construída como um inimigo externo. Isso ajuda a mobilizar o patriotismo, o nacionalismo, a mobilização do verde e do amarelo. Esse discurso de que nossa pátria não pode ser comunista e que nossa bandeira jamais será vermelha, que muita gente da direita hoje usa, é o mesmo discurso de 1940, 1960. É a reprodução de um discurso muito, muito antigo. Então, vejo uma conexão forte com outros momentos da História, mas é claro que há muitas diferenças, hoje, e eu só espero que, ao fim, não terminemos em ditadura, como nas outras ocasiões. Eu espero que o contexto anticomunista e antipetista de hoje não acabe degenerando em ditadura clássica.

Escritas do Tempo: ainda nesse ponto, Rodrigo, como é que você percebe essas questões, em termos de possibilidade de construção? Obviamente, não temos como prever. Fazemos certas leituras que permitem conjecturar possibilidades no processo de construção de um estado autoritário. Acredito que você tenha acompanhado outras manifestações das direitas, outras mobilizações de parte das direitas, em que se

expressavam comportamentos que pediam o fechamento das instituições, tanto do congresso como do STF, e que também pediam a intervenção militar. Como você percebe essas questões?

Rodrigo Patto: Pesquisas de opinião mostraram que, ao longo dessa crise, o número de pessoas que preferem a ditadura foi aumentando. No entanto, os grupos que votaram em Bolsonaro são heterogêneos; muitos são a favor de manter o congresso aberto, então, esse pessoal que quer fechar o congresso e fechar o STF é minoritário e, no momento, parece que não vai ter forças para alcançar isso; parece menos provável. O cenário autoritário real, no momento, é o poder judiciário que manipula a lei em função de certos interesses e para atingir adversários, ameaças à liberdade de expressão, com a tentativa do MEC em interferir nas nossas universidades. Essas são medidas autoritárias que, em alguns casos, funcionam bem e, em outros casos, não funcionam tão bem. Eu acho que a questão-chave é o aspecto econômico; o governo Bolsonaro precisaria oferecer um resultado econômico melhor, crescimento econômico, aumento de emprego, e, até agora, isso não tem acontecido. Então, a sensação é que, se o governo não melhorar o quadro econômico, vai ter problemas sérios de governabilidade. Então, acho que o fator econômico, junto com o político, é muito importante para imaginar o que vai acontecer.

Escritas do Tempo: Eu queria, agora, ainda dentro dessa reflexão, discutir essa questão sobre a sua produção, que é ampla, tem inúmeros artigos publicados, tem livros... e uma das principais questões que você enfrenta nas suas pesquisas é o papel da imprensa. Tanto que, na tese que resultou em livro, você mobiliza um conjunto de jornais de grande circulação para pensar como esses discursos foram produzidos, como foram disseminados e utilizados por diferentes segmentos sociais. Ultimamente, você tem trabalhado com o Estado de São Paulo, como objeto e fonte de pesquisa. Como você entende essas questões ligadas à imprensa, um espaço de produção de narrativas que, em certos momentos, colabora de diversas maneiras para que os conflitos políticos se intensifiquem? Conflitos e disputas que, muitas vezes, contaram com o apoio explícito de grupos de direita...

Rodrigo Patto: O papel da imprensa, na política, no cenário político brasileiro, é tremendo. Ele é mais forte do que em outros países porque, no Brasil, as instituições políticas são frágeis, o parlamento é frágil, os partidos políticos são frágeis, a gente tem uma História partidária muito instável, os golpes mudaram os sistemas políticos e, ao

fim das ditaduras, foram criados partidos novos. Nós temos uma sociedade que não se apega muito a partidos, se a gente fizer uma comparação simples com os países vizinhos. Nesse cenário, os jornais se tornam mais influentes ainda; alguns deles funcionam como verdadeiros partidos, como uma agência que divulga ideias, que propõe e organiza o apoio a certas ações. Então, temos jornais, no Brasil, que são verdadeiros partidos políticos. Isso desde o começo do século XX, com jornais célebres, como *Correio da Manhã*, *O Jornal*, *Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Folha de São Paulo*, entre outros. Os jornais, ao longo da nossa república, fizeram e desfizeram presidentes; por exemplo, a derrubada e o suicídio do Vargas em 1954, muito difícil de imaginar sem a ação da imprensa criando a sensação de crise insuportável. O mesmo em 1964 e, igualmente, agora com o tratamento da operação em relação à Lava-jato, que desmantelou o governo do Partido do Trabalhadores (PT). A imprensa colocou a Lava-jato em posição de entidade divina, que quer refundar o Brasil e tirar os pecados, abrindo caminho ao Bolsonaro. A imprensa ajudou a construir isso e, agora, alguns dos jornais estão desconfortáveis, porque Bolsonaro é muito autoritário e detesta a grande imprensa. Curioso que ele é muito mal-agradecido, porque sem a grande imprensa possivelmente ele não teria sido eleito. Mas, ele acha que deve tudo às redes sociais e busca enfraquecer a mídia tradicional, talvez para não ser tutelado e construir fonte de poder permanente.

Escritas do Tempo: Uma outra questão que eu queria que você comentasse um pouco, diz respeito às disputas pelo passado recente. São disputas que, provavelmente, não imaginávamos que fossem retomar com tanto fervor, com tanta intensidade, em torno dessas narrativas, por exemplo, sobre a ditadura militar. Como você vê no presente essas disputas sobre a ditadura?

Rodrigo Patto: São disputas muito intensas, exatamente devido à implicação política, devido aos grupos que demandam a ditadura, aos grupos que apoiaram a eleição de Jair Bolsonaro, mesmo sabendo que ele é um defensor da ditadura. Hoje, isso tem uma importância política muito forte e, no nosso caso, aplica-se muito bem aquela famosa fórmula de ‘passado que não passa’. Não passou mesmo. Para uma parte da direita, é muito importante convencer as pessoas de que a ditadura foi um momento positivo para o Brasil, e tentar convencê-las de que a ditadura não foi violenta, e até mesmo de que não foi uma ditadura. Estamos sob ameaça constante de intervenções de censura ao nosso trabalho, pois esses grupos vão tentar impor a sua visão sobre a História. Então, isso é absolutamente atual, no que torna o conhecimento da História, hoje, muito

envolvido com a disputa política. Usei uma metáfora em uma palestra, há pouco tempo, de que a História está no olho do furacão; nós estamos no meio da disputa política, o que é muito perigoso; mas, ao mesmo tempo, é muito interessante e politicamente muito relevante. Acho que nosso papel é mostrar para as pessoas, utilizando argumentos de base científica e racional e referenciados em evidências e fontes factuais, porque podemos afirmar que foi uma ditadura. Os defensores da tese de que não foi ditadura argumentam que havia eleições para parlamento e foi mantido o poder judiciário. Só que o que define uma ditadura não é o fato de ela manter o congresso aberto. O que define uma ditadura é que, quem controla o poder, não permite à oposição a chance de conquistar o poder também, de disputar o poder com quem controla o Estado. No caso do Brasil, essa ditadura foi flexível em comparação a outras ao deixar o congresso aberto, ao deixar a eleição dos parlamentares, só que a intenção da ditadura não era que a oposição tivesse chance de chegar ao poder; a intenção era acomodar um setor da oposição ao próprio aparato do Estado, mas não para ter chance de chegar ao poder, e sim, para legitimar o sistema, para ajudar a criar uma representação de que não é uma ditadura. Além disso, parte da estratégia ao acomodar uma parte da oposição era para não apoiar ações radicais, como a luta armada. A estratégia é convidar o setor da oposição para ser uma oposição legal, mas isso significava aceitar a ditadura sem questionamento grave. Quando alguns setores da oposição ameaçavam questionar as bases do sistema, a ditadura cassava deputados, prendia, fechava o congresso, instituía uma nova lei pra impedir que a oposição chegasse ao poder. Cerceou o debate na televisão, depois ela criou a figura do senador Biônico, que era para impedir que o MDB tivesse o controle do senado. Então, é uma ditadura com certa sutileza, uma ditadura complexa, sagaz; uma ditadura que quer criar mecanismos pra fingir que não é ditadura, mas ela é perfeitamente uma ditadura.

Escritas do Tempo: Ainda sobre essa questão, gostaria que você falasse um pouco sobre a “História se encontrar, no momento, no olho do furacão”, expressão que você usou na palestra. Ou seja, a História está dentro do epicentro das disputas, das disputas explicativas das experiências de um tempo, com o desafio de produzir outras narrativas que concorram pra ampliar a interpretação dos homens e mulheres nas suas experiências de tempo. Nesse sentido, eu queria que você falasse um pouco na perspectiva de pensar esses desafios da História enquanto ciência que produz um conhecimento que pode interferir nas formas de interpretar e agir no tempo. Nessa perspectiva, refletir sobre nossa participação, enquanto pesquisadores, e sobre nossa responsabilidade nesse espaço que ocupamos. Ou seja, refletir no sentido de, também, pensar na História de

modo que não produzamos um discurso que fique muito voltado apenas às nossas demandas estritamente acadêmicas, um pouco daquilo sobre o que falávamos ontem. Parece que, em certas dimensões, a História enquanto ciência tem ficado um pouco encastelada. Eu tenho usado essa metáfora em alguns espaços para pensar um pouco esses desafios: que nós somos cada vez mais desafiados a dialogar com outros espaços, a produzir narrativas que sejam acessíveis a quem não é pesquisador, que circule e dispute espaços nas novas mídias, por exemplo. Como é que você vê essa questão?

Rodrigo Patto: Acho importante sair do mundo acadêmico, sair do “castelo”, como você disse, e enfrentar o debate público mais amplo. Eu sempre falo um pouco disso, porque meus temas de pesquisa normalmente interessam à mídia. Quando eu fiz a dissertação de mestrado sobre o MDB, a imprensa mineira começou a me procurar para fazer entrevistas, para minha surpresa. Quando você trabalha com temas políticos, sua fala vai ser sempre política, não tem como não ser. Só que o quadro político atual é muito intenso, então a gente se envolve em discussões muito mais acaloradas. Eu acho que nós temos que nos empenhar mais, até porque as apostas são muito altas, os riscos hoje são muito altos porque, se os projetos de extrema direita se consolidam, a gente vai ter o cerceamento da pesquisa histórica. A posição política que eu defendo, como muitos outros colegas, não é a favor de um projeto de esquerda, é a favor de um projeto democrático pluralista, em que a sociedade, o Estado e as universidades estejam abertos ao debate público, ao confronto de ideias e que ninguém seja censurado por isso. Então, acho que é muito importante a nossa mobilização pra derrotar politicamente quem defende o contrário, quem defende uma visão única, que quer impor uma visão ideológica sobre a História. Muito engraçado que esses grupos de direita acusem doutrinação ideológica da esquerda, enquanto quem está fazendo doutrinação ideológica, na verdade, é a direita. Ela faz a defesa de uma certa visão da História e tenta convencer as pessoas de que essa é a única e verdadeira; uma visão da História despolitizada, que esconde conflitos e diferenças sociais. Inclusive, uma coisa tão grave na História brasileira — a questão da escravidão — o discurso de direita tenta minimizar e tenta apagar. Então, a gente tem que entrar nesse debate político em defesa da democracia e em defesa, inclusive, da nossa profissão. Os colegas que são meio despolitizados têm que se dar conta de que seu exercício profissional está em risco e é preciso participar mais, entrar no debate público, em todas as mídias possíveis. Porque, se a gente não se mobilizar, vamos nos arrepender. O momento de tentar agir é agora, inclusive para mostrar a relevância da universidade para a sociedade e (no caso da História, especificamente) mostrar que a História importa, que vale a pena investir nessa

forma de conhecimento, que precisa ser mantido no ensino escolar. Acho que uma das maneiras de convencer as pessoas da importância da História é mostrar o lugar dela no debate político. O ensino da História é muito importante para tornar as pessoas cidadãos políticos, plenos. Sem o conhecimento da História, sem uma construção do seu lugar na História, fica muito difícil imaginar um cidadão pleno. Como é que alguém pode ser cidadão, plenamente, sem ter uma boa visão do que foi a ditadura? Inclusive, para decidir com base em boas informações, se é a favor ou contra. Eu acho que, reiterando, nosso papel não é doutrinar ninguém, o nosso papel é ensinar a História, pesquisar a História, mostrar aos nossos estudantes e à nossa sociedade, a partir do conhecimento referenciado em fontes, referenciado em interpretação e em debate acadêmico, mostrar uma interpretação da História calcada em parâmetros científicos. O que garante a cientificidade do conhecimento é a pesquisa, é a referência em fontes documentais; mas, também é o debate intersubjetivo entre pesquisadores que conhecem o tema e os demais interessados. É isso que dá ao conhecimento da História mais confiabilidade; não é porque o professor fulano falou que passa a ser verdade. Diferente de um ideólogo de qualquer orientação política que diz: aconteceu assim e ponto, quem disser o contrário é esquerdista, é comunista, é fascista. É esse tipo de conhecimento que a gente deve questionar. E defender o conhecimento acadêmico que oferece mais confiabilidade, pois ele pode ser aperfeiçoado, porque é um conhecimento que aceita o debate, sabe das suas fragilidades, sabe dos seus limites, e oferece um debate, oferece um espaço com conflito de ideias para que se alcancem interpretações consistentes.

Escritas do Tempo: realmente, te ouvindo me vem à mente algumas reflexões que nós estamos enfrentando hoje: ter que justificar a importância da História, ter que justificar a importância de se ensinar História. Então, nós temos leis que, inclusive, já inviabilizaram o ensino de História no ensino médio. Proposta que o nosso parlamento votou e que a maioria aprovou. Trata-se de um projeto que enterra, literalmente, um conjunto de possibilidades de reflexão e debate para os jovens que estão em processo de formação, sobretudo na educação básica. Estou colocando essa questão para ouvir como você pensa, sobretudo, nesses tempos, a importância do ensino de História, a importância da formação do professor de História, o que nos obriga a justificar o debate ao ponto de justificar a importância de se trabalhar o ensino de História na sala de aula. E também trazer isso à reflexão para pensar algumas práticas da nossa ciência e, especificamente, pensar como as nossas licenciaturas têm enfrentado, no Brasil, o debate sobre o ensino. Cito, por exemplo, a pesquisa que desenvolvo sobre as licenciaturas nas universidades federais do Brasil. A pesquisa está no início e tenho

analisado, inicialmente, as licenciaturas das regiões Norte e Nordeste. Mas matrizes curriculares desses cursos, o debate sobre o ensino ainda é bastante tímido e as reflexões sobre o tema ficam praticamente reduzidas a um ou dois componentes curriculares. Como você vê essa questão? Porque, focar esforços na formação do professor – que vai estar em sala de aula na educação básica, podendo ampliar a reflexão sobre essas narrativas e sobre a importância da História ser ensinada de maneira crítica – parece-me que é uma necessidade urgente que precisamos enfrentar.

Rodrigo Patto: Isso é algo muito importante, muito estratégico; acho que cabe uma reflexão crítica por causa da formação dos historiadores no Brasil, porque muitos dos departamentos de História, dos mais prestigiados, sempre deram mais atenção à formação de pesquisadores do que de professores. Em muitos lugares, as disciplinas de formação de professores são oferecidas, exclusivamente, nas faculdades de educação, como se o tema não importasse aos cursos de História. Tradicionalmente, isso é assim e, na prática, significa desprestigiar a carreira docente no ensino básico. Então, temos que valorizar o ensino básico em todas as aulas, inclusive pela razão do impacto que isso tem no debate político atual, na formação de jovens e na valorização da História como disciplina escolar. Se algum dia a História não tiver mais lugar no ensino escolar, sua relevância vai se reduzir no mundo do conhecimento, no mundo da ciência e no espaço público. Eu acho que, independente disso, nós temos que valorizar mais a educação por seu impacto na formação da cidadania. Essa distorção, na verdade, não é só uma questão da História, não é só uma escolha da corporação historiadora. Isso vem do MEC do Estado. Nós temos um estado e uma sociedade que priorizou mais o ensino superior do que o ensino básico; aí vem de cima essa matriz, a premiação aos pesquisadores universitários, de vestígio social, status... isso tudo ajuda a entender porque a realidade é assim, a pouca valorização a quem se dedica ao ensino básico. Nesse ponto, um dos grandes problemas do Brasil é salarial: o fato de o professor de ensino básico público receber salários muito baixos, inclusive no contexto da América Latina. Essa é uma situação grave, no Brasil, que se precisa tentar mudar. Cabe a nós dar o devido valor ao ensino básico, premiar os professores que se dedicam a isso, valorizar e trazer os departamentos de História para mais próximo do ensino de História, tentar se aproximar mais dos professores do ensino básico. Não é fácil fazer isso porque já temos uma enorme carga de trabalho. Mas, o tema tem importância estratégica e vale todos os esforços e sacrifícios.

Escritas do Tempo: Rodrigo, vamos fazer os encaminhamentos finais da nossa entrevista, já agradecendo mais uma vez por sua presença, aqui, na nossa Universidade, no nosso Programa de Pós-graduação que está nascendo, dando os primeiros passos, assim como a revista *Escritas do Tempo*. Como falávamos no começo, depois vamos lhe enviar o material — tanto escrito como em vídeo — e, após a sua análise, a gente decide se disponibiliza em vídeo para ver se circula para além de nossos “castelos”, usando a metáfora da qual tenho falado. E você, gostaria de pontuar mais alguma coisa?

Rodrigo Patto: Agradecer a iniciativa e parabenizar vocês aqui da Unifesspa pelo trabalho bem feito, pela criação do projeto do curso de História, muito honesto, com muita dedicação dos professores, um corpo docente jovem e muito dedicado, muito empenhado, e fazer votos que vocês tenham muito sucesso aqui, inclusive com o mestrado em História que está para começar. Boa sorte.

Escritas do Tempo: Muito obrigado!

ENTREVISTA – Bruno Sena Martins 

Debates pós-coloniais e cidadania global

Entrevistado

O entrevistado é Bruno Sena Martins (BSM), pesquisador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC). É co-coordenador do Programa de Doutoramento *Human Rights in Contemporary Societies* e co-coordenador no Programa de extensão acadêmica “O CES Vai à Escola”. É docente no Programa de Doutoramento “Pós-colonialismos e cidadania global”. É licenciado em Antropologia e doutor em Sociologia. Os seus temas de investigação são o corpo a deficiência, o colonialismo, a memória social e os direitos humanos, com diversas publicações, entre elas: *El pluriverso de los derechos humanos - La diversidad de las luchas por la dignidad*¹ e *As Voltas do Passado: a guerra colonial e as lutas de libertação*².

Entrevistador

Marcos Antonio Batista da Silva (MABS) 

Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e integrante (pós-doutoramento) do *Projeto POLITICS - A política de antirracismo na Europa e na América Latina: produção de conhecimento, decisão política e lutas coletivas*, financiado pela European Research Council, com a referência do projeto: 725402 — POLITICS — ERC-2016-COG.

MABS: Professor Bruno Sena Martins, você poderia falar sobre sua trajetória acadêmica e pessoal até chegar ao CES?

BSM: A minha história de vida cruza-se muito com aquilo que foi a história colonial portuguesa, no sentido em que, da parte da minha mãe, sou o resultado de uma relação entre uma mulher guineense, uma manjaca de Caió, e um administrador colonial português, um transmontano que esteve a trabalhar para a administração colonial na Guiné-Bissau, antiga Guiné portuguesa. A minha mãe é o resultado dessa relação e, e

¹ MARTINS, Bruno Sena; SANTOS, Boaventura de Souza (orgs). *El pluriverso de los derechos humanos - La diversidad de las luchas por la dignidad*. Akal, 2019

² MARTINS, Bruno Sena; CARDINA, Miguel (orgs). *As Voltas do Passado: a guerra colonial e as lutas de libertação*. Madrid: AKAL, 2018.

pelo lado da Guiné, é essa a minha origem. Do lado do meu pai, também sou produto de relações, relações coloniais. O meu pai é cabo-verdiano e nasceu em Cabo Verde, na Assomada, e os meus pais já se conheceram em Portugal, e eu nasci também em Portugal, vivi algum tempo da minha infância na Guiné-Bissau, com a minha avó, mas toda, o meu percurso foi feito em Portugal e, nomeadamente na cidade de Coimbra.

O meu percurso académico foi marcado por uma vivência no contexto de Coimbra, conimbricense, e, na faculdade, ingressei no curso de Antropologia, que seria um curso, talvez nós esperássemos que, em que as questões do racismo, as questões da desigualdade racial pudessem surgir com alguma formas, mas a verdade é que é muito pouco. Durante esse curso, tive, obviamente, experiências de experimentar o racismo na pele, em todo o meu percurso, em Coimbra e na minha vivência. Nós não podemos esquecer que eu nasci em 1978. A guerra colonial portuguesa acabou em 1974, 1975, portanto, era muito forte ainda um certo ressentimento que fazia com que o racismo, no quotidiano, na altura, fosse ainda mais, eu sentia-o mais agudo, mais violento, porque havia muito ressentimento das pessoas que sentiam que as independências dos países africanos não faziam sentido, ou de pessoas que tinham tido familiares que viviam em África, no contexto colonial, pessoas cujos pais eram ex-combatentes da guerra colonial. Então esse era um período muito marcado por um ressentimento anti negro, o que fazia com que esse racismo estrutural fosse particularmente violento.

Na minha experiência na universidade, recordo um evento que acho bastante curioso, que foi quando, no final do, no último ano, creio, da faculdade, houve uma professora de substituição que ficou de corrigir os nossos trabalhos que nós fizemos para uma determinada disciplina e, após entregarmos os trabalhos, era suposto nós termos reuniões com essa mesma professora. E eu fui a essa reunião, e ela confrontou-me de uma forma muito áspera, dizendo: “Olhe, o seu trabalho está plagiado. Lamento informar que vai chumbar.”, e eu: “Mas não entendo, eu, mas qual é que é o meu trabalho”, e ela, obviamente, era outro trabalho de um colega meu, mas como ela fazia, digamos, esta relação quase preconceituosa, obviamente, entre um negro, não é? E aquele que é mau aluno, ou que tem práticas que não são conforme a, ordem e a lógica social, ela logo presumiu que eu seria a pessoa que fez o trabalho plagiado. Não, o meu trabalho era um dos melhores da turma. E, depois, ela pediu muita desculpa, mas.... Imaginarmos isto num departamento de Antropologia, onde nós esperaríamos, realmente, ter perspectivas mais críticas e mais capazes de, de subverter essas narrativas da hegemonia branca. Então isso é uma experiência. De resto, obviamente, que a minha experiência sempre foi muito marcada por viver em Coimbra, onde não existe uma

comunidade negra significativa fora do espaço universitário, ou seja, a ideia que nós temos muito forte, em Lisboa, de classe, raça e periferia, não é tão forte em Coimbra, e isso marca, também, um pouco a minha experiência. O que facto de eu ter sido sempre bom aluno, também, permitia quase que uma, uma integração condescendente, e o facto de eu, eu não ser negro, ser um mulato, ou seja, os meus colegas, muitas vezes, me tratavam: “Ah, tu és quase branco...”, não é?

Então eu sempre sofri um racismo meio condescendente, meio paternalista e um pouco assumido, que eu podia integrar-me se quisesse, e que a questão da raça não tinha que ser uma questão. Obviamente que era, também pelo facto de a minha mãe ser negra, negra retinta, e eu ter muitas experiências na minha vida social de confronto com, com o racismo que ela, que ela vivia de uma forma mais crua do, do que eu, inclusivamente. Mais tarde, no final do meu curso de Antropologia, houve dois momentos que me aproximaram um pouco da questão colonial e a questão do racismo, que foi quando eu fiz um trabalho “História da família”, e que eu tentei, um pouco, recolher e, digamos, da minha experiência do lado da Guiné Bissau, conhecer quem tinha sido a minha avó, quem tinha sido o meu avô. E nesse exercício, curiosamente, eu vim a descobrir que esse meu avô, que era administrador colonial, tinha sido antropólogo, e que ele tinha, inclusivamente, um livro na biblioteca de Antropologia, onde eu estudava, assim, uma interessante ironia colonial que também mostra, em certa medida, como é que muita dessa escola da antropologia cultural, que nos percebe, era uma, uma história profundamente ao serviço do império, ao serviço de uma catalogação dos povos, instrumental, para a dominação colonial, e essa questão toda histórica de como é que as Ciências Sociais e a Antropologia, em particular, durante muito tempo, estiveram ao serviço de agendas do colonialismo, ficou muito clara também, aí, nessa, nessa situação de eu perceber-me neto de um, de um antropólogo administrador colonial com obra publicada.

E, em certa medida, a questão do racismo nunca foi uma questão académica para mim, fui por outros caminhos, trabalhei com a questão do corpo, da deficiência e, curiosamente, ela começa a tornar-se. Mas sempre foi uma questão biográfica vivencial, sempre, sempre, subjetivamente, no quadro da minha família, sempre fui profundamente antirracista e bastante sensível a qualquer experiência que, que, que, que desqualificação racial. E vou-lhe dar um exemplo, em Coimbra, durante toda a minha vida, nós, eu tinha o hábito, havia muitos negros estudantes, eu tinha o hábito de cumprimentar os negros na rua, que não conhecia. Havia quase como uma relação de fraternidade, porque não eramos muitos nesta cidade e, então. Agora, não havia, realmente, esta ideia da

coletivização da experiência negra em Coimbra. Era diferente, porventura, da experiência de Lisboa, da experiência das grandes cidades, uma grande cidade como Lisboa, aqui, essa coletivização da experiência negra, eu vivia-a muito sozinho, de facto, e no, no espaço familiar. Academicamente, fui-me interessando pela questão, exatamente, dos estudos pós-coloniais, e fui muito na relação entre colonialismo e história colonial que a questão do racismo se começa a fazer forte, também, na minha experiência. Tive a oportunidade, depois, também de fazer trabalho de campo em Moçambique, tive também, mais, mais recentemente, também fazendo algum, algum trabalho na Guiné-Bissau, em Cabo Verde. Ou seja, enquanto acadêmico, retomar a questão do racismo. Mas talvez, o momento chave para eu me aproximar da questão do racismo como experiência académica, foi a minha experiência no Brasil. Ou seja, eu comecei a entender a força académica da questão do racismo, a questão da afro descendência, da questão da universidade enquanto uma instituição branca, muito a partir dos contactos que fui estabelecendo com colegas brasileiros, em particular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde eu tenho uma forte relação, e onde ministrei alguns cursos sobre a, sobre as relações étnico-raciais, e, e esse chamamento, de alguma forma, aproximou-me da questão que no Brasil está muito forte e fortificada, das ações afirmativas, da questão das quotas, da questão da identidade quilombola, das comunidades quilombolas e a questão do racismo estrutural e da violência do racismo. E, só mais tarde, um pouco, é que também comecei a me aproximar dessa questão política em Portugal, nomeadamente, do SOS Racismo, e que também conhecia muito e conheço o trabalho que aqui no CES tem sido feito pelas pesquisadoras Silvia Rodríguez Maezo e Marta Araújo, muito na questão da educação e na investigação do que tange ao eurocentrismo, à produção de conhecimento, sobre antirracismo, movimentos de base, entre outros.

Então essa aproximação, digamos, sobre a questão do racismo, é uma aproximação mais recente, embora seja algo que sempre tenha feito parte integrante da minha história pessoal e da minha reflexividade pessoal, só mais recentemente é que eu estou a mobilizar, do ponto de vista académico, e numa relação que acaba por ser interessante, na minha perspectiva, porque me inscrevo, obviamente, no contexto português e observo os movimentos sociais e as lutas antirracistas em Portugal, tenho uma afinidade, uma relação forte e mais antiga até, com a academia brasileira e o modo como estas questões têm sido tratadas lá. E do ponto de vista da história colonial, tenho trabalhado muito com a guerra colonial, ou seja, um trabalho importante que eu fiz e que me aproximou do colonialismo foi o trabalho com ex-combatentes da guerra

colonial, em Portugal, em Moçambique e, agora, mais recentemente, com Guiné e em Cabo Verde. E, portanto, falar da história colonial, a partir das narrativas dos ex-combatentes, é perceber como é que a violência colonial é uma violência racista, que está inscrita não só naquilo que é a lógica de poder do colonialismo histórico, mas que está inscrita, simbolicamente e estruturalmente, nas sociedades do presente. Então eu tenho esse olhar que é contemporâneo, a partir dos movimentos sociais e histórico-político, a partir da história do colonialismo português.

MABS: Professor Bruno Sena Martins, você lançou um livro que dialoga com esta sua discussão, poderia falar um pouco sobre este livro?

BSM: O livro se chama *As Voltas do Passado: a guerra colonial e as lutas de libertação*, foi um livro que eu co-organizei com o Miguel Cardina. Um livro que tenta mostrar como a guerra colonial é lembrada, memorializada nos diferentes países que estiveram envolvidos. É uma experiência que tem a ver com uma guerra que aconteceu em África, em três contextos específicos, Angola, Guiné e Moçambique, uma guerra que, do seu início ao seu fim, durou 13 anos, que envolveu uma parte muito significativa, das populações, de combatentes, e que é, na leitura que nós fazemos, não um momento de uma guerra, mas é parte de uma violência estrutural do colonial racismo, nexos capitalista racista em Portugal, desde a escravidão, desde a invasão das Américas, até ao colonialismo africano. E esse é um momento que expõe, no fundo, que é aquela narrativa que Portugal tem sobre si próprio, enquanto um colonialismo não violento, luso-tropicalista, de um colonialismo benigno, de forma alguma se encaixa nesta leitura que nós temos, a partir da, daquilo que era a violência nos espaços coloniais, colonizados, e daquilo que foi essa guerra que, no fundo, era uma guerra contra a autodeterminação dos povos e uma guerra que tinha como base a afirmação de uma superioridade branca.

MABS: Professor Bruno Sena Martins, você poderia falar um pouco sobre os debates pós-coloniais e cidadania global, que fazem parte de suas pesquisas?

BSM: Tais questões têm sido, isto é, existe neste momento, uma efervescência sobre a questão colonial e como ela repercute nas sociedades contemporâneas. Obviamente, que são sempre debates muito contextualizados. Um debate que a Portugal chegou tarde, digamos assim, mas que num contexto, por exemplo, brasileiro, quer pela elevada percentagem de negros que é diferente aqui, em Portugal. E mesmo nos contextos africanos é um contexto, é um debate que tem estado muito presente, e é um debate até

incontornável. No fundo, trata de perceber como é que nós não podemos ler as sociedades do presente, as lógicas da desigualdade, as representações simbólicas no espaço público, os currículos, o modo como nós hierarquizamos os corpos, o modo como nós pensamos a vida social sem perceber que nós somos herdeiros de uma longuíssima história colonial. É uma história colonial que nos deixa marcas, não só naquilo que é distribuição da riqueza no mundo, aquilo que nós chamamos de globalização, aquilo que nós chamamos de relações económicas transnacionais, que são ainda muito marcadas por essa desigualdade Norte-Sul, que foi criada no tempo e no espaço colonial, essa relação entre metrópole e territórios coloniais, como Samir Amin dizia muito bem, as lógicas do capitalismo colonial persistem no mundo contemporâneo. Portanto, essa é uma dimensão que nós devemos ter muito clara, e perceber que quando nós estamos na Europa, também estamos num espaço de privilégio colonial, desse ponto de vista histórico-económico. E depois perceber como é que as relações interpessoais, as lógicas institucionais são também marcadas por essa herança, por essa herança fortíssima.

É frequente perguntar-se, às vezes, de uma forma um pouco ingénua, às vezes eu ouço esta pergunta: “Será Portugal um país racista?”. Eu coloco a questão muito ao contrário. Como é que um país que estruturou toda a sua economia, toda a sua política e toda a sua hierarquização do humano, durante séculos, numa ideia de superioridade racial, um país que esteve profundamente envolvido na escravidão, um país que, ainda hoje, tem lógicas de desigualdade em termos de acesso ao ensino, acesso à renda, muito marcadas, por essa linha abissal do racismo, como é que esse país, sem se confrontar com o seu passado colonial, poderá não ser um país racista? Portanto, acho que a questão que nós devemos instaurar no debate contemporânea público é que esse confronto com o passado colonial, é essencial para uma ressignificação das sociedades em que vivemos, para percebermos as lógicas de desigualdade e para percebermos as profundas violências que continuam a existir no nosso presente. Quando nós, e no trabalho que eu fiz, por exemplo, com os ex-combatentes da guerra colonial, para mim eles eram um exemplo, um arquétipo de uma história que Portugal queria esquecer.

Portugal teve envolvido numa guerra que ninguém queria falar, uma guerra, foi uma guerra perdida, não é? Que Portugal acabou por perder essa guerra. Era uma guerra que marcava, mostrava a violência do colonialismo, e a sociedade, de um ponto de vista mais amplo, não queria falar dela. A questão é que existiam soldados que tinham combatido nessa guerra, e alguns deles que combateram do lado errado, não é? Combateram do lado errado da história, que ficaram cegos, sem pernas, ficaram

tetraplégicos, paraplégicos, que tinham uma voz incômoda. Eu procurei no meu estudo trazer as experiências desses homens, que combateram numa guerra que eles, hoje, a maior parte considera injusta e sem sentido, uma guerra definida pelo regime colonial fascista, que existia em Portugal. E como é que, de alguma forma, estas vozes são vozes contra-hegemônicas. Ou seja, eles tentam dizer: “Existiu uma guerra. Existiu uma violência colonial, e Portugal não é aquilo que se procura retratar”. Então há aqui, digamos, uma tensão entre a memória individual ou memórias fracas, e uma memória coletiva, que é uma memória forte que, durante tempos, procurou apagar a experiência colonial. E é um pouco isso que se passa em todo o mundo, em todo o mundo eurocêntrico. Há uma tentativa de apagamento daquilo que foi a violência colonial, daquilo que foi a escravidão e de aquilo que é o privilégio branco, um privilégio constituído pelos países e pelas elites que beneficiaram da exploração escravagista, da exploração dos territórios coloniais. Então, isso é uma dimensão do trabalho que tem muitas linhas de abertura, não é? Uma dessas linhas eu venho explorando, que tem uma dimensão, podemos dizer, histórica/simbólica, e também, um objetivo de, através da história oral, trazer os testemunhos daqueles que experimentaram o colonialismo, porque nós não podemos esquecer que o colonialismo que Portugal tem envolvido nele até 1975, mas tem uma dimensão também de leitura de desigualdade social, nas relações contemporâneas, a partir daqueles, pelos seus corpos negros, são marcados como inferiores e que vivem em condições sociais, de desigualdade de oportunidades estrutural que, quando entram, nas instituições, são confrontadas, não só com formas de discriminação, pela cor da sua pele, como por uma falta de representatividade das suas histórias.

Aqueles que se consideram afrodescendentes, aqueles que reconhecem a sua ancestralidade, a partir dos navios negreiros e daqueles que lutaram contra as guerras coloniais, certamente, se sentem violentados quando chegam a uma escola e percebem que aquilo que é contado é uma história branca, que a questão da escravatura quase não comparece, quando percebem que há uma celebração dos heróis, que muitos deles são coloniais, violentos, racistas, em todo o lugar, não só nos currículos, como no espaço público. Então essa é uma dimensão de trabalho que eu acho que nós devemos articular, que tem a ver com essa dimensão histórica do colonialismo, e esta dimensão contemporânea de denúncia das desigualdades sociais e das representações racistas que vigoram no espaço público, na academia, na mídia, etc.